

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA:**  
de uma abordagem teórico-conceitual a uma proposta para o uso de fontes e novas  
metodologias

Lara Jéssica Nóbrega Macêdo

São Luís  
2019

Lara Jéssica Nóbrega Macêdo

**ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA:**  
de uma abordagem teórico-conceitual a uma proposta para o uso de fontes e novas  
metodologias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane de Oliveira Barbosa

São Luís  
2019

Macêdo, Lara Jéssica Nóbrega.

Escravidão e comércio de africanos no ensino de História: de uma abordagem teórico-conceitual a uma proposta para o uso de fontes e novas metodologias. / Lara Jéssica Nóbrega Macêdo. – São Luís, 2019.

189f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profª. Drª Viviane Oliveira Barbosa.

1. Ensino de História. 2. Escravidão Africana. 3. Comércio Transatlântico de escravizados. 4. Fontes Históricas I. Título

CDU: 93/94:326.1

Lara Jéssica Nóbrega Macêdo

**ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA:**  
de uma abordagem teórico-conceitual a uma proposta para o uso de fontes e novas metodologias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane de Oliveira Barbosa

Banca Avaliadora:



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane de Oliveira Barbosa (orientadora)  
(PPGHIST/UEMA)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues dos Santos  
(PPGHIST/UEMA)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Lima e Souza  
(PPGHIST/UFRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Raquel Reis Silva - Suplente  
(PPGHIST/UEMA)

São Luís  
2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus, pois, possibilitou a realização de um sonho, que foi concluir mais uma etapa nos meus estudos com o mestrado. Sou grata ao Centro Espírita *Caridade e Fé* e a espiritualidade de amor e de Luz que esteve iluminando e guiando esta trajetória tão rica de experiências, agradeço por ter colocado em minha jornada pessoas que ajudaram e ampararam nesta fase de minha vida.

Sou grata a minha família, em especial a minha mãe Maria Temia Virgíneo Nóbrega, ao meu pai Antonio Luis Macêdo da Silva, e minhas duas irmãs Larisse Nóbrega Macêdo, Leticia Nóbrega Macêdo e meu cunhado Jean Andrade. Meus familiares sempre ajudaram de todas as formas possíveis para que este momento fosse concretizado, pois, a minha família agradeço o amor que é a força que rega meu caminho.

Agradeço a minha orientadora Viviane de Oliveira Barbosa por ter possibilitado, através, de suas orientações o aprofundamento e estruturação desta pesquisa, foi uma grande honra tê-la como guia deste trabalho. Sou profundamente agradecida ao meu professor de graduação Reinaldo dos Santos Barroso Junior que foi responsável por orientar e ajudar na pesquisa de monografia que mais tarde seria meu trabalho de mestrado, obrigada por tudo.

Agradeço imensamente as contribuições da professora Sandra Regina Rodrigues dos Santos e da professora Mônica Lima e Souza no processo de qualificação deste trabalho.

Obrigada ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA), por ter ajudado com uma bolsa de trabalho que possibilitou minha manutenção e estadia no primeiro ano de mestrado em São Luís do Maranhão. Aos professores e colegas que compõem este grupo, em especial ao professor Antonio Evaldo Almeida Barros. Agradeço aos amigos Inaldo Bata Rodrigues, Aldina da Silva Melo, Gleiciane Brandão Júnior, Cláudia Silva Lima, Leonice da Silva Rodrigues, Ingyld Alves e Luana Batista e Jeferson Mota que me apoiaram nesta jornada com seus conselhos e orientações, com estes amigos aprendi experiências de vida e de pesquisa.

Agradeço aos funcionários, secretaria, coordenação e aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de São Luís (PPGHIST), sou grata à dedicação pela função na qual estavam empenhados em

exercer. Agradeço aos docentes desta instituição pelos efervescentes debates e orientações no processo de desenvolvimento desta pesquisa. Gostaria de agradecer a todos os meus colegas de mestrado da turma de 2017 que sempre foram companheiros e fraternos.

Agradeço aos amigos que trago desde a graduação Carlielton Macambira de Sousa, Francisca Neves Barroso, Paulo da Silva Martins. Aos colegas e professores da Universidade Estadual (UESPI) de Campo Maior-Piauí, campus Heróis do Jenipapo que no período da graduação foram tão marcantes e importantes para que desse seguimento a minha jornada de profissionalização.

Enfim, agradeço a Deus e a todos os familiares, professores, amigos que foram importantes para que seguisse adiante neste trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação é especialmente destinada ao professor de História que leciona no ensino básico e pretende ser um guia de fontes e metodologias sobre como abordar o tema da escravidão e do comércio transatlântico de africanos nas aulas de História. O trabalho surgiu do interesse em explorar um conjunto de fontes primárias, nesse caso, cartas de padres capuchinhos produzidas durante o século XVII e reunidas no *Monumenta Missionária Africana*. Essa documentação apresenta informações significativas sobre escravidão e tráfico de escravizados que podem ser exploradas nas aulas de História, razão pela qual esse material é sugerido como ferramenta didática neste trabalho. No primeiro capítulo é feito um balanço historiográfico sobre o tema da escravidão africana e do comércio transatlântico de escravizados, buscando-se apresentar os principais debates teóricos e metodológicos dos últimos anos. No segundo capítulo apresentam-se análises sobre como esse tema aparece em alguns livros didáticos do último PNLD, bem como em 14 sites destinados ao ensino básico de História. O terceiro capítulo propõe direcionamentos para abordar o tema em sala de aula, sugerindo-se sequências didáticas sobre o assunto que podem ser apropriadas por professores da Educação Básica em seu trabalho docente.

**Palavras-Chave:** Ensino de História, Escravidão africana, Comércio transatlântico de escravizados, Fontes Históricas.

## ABSTRACT

This dissertation is especially intended for the History teacher who teaches in basic education and is intended to be a guide to sources and methodologies on how to approach the subject of slavery and the transatlantic trade of Africans in History classes. The work arose out of interest in exploring a set of primary sources, in this case letters from Capuchin priests produced during the seventeenth century and gathered at the Monumenta Missionaria Africana. This documentation presents significant information about slavery and trafficking of slaves that can be explored in History classes, which is why this material is suggested as a didactic tool in this work. In the first chapter a historiographical balance is made on the theme of African slavery and the transatlantic trade of enslaved people, trying to present the main theoretical and methodological debates of the last years. The second chapter presents analyzes on how this topic appears in some textbooks of the last PNLD, as well as in 14 sites destined to the basic education of History. The third chapter proposes directions to approach the theme in the classroom, suggesting didactic sequences on the subject that can be appropriated by Basic Education teachers in their teaching work.

**Keywords:** History Teaching, African Slavery, Transatlantic Trade of Slaves, Historical Sources.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS NA MODERNIDADE: Dinâmicas transatlânticas entre África e Brasil, uma História ainda a se escrever e ensinar</b> .....	13
1.1 Para além do conceito de comércio triangular: escravidão e comércio transatlântico de africanos.....	15
1.1.1 Comércio transatlântico de africanos: perspectivas historiográficas.....	16
1.1.2 Simbolismos interpretativos da escravidão.....	30
1.1.3 Estabelecendo definições.....	37
1.2 África e Brasil no Atlântico Sul.....	38
1.2.1 Historiografia brasileira: mudanças interpretativas sobre a dinâmica da África e do Brasil no comércio transatlântico.....	39
1.2.2 Renovação do campo historiográfico: autonomia africana e brasileira no comércio de transatlântico escravos.....	44
1.3 A escravidão e comércio nas rotas do Atlântico: historiografia maranhense.....	55
<b>2 ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	63
2.1 Os livros didáticos e os riscos de uma única história ensinada.....	68
2.1.2 História nos dias de hoje: 6º ano.....	69
2.1.3 História nos dias de hoje: 7º ano.....	75
2.1.4 Histórias nos dias de hoje: 8º ano.....	87
2.1.5 Histórias nos dias de hoje: 9º ano.....	94
2.2 Sites educativos: comércio transatlântico de africanos na modernidade entendido pelo conceito de comércio triangular.....	100
<b>3 FONTES E LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM ÁFRICA E DO COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO: alguns apontamentos</b> .....	120
3.1 As cartas do Monumenta Missionária Africana.....	124
3.2 Sequências didáticas.....	131
3.3.1 Meios de escravização.....	132
3.3.2 Estrutura social da escravidão.....	145
3.3.3 Questionando o comércio triangular.....	152
3.3.4 Autonomia africana.....	159
3.3.5 Comércio bipolar.....	168
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	178
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	181

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é especialmente destinada ao professor de História que leciona no ensino básico e pretende ser um guia de fontes e metodologias sobre como abordar o tema da escravidão e do comércio transatlântico de africanos nas aulas de História. O trabalho surgiu do interesse em explorar um conjunto de fontes primárias, nesse caso, cartas de padres capuchinhos produzidas durante o século XVII e reunidas no *Monumenta Missionária Africana*<sup>1</sup>. Essa documentação apresenta informações significativas sobre escravidão e tráfico de escravizados que podem ser exploradas nas aulas de História, razão pela qual esse material é sugerido neste trabalho como ferramenta didática.

Sem dúvida, o comércio escravista na modernidade (XV-XIX) é um dos processos históricos centrais para o entendimento das sociedades africanas e de suas relações com o restante do mundo, constituindo matéria básica no estudo da história moderna. As hipóteses deste trabalho são de que o tema da escravidão africana e do comércio transatlântico vem sendo abordado de forma simplista e reducionista nas aulas de História do ensino básico e que, a partir da reconstituição complexa desses processos, pode-se evidenciar uma África dinâmica e um continente aberto, ao contrário do que foi dito e aprendido durante muitos anos.

O trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro foi feita uma apresentação da historiografia sobre a escravidão na África e do comércio transatlântico na modernidade, para isso apropriou-se dos estudos sobre a História Geral da África da coleção da Unesco que se referem ao período, os quais, ainda que tangencialmente, lidam com as estruturas sociais escravistas e comerciais do continente africano, assim como o tema relacionado sobre os movimentos e relações estabelecidos no referido período. Para tratar mais especificamente sobre como a escravidão se apresentou neste continente, foram necessários os estudos de autores como Paul Lovejoy (2002), John Thornton (2004), Paul Gilroy (2001), Meillassoux (1995) entre outros que são representativos sobre o tema, pois buscaram entender a manutenção e construção das estruturas escravistas por meio dos códigos simbólicos e representativos dos povos africanos.

---

<sup>1</sup> As fontes do *Missionária Africana* foram reunidas e coligidas pelo padre Antônio na série fontes, segundo volume da coleção “Rota de Escravos” criados pelo comitê Português do projeto da UNESCO. Sendo o sétimo do total de quinze volumes publicados entre 1952 e 1988. Esta coletânea trata da África

Sobre a organização e manutenção do comércio transatlântico, utilizaram-se os estudos de Seymour Drescher (2011) e Luiz Felipe Alencastro (2001). E, finalmente, visando uma reflexão crítica sobre as produções escritas do século XX sobre como essa historiografia em parte possui vestígios de uma interpretação basicamente economicista buscou-se fundamento em Steven Feierman (1993), o qual apontou o fato de a produção historiográfica sobre África ter ganhado um caráter basicamente economicista, aborda a história da escravidão no continente e como o comércio transatlântico legitimou as representações estereotipadas e inferiorizantes sobre o continente e suas gentes.

O segundo capítulo apresenta como a escravidão africana e o comércio transatlântico aparecem nos materiais de História do Ensino Básico. Os trabalhos que pesquisam como a temática aparece no ensino apresentam, recorrentemente, que os materiais didáticos de História possuem lacunas sobre como ocorreu a escravidão e o tráfico no período da modernidade. O estudo da escravidão em África, em muitos casos não aparece nos manuais didáticos, no entanto, quando a escravidão aparece, é narrada como uma estrutura homogênea sendo entendida pelo viés interpretativo da Europa ocidental. O comércio transatlântico de africanos aparece muitas vezes engessado em uma estrutura interpretativa “triangular” entre Europa-África-América, apresentado nos materiais didáticos como um sistema regido, controlado e organizado unicamente pelas nações europeias.

A África, nesse sentido, aparece como uma fornecedora de mão de obra escravizada para trabalhar compulsoriamente nas Américas. Portanto, a história africana na modernidade esteve reduzida à história da travessia de mercadorias humanas para o continente americano pelos europeus. Assim sendo, a história da África esteve reduzida ao ensino de uma história essencialmente economicista da escravidão e do comércio transatlântico de caráter triangular. Ainda no segundo capítulo, detêm-se sobre os sites destinados ao ensino básico de história da escravidão em África e do comércio transatlântico, selecionados nesta pesquisa de acordo com a temática e o público ao qual está destinado, buscou-se produzir uma análise a partir dos conceitos de metafísica da diferença e do economicismo, que são explicados por Achille Mbembe (2001) como noções que legitimaram os estereótipos sobre os africanos, no que tange à experiência da escravidão em África e a escravidão transatlântica.

No ensino básico, a história sobre o continente africano aparece especialmente em referência à escravidão transatlântica com destino às Américas, mas os manuais didáticos não realizam uma análise mais profunda sobre a escravidão no

interior do continente africano, o que ocasiona apenas na manutenção da experiência histórica racializada dos negros no Brasil, ocorrendo o que Appiah (1997) denomina como racismo extrínseco, quando se utiliza um conjunto de características para homogeneizar povos e nações no continente africano. Finaliza-se a discussão deste capítulo com o argumento de que uma análise social da escravidão em África e do comércio transatlântico no ensino básico pode fornecer as bases epistêmicas para a superação da racialização das identidades dos povos africanos e afrodescendentes.

O terceiro capítulo é composto de um conjunto de sequências didáticas para se abordar o tema da escravidão africana e do comércio transatlântico nas aulas de História do Ensino Fundamental II, fazendo-se uso do Monumenta Missionária Africana como ferramenta didática. Assim são apresentadas estratégias de ensino através do uso daquelas fontes históricas, abordando-se a escravidão interna em África e suas várias nuances no século XVII, especialmente na região da África Ocidental. Os subtemas abordados dizem respeito aos códigos simbólicos e organizacionais no interior das estruturas escravistas, às ações e interações entre os povos africanos na região da África Ocidental e as nações europeias, bem como com o Brasil no século XVII.

## **1 ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS NA MODERNIDADE (XV-XIX): Dinâmicas transatlânticas entre África e Brasil, uma História ainda a se escrever e ensinar**

Autor de obras sobre a escravidão e tráfico atlântico de escravizados na modernidade, o historiador americano Herbert S. Klein (1989) apresenta um quadro sintomático sobre os últimos vinte e cinco anos de estudos acerca do tema, identificando as principais teses produzidas sobre o assunto, bem como as lacunas ainda em aberto para pesquisas futuras. Demonstra que o tema da escravidão e comércio de africanos no período da modernidade foi um dos menos pesquisados nos últimos anos do século XX, apesar de ser um acontecimento histórico central para o entendimento do imperialismo ocidental e seu profundo impacto nas sociedades africanas, bem como a formação geopolítica das Américas.

Segundo Klein (1989), não seria a falta de fontes um obstáculo para as pesquisas sobre o tema, mas a ausência de interesse em estudar profundamente esta temática partiria de um problema moral difícil de ser enfrentado, pois, teria que abarcar uma memória histórica dolorosa e com ela suas responsabilidades e deveres de reparação social em relação aos descendentes dos sujeitos envolvidos neste acontecimento o que foi acrescido de falta de metodologias que pudessem realizar uma análise de complexos dados quantitativos.

Klein (1989) também apontou os caminhos e as vertentes analíticas que os autores percorreram na contemporaneidade ao estudarem a respeito da escravidão e das dinâmicas no Atlântico Sul. Dessa maneira, apresentou que os primeiros estudos feitos sobre o tráfico de escravizados no Atlântico remontam a 1780 e foram escritos por abolicionistas ingleses que direcionavam suas pesquisas para entenderem o impacto do tráfico atlântico nas Américas e na África, construindo argumentos contrários à migração forçada de escravizados e justificando o fim desse sistema comercial com base na mortalidade da tripulação. No final do século XVIII e XIX, esses abolicionistas conseguiram organizar, na Europa e nos Estados Unidos, uma quantidade enorme de fontes históricas sobre o tráfico atlântico catalogando documentos suficientes sobre pelo menos um terço de todas as viagens do tráfico de escravizados (KLEIN, 1989).

O fim da Segunda Guerra Mundial e os processos de luta pela independência dos Estados africanos possibilitou a formação de um importante elo entre os intelectuais africanos e afrodescendentes em todo o mundo. Assim os anos 1950 e 1960 foram acompanhados de um notável crescimento nos estudos sobre a história africana e afro-americana. Esse período coincide com a intensa renovação da historiografia europeia que projetou mudanças quanto às abordagens, metodologias e

uso de fontes, um revigoramento que não foi único, mas que se deu em concomitância às mudanças teóricas e metodológicas provocadas pelos pesquisadores da África, quando a chamada História da África e os temas mais específicos como o da escravidão no Atlântico Sul se formaram em um campo historiográfico próprio (BARBOSA, 2008; FEIERMAN, 1993).

Segundo Klein (1989, p. 5), após a Segunda Guerra Mundial, estudiosos europeus se colocaram a repensar o fenômeno da escravidão e do comércio transatlântico, mas imperou um olhar paternalista sobre a África e esta produção de saberes construiu um conjunto de “mitos” sobre a organização do comércio de escravos em direção ao Atlântico, sobre a sobrecarga de escravizados nos navios negreiros, as exorbitantes taxas de mortalidade e o valor irrisório do escravizado. Disso se observa que muitas análises vieram acompanhadas do mínimo de pesquisa e de muita ignorância sobre o tema.

Apesar do predomínio de muitos equívocos sobre a história da escravidão africana e do tráfico transatlântico de escravizados, importantes pesquisas foram sendo produzidas a partir da segunda metade do século XX. Muitas dessas análises se devem ao avanço do campo dos Estudos Africanos. No continente africano o historiador Abdoulaye Ly escreveu *Campanhas do Senegal* onde refutou a obra de Eric Williams *Capitalismo e Escravidão* (1944), redimensionando a participação dos povos africanos no processo de escravidão transatlântica e contrapondo uma narrativa ainda reinante que apresentava uma África a-histórica. Por outro lado, historiadores da Europa foram ensinar História da África no continente africano, tornando-se especialistas no tema e ganhando experiência. Dentre eles, destacam-se J. D. Fage em Gana, J. Vansina no Congo e em Ruanda, C. Wrigley e C. Ehrlich na Nigéria, J.D. Hargreaves em Serra Leoa e R. Mauny e Y. Person no Senegal (BARBOSA, 2008, p. 54).

No que se refere aos estudos sobre a escravidão e o tráfico, alguns estudiosos iniciaram uma pesquisa mais estruturante e geral sobre a temática, a exemplo de Basil Davidson em *A Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana* (1967); Philip Curtin em *O tráfico escravista no Atlântico* (1970) e *Trocas comerciais na África pré-colonial* (1975); Terence Ranger na obra *Revoltas na Rodésia do Sul: um estudo da existência africana* (1967); Walter Rodney em *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1972) e *A História da Guiné* (1970); Samir Amin escreveu a obra *O desenvolvimento desigual: o ensaio sobre as formações sociais do capitalismo*

*periférico* (1975) e Henri Brunschwig em *Partilha da África negra* (1971) (BARBOSA, 2008, p.55).

As primeiras produções historiográficas sobre a África nos anos 1950 e 1960 tinham como base fontes exógenas e assim a metodologia desses trabalhos partia também de um viés interdisciplinar, problematizador e totalizante por influência da Escola dos Annales e da Nova História (BARBOSA, 2008, p. 56). De qualquer maneira, é preciso matizar que a renovação historiográfica dos Annales não deu a África um lugar importante na escrita da história, bem como desnaturalizar a compreensão de que vêm da Europa todos os avanços nos estudos sobre África e sua diáspora (FEIERMAN, 1993).

Nos anos 1980 e 1990 o campo da historiografia sobre África se consolidou internacionalmente e, a partir de então, o enfoque se tornou cada vez mais regionalizado, os macro temas estavam sendo dissolvidos e trabalhados de acordo com as singularidades regionais em África. Tratava-se de um crescimento e aprofundamento do conhecimento por estudiosos que construíram linhas de pesquisa dentro e fora do continente africano. Nesta ampliação, surgiram especialistas de várias temáticas que se tornaram conhecidos internacionalmente e se consolidaram como referências básicas em determinados campos temáticos, inclusive no que tange à escravidão e ao tráfico, a exemplo de J. Thornton, A. Costa e Silva, J. Miller, P. Lovejoy, J. Vansina, C.Coquery-Vidrovitch, C. Lopes, M. Bernal, K. Asante e D.Birmingham. Dentro do continente africano, nomes importantes são os de A. Boahen, V. Mudimbe, T. Falola, M. Diouf, E. J. Alogaoas, B. Barry, B.A. Ogot, I.A Akinjobing (BARBOSA, 2008, p.56).

## **1.1 Para além do conceito de comércio triangular: escravidão e comércio transatlântico de africanos**

Neste item, apresentam-se duas discussões centrais divididas em três momentos: primeiramente abordam-se diferentes perspectivas historiográficas sobre o comércio transatlântico, no segundo momento, traz-se uma reflexão sobre os níveis simbólicos interpretativos que a escravidão tem ganhado pelos estudiosos da contemporaneidade. Por fim, faz-se a crítica ao conceito de comércio triangular e se define o que este trabalho entende como comércio transatlântico de africanos.

### **1.1.1 Comércio transatlântico de africanos: perspectivas historiográficas**

Em *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Philip Curtin (1969) promoveu um balanço consistente sobre o volume do tráfico de escravos africanos para a Europa, América e ilhas do Atlântico abarcando, por meio de fontes secundárias, os anos de 1440 até 1860. Seu trabalho ofereceu uma contribuição originária para a metodologia histórica e para as análises a respeito do tráfico de escravos. Curtin (1969) se dedicou a estudar o crescimento demográfico das populações escravizadas nas Américas, assim como a mortalidade oriunda das viagens transoceânicas, o que o permitiu realizar um cálculo sobre o número de escravizados que foram transplantados da África em direção ao Atlântico. Ao defender que um total de 11 milhões de escravizados africanos foram transportados durante todo o período do tráfico, suas análises provocaram novas pesquisas sobre essas estatísticas e, então, novas e sofisticadas questões puderam ser trabalhadas sobre o tráfico, o que levou a um “surpreendente volume de publicações internacionais, que tornaram este campo um dos mais ativos e produtivos da historiografia contemporânea” (KLEIN, 1989, p. 7).

As questões mais recentes colocadas pelas pesquisas em torno do tema são a economia do tráfico, o impacto demográfico, e as causas e consequências do abolicionismo (KLEIN, 1989, p. 8). Em termos da economia do tráfico uma indagação importante tem sido quem seriam os beneficiários da escravidão e do comércio transatlântico. Por muito tempo, a literatura tradicional defendeu que a Europa foi a maior beneficiária e enriqueceu com o tráfico de escravos, no entanto, esta questão tem sido redimensionada em trabalhos que repensam a participação da América e da África no comércio transatlântico. Sobre o valor do escravizado, sabe-se que o escravo não possuía um valor exorbitante, mas também não era tão barato, pois era comercializado em troca de custosos produtos manufaturados vindos das Índias orientais, por barras de metal, instrumentos agrícolas, pólvora, armas e outros produtos relativamente caros (KLEIN, 1989).

Outra questão em torno do comércio de escravizados que ficou evidente nas produções historiográficas e que implica no dinamismo comercial estabelecido entre África e Brasil foi se os povos africanos exerciam controle sobre o comércio com as nações europeias e se eram os europeus que estipulavam o preço do escravizado. O que parece consensual é que o comércio transatlântico, apesar de seus efeitos em longo prazo, foi um comércio lucrativo para os estados africanos, proporcionando riqueza e poder para estes. Se o fluxo de escravizados para o Atlântico foi influenciado pela



demanda da América, o sexo, a nacionalidade e a idade foram controlados pelas condições dos povos africanos. Estes também utilizaram formas de impedir o monopólio comercial que as nações europeias queriam exercer no continente e, mesmo nas regiões Congo e Angola, que tinham a acentuada presença dos portugueses, os povos locais não deixaram de comercializar de forma maciça com os ingleses e franceses (KLEIN, 1989).

Foi somente no século XVIII e XIX que houve a maior densidade demográfica de escravizados no Atlântico em direção as Américas (KLEIN, 1989). A literatura tradicional se embasou, durante anos, no custo acessível dos escravizados e na superlotação dos navios, entretanto, Klein (1989) argumenta que não há um estudo que analise de forma consistente, por meio das fontes que registram o número de saída e chegada aos portos, o índice de mortalidade dos escravizados. Assim, as pesquisas estatísticas não demonstram uma “correlação significativa entre tonelagem ou espaço disponível e mortalidade” (KLEIN, 1989, p. 11). Este por sua vez, pode ser um dos argumentos que foram utilizados pelos estudiosos para justificar a organização do modelo de comércio transatlântico baseado em momentos de autonomia das relações entre África e Brasil. Assim, por um certo período da história, os estudiosos sobre o tema afirmaram que os navios europeus apenas em uma única viagem não conseguiam realizar o percurso marítimo de levar produtos manufaturados para a África, para em seguida trocar por escravos para só então trazê-los para as Américas.

Um questionamento também importante nos estudos do final do século XX e que esteve interligado ao dinamismo do comércio transatlântico na modernidade se refere aos impactos do abolicionismo para os continentes europeu, africano e americano. O que se tem como certo pela historiografia é que a campanha que objetivava o fim da escravidão e do comércio foi defendida pelos europeus dentro de um discurso moralizante, mas que prezava seus interesses particulares em função do favorecimento econômico. Uma vez abolido o tráfico de escravos nas colônias britânicas, os ingleses pressionaram todos os outros países a desistirem deste sistema de comércio, o que causou profundas mudanças políticas, econômicas e sociais para as regiões envolvidas no tráfico. Fato é que um vasto campo de complexas pesquisas foi construído em torno das questões apresentadas acima e alguns debates estão longe de um consenso na historiografia sobre o tema. Além disso, outras metodologias e problemas de pesquisa sobre esses processos ainda estão em desenvolvimento (KLEIN, 1989).

Sem dúvida, considerar o tráfico de escravizados africanos na modernidade, implica em considerar a existência da escravidão como um fenômeno muito anterior ao período, embora em proporções e sentidos diferenciados, assim como compreender o papel do continente africano na lógica do comércio mundial. Dessa forma, os estudiosos africanos e africanistas definiram e conceituaram o tema da escravidão e do comércio transatlântico de africanos, preocupando-se com estas relações e conexões transatlânticas enquanto um macro sistema estruturador e regulador das dinâmicas comerciais entre os continentes africano e americano característico da modernidade (XV-XIX). Assim, exploram-se as possibilidades interpretativas sobre as relações comerciais transatlânticas de escravizados africanos nas análises e conceitos apresentados nas teses dos pesquisadores aqui abordados.

Na concepção de Paulo Fernando de Moraes Farias (1974), historiador brasileiro radicado na Inglaterra, o comércio no século XVII que interligou os continentes representava um trabalho de negociação das mais variadas mercadorias possíveis e conectava uma diversidade de povos e organizações sociais que abarcou múltiplos, subjetivos, singulares e específicos contextos simbólicos de negociação e experiência, ou seja, de mediações de fluxo e refluxo de escravizados africanos no Atlântico.

Ao abordar as relações atlânticas que abrangem o século XVII em *Silent Trade: Myth and Historical Evidence*, Farias (1974) traz perspectiva diferente das já consolidadas interpretações acerca das dinâmicas comerciais no interior do continente africano, entre os povos africanos e os europeus. Especializado em fontes epígrafas da história da África, assim como em tradições orais da África ocidental, o autor realiza um trabalho de reinterpretação das fontes históricas que relatam o comércio no interior do continente e suas conexões com o continente europeu, com os americanos e com o Oriente Médio. Relatos de viajantes sobre as regiões ocidental, norte e centro-ocidental da África no século XVII apresentam um comércio sem comunicação oral entre as partes negociantes, porém em amplo funcionamento, um “comércio mudo”, cuja existência já era bem antiga (FARIAS, 1974; M’BOKOLO, 2008).

Farias (1974) entende que o uso do termo “comércio mudo” parte de uma análise etnocêntrica dos relatos de viagens, pois esta definição de comércio tem em seu fundo uma leitura ou perspectiva dos viajantes europeus. Os narradores das epígrafes ao perceberem a ausência de uma fala negociante entendiam que a dinâmica comercial com os povos africanos ocorria de forma silenciosa, sem qualquer tipo de comunicação.

Desse modo, defende o historiador que essas trocas, apesar de serem marcadas por um silêncio mútuo no seu processo de negociação eram acompanhadas por um compartilhamento de “valores morais” de ambas as partes, pois, comprador e vendedor nesta interação não buscavam tirar vantagem, mas era estabelecido um comércio vantajoso para os negociadores envolvidos.

No entanto, no processo de reinterpretação e análise dessas fontes históricas (relatos de viagens) por Farias (1974) tornou-se evidente a existência de uma forma singular e específica de comunicação desenvolvida entre os povos africanos em meio às relações comerciais com os povos mouros, europeus e arábicos. O autor não adentra na multiplicidade de simbologias que o comércio realizado sem um diálogo verbal tinha em suas mais diversas dimensões, mas deixa evidente que a interpretação do comércio entendido como “mudo” parece não se sustentar mais e aponta caminhos interpretativos de que a cerimônia constituída no mito poderia ser uma das marcas fundadoras das relações comerciais que conectaram povos do Oriente Médio, da Europa e dos territórios ocidental, norte e centro-oeste do continente africano.

No texto *Models of the World Categorical Models: The “Enslavable Barbarian” as a Mobile Classificatory Label*, Farias (1985) mostra que ao produzirem o que se conhece sobre a história do comércio escravista em África, muitas interpretações acabaram por cristalizar categorias cognitivas oriundas de uma análise literal das fontes históricas. Farias (1978) mostra que, ao se fazer uma nova análise sobre as fontes históricas que tratam de África, identificam-se conceitos e definições como construto imagético pertencente aos sujeitos que escreveram. Com isto, as narrativas dos viajantes apresentam os processos e relações comerciais escravistas em África pela lógica racionalizante europeia e menos sobre como essas relações foram desenvolvidas pelos povos africanos.

Assim, para Farias (1985) as categorias negro-bárbaro-território foram imbricadas nas narrativas dos viajantes e consolidaram uma categoria cognitiva que construiu uma interpretação sobre o africano enquanto ser bárbaro passível de ser escravizado. Essa categoria cognitiva está nas fontes históricas que relataram as relações comerciais e a escravidão em África, mas também podem ser encontradas na História enquanto ciência para explicar as justificativas ideológicas dos europeus ao realizarem o comércio de escravizados. No entanto, apenas esta interpretação não cabe para explicar a manutenção do comércio de escravizados entre europeus e povos africanos, pois, estes sujeitos possuíam suas próprias lógicas interpretativas e funcionais sobre o significado

do escravo em suas estruturas sociais escravistas. Dessa maneira, entender o processo de escravização dos sujeitos africanos bem como seus interesses em torno das relações comerciais escravistas parte sempre de múltipla análise interpretativa do universo simbólico sobre quem comercializou o escravizado.

Pensar sobre a ampliação do conceito de comércio transatlântico, leva ao estudo do pesquisador francês Claude Meillassoux (1995) sobre a antropologia das instituições escravistas no continente africano e o posicionamento comercial dos povos africanos em relação ao mundo atlântico. Analisando a escravidão nas civilizações antigas africanas na região da África ocidental até o século XIX, Meillassoux (1995) traçou as características que organizaram a escravidão no interior do continente africano bem como suas mudanças com o comércio transatlântico, apontando que a guerra era um mecanismo de obtenção de escravizados e teve inúmeras variáveis nas civilizações africanas; a guerra era uma forma de obtenção de escravizados que representou, desde a antiguidade, o meio de estruturação e poderio dos estados africanos.

Meillassoux (1995) mostra que o escravizado no interior da África ocidental era entendido pelos povos africanos como mercadoria/produto e que o comércio de escravizados por ser praticado por grupos e sujeitos que não estavam no controle do poder político dos estados africanos possibilitou o avanço da mercantilização do escravizado enquanto bem móvel e de rentável valor. O crescimento da comercialização do escravizado enquanto “produto” possibilitou o fornecimento compulsório e abastecimento dos mercados europeus com escravizados para o Atlântico, tendo seu ápice no século XVII, o que desencadeou a desestruturação dos estados africanos. Assim sendo, o escravizado na África ocidental ganhou outra significação de acordo com seu processo de mercantilização no Atlântico, já no início do século XV.

O historiador britânico Jonh Fage (2014) em sua obra *African societies and the Atlantic slave trade* apresenta o avanço dos mecanismos de colonização dos europeus, no caso os portugueses, sobre o continente africano na região da África ocidental, enfatizando os processos de desmonte das economias e das estruturas sociais dos povos africanos com a abertura do Atlântico e o escoamento de escravizados para as Américas com o tráfico transatlântico. No que tange ao conceito de escravidão, as perspectivas de Jonh Fage (2014), seguido de Meillassoux (1995) e Moraes Farias (1985) parecem confluir, pois, apesar de Fage (2014) não definir ou fechar uma interpretação conceitual sobre a escravidão em África, acabou por delinear uma teia

maleável das relações comerciais entre europeus e africanos, mostrando que no século XV os povos da Europa não se depararam com estruturas escravocratas fechadas em si, mas que estas estavam dissolvidas nas dinâmicas de mercado entre os mais diversos estados africanos, compondo um sistema de mercantilização do escravo. Segundo as interpretações historiográficas dos três autores, o escravizado, durante os séculos XV e XIX, passou da condição de propriedade ou bem móvel a ser comercializado para a de mercadoria desprovida de humanidade. Nessa perspectiva, parece inviável definir o conceito de escravidão em África apenas a partir das relações comerciais no interior do continente africano, pois essa dinâmica escravista estava conectada na modernidade ao comércio transatlântico para as Américas.

Outro historiador que realizou um revisionismo sobre as questões relacionadas à escravidão em África e sobre as relações comerciais euro-africanas transatlânticas é o nigeriano Joseph Inikori, o qual se posiciona sobre o impacto dessas relações comerciais para a atual conjuntura do continente africano. Inikori alia uma importante revisão historiográfica contemporânea sobre o tema com uma densa reinterpretação de fontes documentais feitas em arquivos, definindo as relações entre o continente africano e o europeu na modernidade. Defende que o volume de escravizados transportados pelos povos europeus no comércio intra-africano teve um número muito maior de sujeitos africanos escravizados e vendidos como mercadorias em direção ao Atlântico do que apontam as estatísticas da historiografia já consagrada pelo tema, refutando teses de Philipp Curtin, David Eltis e David Richardson B. L. Anderson. (LOPES, 2013).

Inikori defendeu também que, no início do século XV, das relações transatlânticas euro-africanas partiram transações entre mercadorias têxteis produzidas pelas indústrias europeias em troca de escravizado africano com destino às Américas. Nesse contexto, o continente africano considerava o escravizado como o “bem” mais rentável a ser comercializado. Inikori deixa claro que os únicos beneficiados com este comércio foram as elites e chefes de estados africanos e as nações europeias (LOPES, 2013):

Da mesma forma e em vastas regiões da África, a expansão do modo de produção baseado na escravidão apenas contribuiu para limitar, ainda mais, o desenvolvimento dos mercados internos e da produção comercial. Outrossim, o tráfico transatlântico de escravos impediu, de várias formas, o desenvolvimento das trocas de produtos com a Europa, trocas estas que poderiam ter estimulado o crescimento do

comércio intra-africano e a produção com fins comerciais. Por essas razões, em meados do século XIX, a produção alimentar de subsistência permanecia, de longe, a atividade econômica preponderante da África (INIKORI apud LOPES, 2013).

Inikori mostrou que com a mercantilização do escravizado para as Américas houve intensificação da oferta de escravizados do continente africano em direção ao Atlântico, o que iniciou um processo de desestruturação das nações africanas, pois foram alterados os códigos simbólicos que regiam as relações escravistas no interior de suas sociedades, baseadas anteriormente em uma relação de propriedade. A partir de então, as nações africanas viram na guerra pulsante um mecanismo eficiente para obtenção de escravizados, com o intuito de manter o sistema escravista no interior do continente africano com vistas à manutenção da economia transatlântica para as Américas.

Para Inikori, esse processo teria se acentuado e marcado as relações euro-africanas no século XVII, numa relação geopolítica vantajosa para a Europa e desestruturada para as economias das nações africanas. Portanto, o comércio transatlântico de escravizados na modernidade configurou as dinâmicas geopolíticas marginalizadas da África na contemporaneidade, marcando seu atual posicionamento nas relações capitalistas globais (LOPES, 2013).

Os estudos do cientista político senegalês Phaté Diagne (2010) confluíram com as teses do historiador nigeriano Inikori, que advogam uma África seiscentista de movimentos, interligada por meio do comércio de escravizados, do capitalismo, do cristianismo e pelo Islã, instituições que conectavam aquele continente e foram responsáveis por mudanças históricas estruturais na dinamicidade deste território. O século XVII é veiculado como um período de ápice do desenvolvimento do comércio interno e da produção industrial em grande escala, mas também é o momento em que as estruturas econômicas iniciam um processo de desestruturação e desregulação causado pelas pilhagens através da implantação das feitorias na costa centro-ocidental africana, realizado pelos portugueses e pelas várias nações europeias (DIAGNE, 2010).

Em consonância, o historiador e antropólogo belga Jan Vansina (2010) apresenta um continente africano conectado por rotas comerciais e caracterizado por movimentos populacionais em que cada nação tinha o seu sistema de mobilidade e migração gerido e regulamentado de acordo com suas produções econômicas, relações comerciais e interações sociais estabelecidas entre os estados africanos. “Desta maneira,

pode-se considerar o tráfico de escravizados após 1660 como um acontecimento comum no que diz respeito aos indivíduos”, constituindo a maior migração realizada pelos povos africanos em direção às Américas do Sul e do Norte (VANSINA, 2010, p. 62).

O comércio interno no continente africano formou a base dos movimentos diaspóricos, ampliando-se desde o século XV e tendo maior densidade no século XVII. O comércio transatlântico que tinha como principal função o transporte de escravizados negros do continente africano para as Américas teve diversos mediadores – europeus, americanos (e brasileiros) e africanos – ambos influenciando a ordem econômica que emergiu durante a modernidade e se consolidou com o imperialismo na África no século XIX, ganhando no século XX dimensões maiores de domínio econômico e político sobre a África (VANSINA, 2010).

O período de 1500-1800 foi caracterizado pelo estabelecimento de um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico conectando Europa, África e América, cujas relações reorganizaram o papel econômico dessas regiões. Feitorias portuguesas foram implantadas no continente africano sob ordem e autorização dos chefes políticos de diversos grupos étnicos do continente africano para organizar tal comércio. A segunda metade do século XVII é marcada pela acentuação do comércio transatlântico dos povos escravizados africanos, havendo uma decadência do comércio de povos europeus no Mar Negro em direção África do Norte no final do século XVII (VANSINA, 2010).

Em paralelo, os estudos do historiador polonês Marian Malowist (2010) confluem com os de Vansina sobre a dinâmica do comércio transatlântico de escravizados:

Desde o começo do século XVI e, em particular, ao longo da segunda metade desse século, a África desempenhou um papel extremamente importante, ainda que pouco invejado, de fornecedora de mão de obra e de uma certa quantidade de ouro para uma economia mundial em pleno desenvolvimento (MALOWIST, 2010, p.12).

Marian Malowist (2010) defende que no período entre 1500-1800 as relações comerciais atlânticas configuraram o eixo mercadológico do sistema capitalista globalizante e de que, nesse processo, a África se tornou fornecedora de escravizados para as Américas, acentuando uma relação comercial com o Brasil cujo ápice se deu no século XVII. Assim, em busca de rotas comerciais os traficantes construíram feitorias na costa africana, comercializando nesta região ouro e escravos. Na costa do continente

africano, a França realizou pilhagens dos navios portugueses, a Inglaterra se dedicou aos saques dos navios castelhanos e a Holanda, que tinha certo acúmulo de capital, destacou-se nas transações comerciais organizadas pelas suas próprias companhias. Com o desinteresse pelo ouro na costa ocidental do continente africano no século XVI, essas nações que estavam se industrializando realizaram efervescentes trocas comerciais de seus produtos industriais pelos escravizados africanos, engendrando um comércio de escravizados no Atlântico no século XVII e acentuando as relações geopolíticas que se desenrolariam nos séculos precedentes.

O historiador canadense Paul Lovejoy (2002) realizou estudos sobre a história da África e da diáspora africana, destacando que, antes da “abertura” do Atlântico, a escravidão no continente africano estava próxima de uma relação doméstica associada ao exercício de certas funções, sendo apenas uma das formas de trabalho nos estados africanos. Assim, a escravidão não constituía a base econômica das sociedades africanas e os sujeitos escravizados estavam presentes em todas as esferas sociais, desempenhando importantes funções, de ordem econômica, militar e política.

Grande parte das nações da costa ocidental africana eram patrilineares, possuindo um modo de produção de “linhagem” ou “doméstico”. Desse modo, as mulheres tinham funções fundamentais na estruturação e manutenção dos grupos sociais. O trabalho estava dividido por faixa etária e sexo e os indivíduos mais velhos exerciam controle sobre os meios de produção e sobre o acesso às mulheres. As sociedades dependiam do trabalho exercido pelas mulheres e a escravidão nesse contexto era uma das formas de dependência entre os indivíduos, mas não era uma instituição essencial para a organização e manutenção dessas nações. De todo modo, o escravizado nas estruturas sociais do continente africano era visto como um bem móvel, podendo ser capturado por meio de guerras e possuía restrições econômicas, políticas e sociais (LOVEJOY, 2002, p.31).

Com a intensificação das relações comerciais no Atlântico entre as nações africanas e europeias, as instituições escravistas em África passaram a ser regidas mais como uma “incorporação de várias estruturas econômicas e sociais num único sistema através da combinação e da interação entre diferentes modos de produção que podia ocorrer no contexto de um único estado ou de uma região mais ampla” (LOVEJOY, 2002, p. 41). Com a abertura do Atlântico a guerra entre as nações africanas passaram a ser o fator determinante das relações mantenedoras do sistema escravista.



A abertura do Atlântico foi um acontecimento histórico que marcou os estados africanos de tal forma que passaram por um processo de desestruturação do mundo social que ganhou proporções s jamais vistas. “O comércio e a expansão do tráfico europeu de escravizados através do oceano Atlântico tiveram um impacto decisivo na evolução da escravidão na África, principalmente naquelas áreas da costa da Guiné onde a influência islâmica tinha sido fraca e inexistente” (LOVEJOY, 2002, p. 51).

Numa perspectiva diferenciada, o historiador americano John K. Thornton (2004) buscou refutar as teorias construídas pelos historiadores demográficos, como Lovejoy (2002), os quais afirmam que o continente africano sofreu um forte impacto econômico e social devido à abertura do comércio transatlântico de escravizados. Para Thornton (2004, p. 124), “o comércio de escravizados (e o comércio em geral) não deve ser visto como um ‘impacto’ externo e funcionando como uma espécie de fator autônomo na História da África” e a escravidão africana foi difundida no Atlântico em acordo com as instituições legais de suas sociedades (THORNTON, 2004, p. 125).

Thornton (2004) defende a tese de que o continente africano tinha a escravidão como uma instituição, que estava organizada socialmente de diferentes formas, e que os líderes políticos africanos estavam interessados e engajados no comércio transatlântico, então, o comércio com a Europa representou, até certo ponto, lucros consistentes para os chefes das diversas nações africanas (THORNTON, 2004, p.124). O comércio interno em África com os europeus “desenvolveu-se e foi organizado de forma racional pelas sociedades africanas que dele participaram, as quais tinham completo controle sobre o mesmo, até que os escravizados embarcavam nos navios europeus para levá-los para as sociedades do Atlântico” (THORNTON, 2004, p.124).

O historiador americano Seymour Drescher (2011) na obra *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo* dedicou-se ao estudo dos processos de abolição da escravidão nas Américas e defendeu que a desestruturação da escravidão enquanto uma instituição atlântica teve interesses de ordem econômica, pois os norte-americanos tinham interesse político na desregulação da estrutura atlântica escravista, uma vez que o comércio de escravizados representava a supremacia dos países europeus que se beneficiavam e enriqueciam com o sistema escravista nas Américas.

Drescher (2011) analisou a escravidão entre os séculos XV e XIX como um poderoso e lucrativo sistema comercial que envolvia e conectou os povos de todas as

partes do mundo. No que tange ao século XVII, por exemplo, o autor se debruçou sobre as relações escravistas no mediterrâneo que eram organizadas pelos povos africanos do norte, pelos orientais e pela Europa ocidental. Ainda neste período, as rotas comerciais entre os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico conectavam Ásia, África, América e Europa e comercializavam os mais diversos bens, entre eles o escravizado. Este historiador defendeu que as mais variadas expressões religiosas (islamismo, catolicismo, luteranismo, calvinismo) em suas mais diferentes formas defenderam e justificaram a manutenção do sistema escravista, compondo uma estrutura ideológica que regeu e legitimou a escravidão enquanto um sistema econômico internacional.

Ainda para Drescher (2011), a escravidão africana na modernidade representou um sistema legal e econômico que conectou os estados africanos e funcionava independentemente das relações comerciais com os povos europeus e que esse sistema escravista, vigente em África, foi decisivo para que os povos africanos se tornassem os principais controladores comerciais de escravizados no Atlântico:

(...) quais eram os limites culturais e legais da escravização durante os dois séculos de aumento da captura e do comércio dos fins do século XV aos fins do século XVII? A religião justificava de uma só vez a experiência e a mudança da escravizabilidade (DRESCHER, 2011, p. 43).

A religião, por sua vez, levaria os escravizados a serem associados a pagãos e pecadores e, por vezes, retirava suas condições de humanidade, estando em correlação com os objetivos do sistema econômico escravista em expansão, o qual agregou ao escravo o valor de produto, bem móvel de “grande” rentabilidade para quem o negociava. Assim, sob o signo de pagãos/mercadorias, os escravizados africanos foram comercializados em direção ao comércio transatlântico (DRESCHER, 2011).

O historiador beninense Elisée Soumonni (2001), em sua obra *Daomé e Mundo Atlântico*, ao estudar sobre a participação de Daomé/Uidá (Benin) no comércio de escravizados para a América portuguesa, na segunda metade do século XIX, deixou evidente que o tráfico transatlântico foi o principal acontecimento histórico responsável pelas mudanças que desregulou as instâncias econômicas, sociais e culturais em África. Um dos fatores que Soumonni (2001) analisou em seu trabalho foram as constantes disputas, conflitos e guerras oriundas do desejo de poder e conquista de escravizados por parte dos estados africanos em aliança com os povos europeus.

Portanto, a partir estudos que ganharam ressonância mundial nas últimas décadas do século XX, entende-se que o comércio transatlântico de escravizados africanos pelos estados europeus e africanos em direção à América portuguesa, no século XVII, partiu da expansão da escravidão enquanto sistema econômico correlacionado que interligava e regia as relações entre os três continentes. Dessa forma, o comércio de escravizados africanos no século XVII, multidirecionado entre África-Europa-América, e bipolarizado entre África e Brasil, marcou as principais dinâmicas comerciais do Atlântico.

David Eltis e David Richardson organizaram uma obra no ano de 1995 contendo o registro de milhares de viagens negreiras. Tempos mais tarde, os autores disponibilizaram uma versão online desta obra mais atualizada intitulada o *Transatlantic Slave Trade Database*, acrescentando novos dados quantitativos e qualitativos. Sobre as informações quantitativas se sobressaem elementos das estimativas do tráfico negreiro compreendendo os séculos XVI e XIX, pelos portos de embarque e desembarque. Sobre o conteúdo qualitativo da obra estão os nomes dos capitães, donos dos navios e nome dos barcos (SILVA JUNIOR, 2012).

David Eltis e David Richardson (2008) produziram o *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. A obra é dividida em seis partes, no início de cada parte os autores realizaram um resumo sobre o conteúdo de cada capítulo, antes de adentrar em um conjunto de mapas. Eltis e Richardson (2008) registraram cerca de 35.000 viagens transatlânticas. A obra foi prefaciada por David Brion Davis, autor de textos sobre a escravidão, o qual evidencia que é difícil compreender, definir ou conceituar o que seria a escravidão e o sistema escravista do Atlântico. Assim, apresenta o quanto foi relevante o trabalho de pesquisa desenvolvido na obra *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*.

A introdução da obra referida acima trata do tráfico escravista de 1501 a 1867 e da construção do complexo escravagista no continente americano. A cana-de-açúcar apareceu como a mola propulsora da manutenção do tráfico escravista de africanos. Eltis e Richardson (2008) evidenciaram a importância das correntes marítimas para realizar o fluxo do tráfico transatlântico, além de terem analisado de maneira consistente e detalhada as regiões e portos na África onde, de acordo com suas pesquisas, os mais de 12 milhões de escravizados embarcaram. Todas essas informações são seguidas de textos explicativos e mapas (SILVA JUNIOR, 2012).

Algumas questões sobre o tráfico e a escravidão foram estabelecidas e levantadas neste imenso conjunto documental. Eltis e Richardson (2010) afirmam que

no século XVI e XVII ocorreu uma intensa relação comercial transatlântica dos portugueses, espanhóis com os povos do continente africano. Essas nações tinham, em certa medida, influência sobre os portos de embarque do continente africano. Somente em 1660 foi que as nações inglesas e holandesas se tornaram competidoras com os portugueses e espanhóis nos mercados africanos, fazendo-se presentes, no século XVIII, na rota transatlântica para a América do Norte em direção às ilhas caribenhas produtoras de açúcar. Já os portos do Rio de Janeiro e Salvador, no Brasil, teriam sido os dois principais, dos vinte catalogados, nos quais desembarcaram escravizados durante os séculos estudados (ELTIS; RICHARDSON, 2010).

Nesta perspectiva, mesmo com a proibição do tráfico entre 1808 e 1851 o porto de Salvador registrou um crescente número de escravizados desembarcados se comparado com o fluxo de escravizados durante os séculos anteriores, refutando o discurso de que, nos finais do século XVIII e XIX, o número de pessoas traficadas e vendidas diminuíram. Assim, intensificaram-se, principalmente, as relações entre Golfo do Benim e Salvador. O padrão de distribuição e organização do fluxo de africanos no Atlântico esteve longe de ser aleatório, mas obedecia aos interesses comerciais de ambas as partes envolvidas dos dois lados do Atlântico (ELTIS; RICHARDSON, 2010).

Assim, esses autores chegaram a importantes conclusões a partir dos dados quantitativos: as mulheres foram transportadas em maior número antes do século XVIII, o número de homens e crianças deportados da África cresceu de forma gradativa com o passar dos séculos e teve números variados sobre a mortalidade, o comércio que era feito no Golfo do Benim apresentou taxas menores, devido demorar menos dias de viagem, do que, por exemplo, da África Oriental, que possuía taxas mais altas de mortes, devido estar mais distante das Américas. Sobre as revoltas registradas, os autores identificaram que o século XVIII assistiu ao maior número de rebeliões dos escravizados nos navios, e que no século XVII os navios carregavam uma tripulação maior em relação aos séculos posteriores. Muitas revoltas aconteceram não somente nos navios dos escravizados, mas foram registradas no litoral do continente africano (ELTIS; RICHARDSON, 2010).

Sobre a abolição escravista, Eltis e Richardson (2010) mostram as intervenções dos britânicos ao tentarem impedir o tráfico entre América e África, no entanto, essas medidas não influenciaram de forma decisiva para o término do tráfico transatlântico.

Para além do impacto demográfico com o fluxo refluxo do tráfico de africanos, o sociólogo inglês Paul Gilroy transpôs o significado da diáspora africana para além de uma migração de pessoas da África para o mundo. Gilroy reconfigura o conceito de cultura para entender o processo da diáspora africana. O mar Atlântico, em sua obra, é interpretado como um espaço em que não se pode circunscrever e delimitar as culturas, pois é composto por uma hibridização que não permite identificar o que são aspectos da cultura de um povo em detrimento de outro. Com isso, a cultura seria um corpo híbrido que não está fechada em um grupo étnico ou nação. Por todo o seu livro, Gilroy repensou a modernidade pela análise das relações atlânticas de África e Américas. Portanto, os discursos baseados na formação da raça, da nação e do grupo étnico, na ideia de pureza cultural são dissolvidos e perdem fundamento neste profundo estudo sobre o Atlântico Negro. “O caráter de novidade está no uso político que faz desse referencial no seu trabalho, para pensar em novas bases a cultura e a(s) identidade (s) negra(s), enfatizando, sobretudo, o problema e os limites da identidade étnica e racial” (SANTOS, 2002, p. 274).

Gilroy (2001) rompe com a ideia de que o território seria a base formadora do pertencimento de consciências, pois, para ele, o espaço territorial perderia a força para explicar e determinar as identidades étnico-raciais. Sob a interpretação da diáspora africana pode-se estudar não a raça, mas complexas formas geopolíticas e geoculturais dos sujeitos que foram construídas por sistemas de interações inseridas em contextos que não só incorporam e se modificam, mas transcendem a si mesmas. Para ele, o terror racial da modernidade seria não o esquema de organização da relação entre senhor e escravo, mas os mecanismos que fizeram parte desta relação. “Do ponto de vista do autor, a relação entre nacionalidade e etnia foi apoiada retoricamente pelo exclusivismo cultural que enfatiza o sentido absoluto da diferença étnica entre os indivíduos em detrimento das suas experiências social e histórica” (SANTOS, 2002, p.276). A obra de Paul Gilroy (2001) ao defender o conceito de cultura como hibridizada, sem possuir essências ou origens em um espaço, tempo e grupo humano específico construiu um importante argumento que vai ao desencontro de todas as formas de discursos baseados no afrocentrismo e eurocentrismo.

### **1.1.2 Simbolismos interpretativos da escravidão**

O desafio dos pesquisadores têm sido superar as categorias que analisaram a história dos mais diversos temas sobre os povos do continente africano, pois estas teriam sido formuladas exclusivamente e predominantemente pela Europa. Quando se volta o olhar para entender sobre a escravidão em África e as relações comerciais atlânticas, busca-se encontrar no continente um conjunto de organizações familiares, de igrejas, nobres, reis, mercadores. Como seria possível construir uma história totalizante e universal sobre a escravidão e o comércio de africanos envolvendo e conectando todos os povos e continentes abarcados dentro de uma mesma moldura se os princípios de organização social eram específicos e possuíam uma variedade imensurável? (FEIERMAN, 1993, p. 9).

Eric Wolf (1982), em *Europe And The People Without History*, realiza um árduo balanço da emergência das configurações do capitalismo e sua consolidação partindo da Europa e englobando a participação dos “povos sem história”. Orientou seus debates apropriando-se de três “modos de produção”, o que, de alguma maneira, reduz as mais diversas experiências em alguns tipos de esquemas desenvolvidos pela Europa. Seu principal desígnio foi analisar as formas de organização geopolítica que conectavam os mais diversos povos em um mercado internacional. Foi para o objeto do capitalismo que Wolf almejou construir uma história universal e total, baseando-se nas regularidades e processos que organizariam a História em uma moldura. Assim, defendeu que a existência de um mercado mundial possibilitou o surgimento do dinheiro e dos preços como um código linguístico universal que conectaria todos os povos e organizações sociais. Os bens em todas as partes do mundo se tornariam mercadorias, e estas poderiam ser compradas e vendidas sem nenhuma referência à instituição social na qual ela fazia parte. As mercadorias tinham um valor quantitativo e menos simbólico em relação a todas as mercadorias, devido à emergência dos sistemas de mercado (WOLF, 1982, p. 310).

Wolf (1982) apresentou as consequências políticas e econômicas para o comércio de pele para os sujeitos da América do Norte e do comércio escravista para a África. Ao se debruçar sobre os não europeus na história mundial, tornou-se importante para evidenciar como têm sido difícil a partir de uma única narrativa abarcar as inúmeras experiências sociais vivenciadas pelos sujeitos “para o que deve necessariamente existir níveis de experiência que Wolf não descreve — níveis nos quais as pessoas se esforçam para criar novos modos de dar formas culturais para a ação

social, níveis em que a experiência escapa da regularidade dos processos “universais” (FEIERMAN, 1993, p. 10).

Diferentemente de Wolf, os trabalhos de Arjun Appadurai e Igor Kopytoff (2010) mostram que os objetos se transformam em mercadorias em modos culturais específicos. Com isso, os objetos têm uma historicidade, posto que o modo como um objeto se transforma em mercadoria muda de acordo com a sociedade no qual faz parte. Sharon Hutchinson ao estudar sobre a simbologia do dinheiro nas sociedades Nuer no sul do Sudão, mostrou que as mercadorias tinham um valor cultural diferente do esperado e defendeu que o dinheiro enquanto valor e poder não pode ser conceituado e interpretado de forma universal, já que sua importância e sentido variam de acordo com determinados sistemas sociais e culturais se distanciando em muitos casos dos modelos interpretativos desenvolvidos por Marx na Europa para entender as relações capitalistas (HUTCHINSON, 1988, p. 179).

Dizer isto não significa negar a existência de mercadorias, nem a sua comensurabilidade a partir de uma base mundial, nem a importância do surgimento de um mercado mundial. Dizer isto significa simplesmente que a história das mercadorias não é uma história total, que existem espaços de experiência para além do alcançado (FEIERMAN, 1993, 10).

A construção de uma análise baseada em uma formulação da história comparativa com objetivos mais modestos tem se tornado uma possibilidade para pensar sobre os povos no contexto internacional das geopolíticas econômicas. Philip Curtin em *Cross Cultural Trade in World History* explorou as organizações dos sistemas que regeram as redes comerciais pré-industriais que interligavam os povos por meio das fronteiras culturais. Isto corresponde a um trabalho histórico de caráter sociológico, focado nas especialidades dos comércios retirados de seu grupo de origem e recodificado no diálogo e interação com outras comunidades, conectados por outra rede comercial em uma “diáspora mercantil”. “Curtin usa o comércio diaspórico para explorar a definição das zonas de intercomunicação na história mundial”. Defendeu ainda que um dos mitos sobre o comércio atlântico seria de que ele foi ocasionado largamente pelo interesse das nações europeias sobre a África, de fato, a iniciativa de expandir o comércio para além das fronteiras internas foi resultado da ação dos povos africanos. Curtin rejeitou o discurso de que as diásporas comerciais estão todas ligadas a um mesmo ritmo de um sistema econômico, no estilo defendido por Wallerstein ou

André Gunder Frank. O sistema econômico transatlântico baseado na mercantilização do escravo como “bem” ou “capital” defendido como uma unidade interpretativa seria apenas uma influência entre tantas outras do curso da História (FEIERMAN, 1993, p. 11)

Pesquisadores como McNeill, Braudel, Bennassar e Chaunu, Wolf, Curtin dentre outros defenderam que um estudo aprofundado da história do continente africano, asiática e latino-americano pode mudar a compreensão sobre a história geral e o posicionamento da Europa no mundo (FEIERMAN, 1993, p. 11). Não são mais sustentáveis as teses que defenderam as ações dos povos africanos como meras consequências influenciadas por um centro europeu dominante. Essa alteração em nossas perspectivas de conhecimento histórico é desconfortável para aqueles desejam organizar a História em um esquema escravista autodeterminado.

As mudanças nas narrativas que escreveram sobre essa temática foram sendo acompanhadas por mudanças e inovações no campo metodológico. Tais métodos desenvolvidos de maneira precisa pelos intelectuais africanos incluíam História Oral, linguística, análises históricas de formato antropológico, assim como, arqueologia histórica. Os avanços históricos no que tange a metodologia de análise não estavam restritos ao campo epistêmico africano. Tornou-se consensual o entendimento de que não podemos entender os processos históricos por uma única narrativa, por uma perspectiva totalizante, o que provocou consistentes mudanças na episteme do pensamento cultural e social mais recente. Desta forma, as múltiplas categorias que foram utilizadas para entender e organizar acontecimentos universais foram desenvolvidas por um eixo do mundo capitalista, pela Europa. As muitas categorias usadas como universais são particulares e se referem à experiência vivenciada pela Europa moderna (FEIERMAN, 1993).

Alguns estudiosos defenderam que as descrições feitas sobre os nativos e o outro colonial produziram um discurso sobre como os europeus se autodefiniram. As representações que existiram sobre o Oriente teriam sido menos a forma como os europeus interagiram com um interlocutor e mais sobre o outro silenciado. Desse modo, os não europeus foram representados apenas como um espelho invertido sobre como a Europa se enxergava. Como a Europa poderia defender seus “valores” e justificar suas ações sem construir um contraste entre civilização/barbárie, cativo/escravidão. “O escravo e o bárbaro não eram incidentais para a civilização, condições aberrantes nas



margens; eles eram constitutivos da civilização, um modo da civilização se autodefinir” (FEIERMAN, 1993, p.13).

Estas questões levantadas e defendidas foram de suma importância para a história do continente africano. Deve-se caminhar para uma interpretação do universo africano inserindo o contexto social e cultural no qual a experiência africana se deu, suas motivações e ações ocorreram. Assim, o historiador só entende esse processo se adentrar nas raízes das experiências específicas e de suas formas locais. Torna-se mais aceitável realizar uma história do lugar dos africanos no comércio atlântico para se compreender sobre algumas fragilidades interpretativas sobre o tema.

O comércio de escravos foi um conjunto de ações articuladas umas às outras em grande escala, alcançando diferentes continentes (...) nos termos de Braudel um sistema escravista se estendeu para o Caribe, as Américas, a Europa e também para o Oceano Índico. Dentro de um sistema imaginado, entendido deste modo, houve muitas outras fronteiras: as locais e as fronteiras dos subsistemas. Cada área local tinha seus próprios padrões de costumes e língua, suas formas características de integração social. (FEIERMAN, 1993, p.14).

Os historiadores têm se dedicado a situar os diversos e múltiplos elementos do comércio de escravos africanos, produzindo uma narrativa clara do desdobramento histórico, caminhando em uma direção para explicar o mundo tal como conhecemos. Na obra de Eric Willians intitulada *Capitalism and Slavery*, de 1944, foi aberta uma discussão sobre a escravidão africana como um meio que contribuiu para a industrialização na Grã-Bretanha. Em sua perspectiva a industrialização da Europa só foi possível pelo trabalho escravo africano mantido nas Américas. O debate ainda permanece em aberto, no entanto, os historiadores têm focado em uma perspectiva que parta da África e da América para além do foco na Europa; os pesquisadores estão se debruçando sobre a África no Atlântico (FEIERMAN, 1993, p.15).

Os historiadores tinham como questão responder por que os povos do continente africano foram escravizados e não os povos de outros continentes. Patrick Manning tentou construir as respostas sobre estes questionamentos ao se perguntar se o trabalho africano era pouco produtivo na África, como era na América, e se o tráfico atlântico de escravizados teria intensificado a produtividade do trabalho. Seria esta a causa do preço dos escravizados serem relativamente acessíveis se comparados com o lucro que poderia obter nas Américas? (MANNING, 1990). Claude Meillasoux (1986), ao se debruçar sobre este último questionamento, entendeu que os escravos eram

relativamente baratos e representou um negócio lucrativo para os comerciantes africanos, já que através do roubo de escravizados com destino imediato para o Atlântico não precisavam gastar com custeios de alimentação das crianças e mães escravizadas. Assim, os comerciantes de escravizados apenas pagavam a manutenção das atividades que possibilitavam o roubo de escravizados e a captura sem precedentes. Joseph Miller (1988) analisou a razão econômica do tráfico de escravizados em cada uma de suas fases, desde uso de capital da Europa no continente africano para o início da troca por escravizados, seguindo para as intensas relações do comércio transatlântico. Para Feierman (1993), as pesquisas sobre o tema da escravidão e do tráfico atlântico ganhou, nos últimos vinte cinco anos, em qualidade de produção dos trabalhos e na ampliação dos estudos sobre as sociedades africanas nesta relação.

Neste sentido a compreensão sobre a escravidão nos níveis demográficos cresceu paralelamente. Philip Curtin (1969), destacou-se iniciando este debate com *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Desde então, os lugares e rotas do tráfico atlântico tem aparecido de forma substancial. A história sobre o comércio de escravizados africanos trouxe também uma análise específica de cunho social e cultural sobre o tema. O termo *slave*, por exemplo, é utilizado pelos historiadores europeus para trabalhar o tema da escravidão em África, no entanto, este termo não era utilizado no continente para estabelecer as relações entre os sujeitos africanos, o que torna mais evidente o argumento de que a escravidão no continente africano tinha formas e valores singulares e próprios.

Os historiadores africanos têm realizado posicionamentos distantes entre si, fazendo a escolha de um ou outro lado e, ao fazerem isto, distorceram os acontecimentos históricos em África. Esse debate apareceu pela primeira vez nos anos 1960, mais precisamente entre Walter Rodney e John Fage: o primeiro defendia que a instituição escravidão passou a existir após o tráfico atlântico; este último, por sua vez, afirmou que a escravidão em África existiu muito antes da abertura do Atlântico, sendo uma instituição consolidada. Atualmente, as pesquisas tem se debruçado para entender as formas de escravidão que existiam no continente africano antes do comércio transatlântico (FEIERMAN, 1993).

Suzanne Meirs e Igor Kopytoff (1977) entendem a escravidão no continente africano por meio de uma interpretação cultural, com isso, defendem que o escravo foi um sujeito dentro de um rito, um indivíduo que passava por uma fase de integração em uma determinada linhagem de parentesco. Na primeira fase o escravo estava separado

da condição social, estando em transição para a segunda, quando era reintegrado à sociedade em uma determinada condição social. Miers e Kopytoff realizaram um estudo de numerosas linhagens e mostraram que em algumas situações os indivíduos se desprendiam de todas as organizações de linhagem e acabavam por se tornar prisioneiros de guerra. “Miers e Kopytoff não apresentaram a “escravidão” como uma condição permanente, mas uma fase entre o estágio final de reincorporação como sujeito pleno de direitos em uma sua nova linhagem” (FEIERMAN, 1993, p. 17).

Ainda segundo Miers e Kopytoff (1977) seria um equívoco afirmar que os escravos seriam vistos no continente africano como mercadorias ou bens, pois tinham seus direitos sob o poder de determinada linhagem. Frederick Cooper (1977) retratou o sistema de *plantation* na África oriental, destacando que os senhores eram árabes e utilizavam os fundamentos religiosos do islamismo para reger as relações escravistas, assim, o sistema escravista americano teria sido transplantado para a África nos últimos anos do comércio escravista transatlântico. Paul Lovejoy (1979) também afirmou que as *plantations* em África passaram a serem redefinidos em regulamentos semelhantes ao desenvolvido nas Américas nos últimos períodos do escravismo Atlântico. Lovejoy (1983) rebate Frederick Cooper (1977), defendendo que a escravidão de linhagem e parentesco era apenas uma das organizações espacial e temporal na qual o escravagismo em África foi estruturado. Para Lovejoy (1983) a escravidão em África estava no centro da discussão e era estabelecida na *plantation*.

Meillassoux, em *Anthropologie de l'Esclavage* (1986), corroborou com Lovejoy (1983) ao rebater os argumentos de Cooper (1977) relacionados à escravidão de parentesco. Meillassoux (1986) argumenta que a escravidão em África não poderia ser definida como uma extensão do parentesco ou como um status das linhagens. Assim, a escravidão estaria fora das relações de parentesco, de fato, ela seria “anti-parentesco”. Os maiores pesquisadores sobre o tema em questão defenderam mutuamente que o escravizado em África não possuía direitos comuns em relação aos demais, sendo representado publicamente pelo seu senhor, o escravizado não poderia negociar com seus próprios direitos com a linhagem na qual estava inserido. Esta relação foi defendida por Moses Finley (1968) e Orlando Patterson (1982). Para Paul Bohannan a escravidão foi apenas uma das maneiras para se retirar os direitos das pessoas, mas, no entanto, diferenciou-se de outras formas de submissão, pois quando um único indivíduo ou mais de um possui os direitos sobre outro sujeito, quando as pessoas que detém estes direitos sobre outrem não foram estabelecidas por uma base contratual realizada por

ambas as partes e se, ainda, os direitos sobre uma pessoa não são originários de uma relação de parentesco, este modo caracterizaria a escravidão e esta se enquadraria nos moldes do escravagismo em África.

Meillassoux vai mais longe e defende que a escravidão não pode ser definida em termos de direitos legais sobre um sujeito, sendo mais importante observar o contexto da instituição social em que os escravizados estavam inseridos. Escravidão, mercado e guerras sistematizadas de captura eram os mecanismos que estavam conectados para fazerem com que o continente africano se engendrasse de forma autônoma como agente do mercado de escravizados no Atlântico. O trabalho escravo era adquirido através da violência, o roubo sistematizava estas relações no continente e organizou o mercado atlântico, estruturando as sociedades que realizavam tal sistema de pilhagem de escravizados. Ao defender que a força e a violência eram a base organizadora da escravidão na África transatlântica, Meillassoux (1986) excluiu possibilidades de análise que ressaltam que o escravo poderia negociar nas mais diversas relações de parentesco. É verdade que “a escravidão pode não ter sido compatível com o parentesco, mas ela existiu dentro de um contexto no qual as alternativas à escravização eram alternativas de parentesco, onde o caráter da captura e comercialização do escravo era determinado pelas relações das redes de parentesco” (FEIERMAN, 1993, p. 19).

Feierman (1993) defende que, assim como o capitalismo e suas configurações foram um ponto comum da história da Europa para entender as nações europeias na sua dinâmica com outros continentes, a África também teria seus eixos de análise comuns que forneceriam uma ampla visão sobre a posição africana nas relações transatlânticas com os demais continentes. “Cada uma das diversas narrativas africanas carregam as marcas de sua própria história, incluindo a história do relacionamento com a Europa” (FEIERMAN, 1993, p. 22).

O historiador britânico Charles Ralph Boxer se destacou como importante nome da historiografia internacional sobre as relações transatlânticas no que se refere ao comércio de africanos no século XVII. Suas obras *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola* e *The Dutch in Brazil*, produzidas entre os anos 1960 e 1970 se diferenciam das pesquisas de seu período ao realizar uma análise com um restrito recorte temporal e espacial, por outro lado, conseguindo fazer um balanço macro sistêmico das dinâmicas comerciais que conectavam Europa, África e Brasil no Atlântico Sul. Boxer se preocupou com o tráfico de escravos e suas relações entre

Angola, Portugal, Espanha, Rio de Janeiro e Buenos Aires e suas interações específicas com Prata em especial, Paraguai, Potosó e Tucumán (SCHNEIDER, 2017).

No que tange às produções brasileiras, Boxer influenciou a historiografia sobre o tema, pois propôs uma história sob um olhar redimensionado, enfocando o papel geopolítico do Brasil colonial em participação com a África, assim como pensou o tráfico transatlântico de forma interseccionada, estabelecendo importantes relações com a África e os impérios de Portugal, Espanha e Holanda. Assim, “devemos a Boxer uma abordagem transnacional, pois ele havia compreendido que as histórias portuguesa e brasileira, entre o século XVI e o começo do XIX, não são inteligíveis separadamente (SCHNEIDER, 2017, s/p)”.

### **1.1.3 Estabelecendo definições**

A definição de comércio triangular a partir das concepções tradicionais da historiografia sobre o tema pode ser entendida como uma noção que organiza e define as dinâmicas comerciais entre os continentes europeu, africano e americano como sendo de tal maneira interdependente. Nesta perspectiva não teria sido viável na modernidade outra forma de articular esses continentes além de uma relação triangular interdependente. Assim, a Europa é percebida como a metrópole controladora do comércio ultramarino no Atlântico, a África seria um continente fechado economicamente em que apenas agiria respondendo às necessidades comerciais dos europeus e a América seria uma colônia da Europa, sendo, portanto, extensão do mercado comercial europeu. Assim, o comércio triangular na historiografia tradicional sobre o tema descarta as conexões comerciais autônomas entre Brasil e África na modernidade e entende que o comércio transatlântico foi organizado e gerido unicamente e exclusivamente pela Europa.

Porém, desde o final do século XX, os trabalhos historiográficos sobre o tema têm redefinido esta perspectiva. Com a emergência das histórias conectadas, Boxer influenciou os autores brasileiros, assim, nesta redefinição das dinâmicas Atlânticas, América do Sul, Portugal e África compuseram um sistema ultramarino complexo e multidirecionado, não sendo, portanto, unilateral, ou seja, Brasil e África possuíam complexos e ativos sistemas que agiam sobre a Europa. “No caso brasileiro, consolidou-se a percepção de que a América portuguesa integrou ativamente um vasto império ultramarino, participando de múltiplas redes políticas, econômicas e culturais

(SCHNEIDER, 2017, s/p)”. Um dos desdobramentos da perspectiva historiográfica de Boxer no Brasil esta presente nos estudos de Luiz Felipe de Alencastro (2000), que defendeu que o Atlântico Sul no século XVII formou um império erigido por um sistema próprio e que não seria possível compreender a formação do Brasil sem considerar as relações entre as duas margens do Atlântico.

Alencastro em *O tratado dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* que publicado pela primeira vez em (2000) desconstruiu o conceito de comércio triangular ao apresentar as relações econômicas autônomas entre Brasil e África no Atlântico no século XVII. A historiografia sobre o tema escravidão e comércio de africanos têm superado a percepção de que o Brasil era exclusivamente uma extensão da organização mercantilista do império Português, assim como também, a África sendo uma região que apenas interagiu de acordo com os interesses políticos e comerciais da Europa. Alencastro (2001) evidenciou a existência no século XVII de uma relação econômica, no que se refere ao comércio entre africanos e brasileiros, bipolarizada pelos dois lados do Atlântico.

Portanto, esta pesquisa entende o comércio transatlântico de africanos com base nos autores que esclarecem a existência de uma intensa e autônoma relação comercial entre África e Brasil, com isso, esses dois continentes comporiam um sistema organizacional próprio no século XVII, pois o discurso de um comércio estruturado em função e direcionado para a Europa perdeu vasão. Este dinamismo Sul Atlântico possuía variadas e retalhadas interpretações que conectavam o Brasil ao continente africano.

## **1.2 África e Brasil no Atlântico Sul**

Neste tópico, mostram-se as mudanças na perspectiva historiográfica brasileira especialmente a partir da segunda metade do século XX, apontando as principais novas leituras sobre o posicionamento da África e do Brasil no comércio transatlântico. Num primeiro, evidencia-se que as produções historiográficas brasileiras estavam voltadas, em sua maioria massiva, para os recortes do século XVIII e XIX, havendo poucos trabalhos que pensaram especificamente o século XVII e suas implicações. No segundo momento, apresentam-se algumas importantes produções sobre o tema escravidão e comércio de africanos que foram produzidas pela

historiografia brasileira dos anos de 1980 em diante, evidenciando suas renovações e perspectivas sobre o tema.

### **1.2.1 Historiografia brasileira: mudanças interpretativas sobre a dinâmica da África e do Brasil no comércio transatlântico**

No caso das produções historiográficas do Brasil, a primeira obra que podemos partir para sinalizarmos os estudos sobre a escravidão e comércio transatlântico foi construída por Gilberto Freyre sendo *Casa Grande & Senzala*, publicada pela primeira vez nos anos 1930. Nesta obra o autor realizou uma análise baseada nos valores racialistas europeus. Para Freyre o “encontro” entre brancos e sujeitos de “cor” teria sido condicionado pelo sistema de produção (monocultura latifundiária) e pelo número diminuto de mulheres brancas no Brasil. Enquanto o sistema produtivo acentuava a estratificação social, o processo de miscigenação caminhava para uma relação de fraternidade entre colonizadores e colonizados. Por outro lado, Gilberto Freyre, formado nos Estados Unidos e sob influência da antropologia norte-americana realizou uma análise de viés cultural sobre as relações étnico-raciais no Brasil Colonial e utilizou, para tanto, um conjunto de variadas fontes históricas. Buscou se contrapor às teses de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna ao defender que a miscigenação não representou um problema nacional, mas que a miscigenação era positiva pois iria “depurar” e “embranquecer”, a longo prazo, a nação.

Neste mesmo período, as obras *Evolução Política do Brasil* (1933), de Jacob Gorender, e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior sinalizaram abordagens sobre a escravidão e o tráfico baseados na corrente historiográfica economicista, oriunda do materialismo histórico.

Caio Prado Junior buscou desvendar a estrutura da sociedade escravista, nela identificando três elementos fundamentais: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, estrutura que apareceu configurada e subordinada pela lógica do capital mercantil. Para o autor, o sentido da colônia é produto da expansão marítima e comercial europeia (ADOLFO, 2014, p. 9).

Para entender o acontecimento histórico da escravidão e do tráfico, bem como, o sentido da colonização, os estudiosos se debruçaram sobre as relações dos sujeitos no interior das classes sociais. Posteriormente um conjunto de historiadores

orientados pelo trabalho de Caio Prado Junior buscaram entender o fenômeno da colonização. Dentre esses autores, destacam-se Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* na edição de (1998) e Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Ambos os estudiosos entendem que, no período colonial, o Brasil foi apenas uma extensão do projeto metropolitano desenvolvido e organizado pelos portugueses. Assim, o sistema colonial na América portuguesa foi condicionado pelos interesses europeus, sendo apenas uma expansão de seus interesses comerciais e da globalização do capital mercantil da empresa metropolitana europeia. Já os estudos de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, ao analisarem a “evolução” da história colonial brasileira, dissociaram-se do pensamento de Furtado (1959) e Novais (1879), pois apresentaram uma lógica organizacional particular do Brasil, definindo um modo de produção próprio e específico, intitulado “escravagismo colonial”. Por tanto, o Brasil enquanto América portuguesa não seria um mero reflexo dos modos de produção da Europa, mas tinha estabelecido uma relação, até certo ponto, autônoma com a Europa e com a África e possuía suas específicas organizações produtivas internas.

Como reverberação das vertentes economicista e marxistas nos anos 1960 e 1970, os trabalhos historiográficos em nível de Brasil sobre o tema seguiram dois eixos de pesquisa: o primeiro objetivou definir a natureza da dinâmica do modo de produção econômico que foi atuante no Brasil, no que tange a sua relação com os povos do continente europeu e africano; a segunda vertente de pesquisa almejou construir críticas sobre as teses de Gilberto Freyre e repensar o acontecimento da escravidão no Brasil colonial (ADOLFO, 2014).

Sobre a discussão referente aos modos de produção, os pesquisadores se subdividiram em diferentes teses. Alberto Passos Guimarães, em *Quatro Séculos de Latifúndio* (1964), Ignácio Rangel, em *A Questão Agrária Brasileira* (1961), Nelson Werneck Sodré, em *A formação histórica do Brasil* (1976), faziam parte do grupo de pesquisadores que acreditavam ter se desenvolvido no Brasil escravista um sistema produtivo feudal ou semifeudal. Outros pesquisadores como Fernando Novais em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777/1808)* de (1981), Caio Prado Junior com *Revolução Brasileira* (1966), Octávio Ianni em *Escravidão e História* (1975) e Fernando Henrique Cardoso com *Autoritarismo e Democratização* (1975) defenderam que a colônia portuguesa fez parte de um sistema capitalista internacional que poderia ser definido como subordinado, misto ou subdesenvolvido. E, por último, os estudiosos Ciro Flamarion Cardoso em *Sobre os Modos de Produção Colonial da*



*América* (1975) e Jacob Gorender com *Escravidão Colonial* (1978) defendiam a existência de um sistema produtivo denominado de escravagista colonial que era próprio do Brasil, longe de ser um mero resultado do sistema produtivo da Europa, era regido pelas suas lógicas internas de interesse.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda dos regimes totalitários, foram repensadas as produções de saber cunhadas nas doutrinas do racismo. A UNESCO financiou pesquisas sobre as relações raciais no Brasil e o estudo da escravidão em suas décadas finais foi objeto de pesquisa para entender o impacto da escravatura na organização e manutenção das desigualdades sociais no país, bem como para compreender a atual posição do país no cenário internacional das relações geopolíticas. As pesquisas de Emília Viotti da Costa (*Da Senzala à Colônia*, 2008), de Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, 1962), Florestan Fernandes (*Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 1973), Octávio Ianni (*As metamorfoses do escravo*, 1962 e *Escravidão e História*, 1975) repensaram e criticaram os discursos produzidos por Freyre sobre um sistema escravista baseado na benevolência e de caráter paternalista, produziram representações dos escravizados como sendo violentados e “totalmente” subjugados ao sistema no qual estavam inseridos, sendo muitas vezes um “produto” ou resultado do modo de produção escravista (ADOLFO, 2014).

De fato, houve uma mudança nas perspectivas historiográficas dos anos 1950/60 em comparação às produções dos anos 1970 em diante, pois os estudos que pensaram o sentido da colonização e a dinâmica econômica do Brasil e da África nos anos 1950 e 1960 inserem o Brasil e a África como extensões da empresa ultramarina europeia, ou seja, as produções e articulações econômicas desses continentes são lidas como parte de uma ação determinante dos povos europeus. Porém, a partir de 1970, Brasil e África passam a ser vistos pela historiografia como regiões que se movimentam economicamente de acordo com suas necessidades e interesses internos e que não partem exclusivamente dos direcionamentos dos europeus. Deste modo, houve uma mudança no ponto de vista dos estudiosos sobre como a escravidão enquanto empresa econômica do Atlântico foi organizada, pois, neste redimensionamento, reconheceu-se a existência de relações comerciais entre África e América com certos níveis de autonomia, portanto, brasileiros e africanos, também foram agentes envolvidos nesta empresa transatlântica.

No final dos anos 1970 e 1980, a perspectiva teórico-metodológica de viés marxista e economicista foi contestada por historiadores precedentes que se dedicaram a estudar a escravidão. A redemocratização do país, somados a emergência dos movimentos das minorias (negros, mulheres, sem-terras, operários), da construção de novos partidos políticos, do surgimento dos programas de pós-graduação e da influência de pesquisas estrangeiras, principalmente dos estudos de E. P. Thompson e de Eugene Genovese, possibilitaram a consolidação de pelo menos duas linhas de trabalho sobre o tema, sendo estas os estudos quantitativos direcionados para as questões relacionadas à demografia escrava, embasando-se na formação dos núcleos familiares de escravos e preços e outra linha de trabalho que se debruçou sobre os temas resistência, religião, trabalho, lazer e tradição, ambas as linhas analisadas numa perspectiva social do econômico e cultural. “Mesmo com as especificidades de cada obra, durante os anos 1980 podemos perceber a emergência de um referencial que perpassou a maioria dos trabalhos deste período: o entendimento do escravo como agente histórico” (ADOLFO, 2014, p. 13).

Nos anos 1970 e 1980, o escravizado que passou a ser visto como um agente histórico capaz de integrar e ser formador do sistema econômico no qual se inseria. Se na historiografia antecedente a principal forma de resistência era por meio do suicídio, fuga e rebeliões, os estudos passaram a adentrar na percepção do escravo sobre o sistema colonial, assim, ações entendidas como passividade e acomodação poderiam ser reinterpretadas como mecanismos de resistência escrava.

No primeiro aspecto se sobressai a preocupação de Gorender com a importância das questões sistêmicas. Isso sugere que os pressupostos teórico-metodológicos de Gorender, ou seja, a perspectiva de que as sociedades devem ser entendidas prioritariamente por meio da análise de suas estruturas produtivas, e da sua compreensão como totalidades, sistemas articulados, parece ter sido uma marca da historiografia dos anos 1960/1970, que a impediu de apreciar os estudos oitocentistas, uma vez que estes desconsideravam o valor das estruturas na análise da escravidão. Parece haver, neste ponto, então, uma ruptura teórica entre os anos 1960/1970 e 1980 (ADOLFO, 2014, p. 14).

Jacob Gorender, em artigo intitulado *Escravidão Reabilitada* (1990), aponta algumas fragilidades da produção historiográfica da década de 1980, pois a abordagem subjetiva do escravizado no Brasil colonial teria caminhado para uma interpretação em que este agente contribuiria com o sistema escravista. Assim, este intelectual apontou que as produções historiográficas sobre a escravidão produzidas nos

anos 1980 ao se dedicarem a entender as motivações e ações singulares e específicas dos escravizados acabaram por defender de forma implícita que o escravizado era um colaborador do sistema escravista. E essa interpretação foi somada a falta de observação macroanalítica da escravidão colonial, estando, portanto, fragmentada (ADOLFO, 2014).

Portanto, para Gorender a nova historiografia sobre escravidão foi devedora da perspectiva Freyriana, na qual são exaltadas a acomodação e o ajustamento do escravo ao sistema colonial seguindo, portanto, a concepção Freyriana de que haveria de um lado o senhor benevolente e do outro o escravo docilizado. Gorender crítica também à obra de Silvia Hunold Lara intitulada *Campos da Violência* (1988) por pensar o escravo como agente contratual da escravidão ao negociar com os seus senhores, levando a uma compreensão de que a escravidão era consensual por parte do escravizado, e, por vezes, negando a violência na qual os escravizados estavam submetidos no sistema colonial. Paralelas a esta crítica, outras três obras também foram questionadas por Gorender, sendo as de Ronaldo Vainfas, *Ideologia em escravidão* (1986), de Eduardo Silva, *O Escravo que Negocia* (1988) e João José Reis, em *Rebelião escrava no Brasil* (1986). A crítica a estes três autores é que posicionando o escravo enquanto sujeito, em detrimento de vê-lo como vítima, acabaria por tornarem nulos os aspectos da resistência escrava. Assim, segundo Gorender, tratar o escravo como agente faz interpretá-lo como um voluntário da escravidão, em que se tornando obediente conseguiria benefícios como alforria e regalias (ADOLFO, 2014).

Levantando outras críticas, em *Escravidão Reabilitada*, Gorender afirma que os temas estudados pela nova historiografia dos anos 1980/1990, tais como, as variedades do ser escravo, tráfico, família, brecha camponesa e mercado interno foram desagregados da dimensão sistêmica, da estrutura elementar que organizava o escravagismo colonial. “Para Gorender, então, a desvalorização das estruturas produtivas como eixo explicativo de todos os elementos da colônia foi o grande erro da tendência historiográfica delineada a partir dos anos 1980” (ADOLFO, 2014, p. 16).

A historiografia brasileira sobre a escravidão e o tráfico nos últimos decênios do século XX cresceu, tornando-se um importante campo de conhecimento, destacando-se a nível internacional, o que impactou de forma positiva na formação dos estudos sobre a África. No entanto, o estudo sobre a temática ainda possui um caminho a percorrer. No que tange ao recorte do século XVII, os estudos da escravidão e comércio de escravizados estiveram dissolvidos em discussões macro temáticas e

temporais, procurando compreender as relações geopolíticas da modernidade (XV-XIX) de maneira generalizante. No início do século XXI, com a emergência de trabalhos mais recortados e específicos sobre o tema, temos um campo historiográfico seiscentista em formação sobre a escravidão e o tráfico que está preocupado com temas e questões delimitadas, analisando relações particulares em determinados territórios da África, América e Europa. Assim, o século XVII surgiu como um período que possibilitava estudar temas característicos do processo da escravidão e do tráfico de escravizados, passando a ser entendido como um período central para se pensar as relações entre os continentes africano, americano e europeu. Englobar a temática sobre escravidão e o comércio transatlântico em seu contexto macro sistêmico parece ser um dos principais desafios que este campo de pesquisa ainda precisa percorrer.

### **1.2.2 Renovação do campo historiográfico: autonomia africana e brasileira no comércio transatlântico de escravos**

O historiador João José Reis em seu artigo *Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*, escrito em 1987, trouxe os principais traços que organizaram a escravidão em África e sua expansão no interior do continente com a internacionalização do comércio transatlântico de escravizados no início do século XVI em diante. João Reis (1987) entendeu que a escravidão no continente africano pré-colonial era formada por um sistema legislativo próprio regido por cada estado e nação africana e estes estados, por sua vez, tinham um modo escravista doméstico e de linhagem/parentesco que ocorria em pequena escala. Neste contexto, o escravo apesar de ser entendido como um bem móvel não estava totalmente desprovido de humanidade, pois, nestas sociedades, estes sujeitos poderia casar-se com pessoas livres, acumular bens, tinham acesso aos meios de produção, ocupavam diferentes e até altos cargos na sociedade (REIS, 1987). Os sujeitos poderiam se tornar escravos por meio de dívidas, algumas pessoas viam na escravidão uma saída para não passar fome, através de ataques e raptos nas vilas, por meio de uma aquisição externa que ocorria pela troca ou venda. No entanto, o escravo na modernidade em África ganhou uma maior importância no comércio transaariano e atlântico, tanto que, passaram a ser utilizados como mão-de-obra em algumas regiões de África, para o trabalho nos grandes latifúndios em regime semelhante ao sistema escravista que foi regido nas Américas (REIS, 1987).

Em outras sociedades africanas predominava a escravidão militarista, em que as pessoas escravizadas estavam destinadas à formação do exército, com fins de proteger a nação à qual pertencia enquanto escravo. Para estes sujeitos não era permitido o casamento com pessoas livres, no entanto, tinham certa participação política no estado, porém, não poderiam ter cargos administrativos e de escala política. Por diversas razões de interesse econômico, político e social dos estados africanos, que estavam ligadas à possibilidade de poder e riqueza dentro do continente africano e por meio do comércio transatlântico na modernidade, a escravidão se tornou um sistema em expansão dentro do continente, tendo como principal ferramenta de obtenção de escravizados a guerra pulsante entre as nações. Dessa forma, muitos povos africanos se dedicaram à captura de sujeitos para escravizarem dentro da África, também para venderem no lucrativo comércio transatlântico com os estados europeus em direção às Américas e Caribe.

Portanto, João Reis (1987) entendeu que existiu uma significativa mudança da maneira como o escravizado em África passou a ser visto, pois com a abertura do Atlântico ocorreu a necessidade dos estados africanos de abastecerem este comércio externo com escravizados através da guerra compulsória. Os estados africanos, por sua vez, desconsideraram as legislações que regulamentavam a vida do escravo no interior de suas sociedades. Assim, o escravo sendo entendido como um bem móvel/propriedade no período pré-colonial passou a ser tratado, de fato, na modernidade como uma mercadoria/sem humanidade.

Reis (1987) apontou que essa mudança na forma como o escravo passou a ser visto em África implicou diretamente nas transformações que a escravidão no interior deste continente sofreu. Para o autor, a escravidão pré-colonial se aproximava de uma variada forma de existir socialmente que se configurava de acordo com a legislação e regulamentação de cada nação africana. No entanto, com a intensificação da escravidão na modernidade esta se transformou em um poderoso sistema comercial que interligou povos e nações em África para, em seguida, se internacionalizar. O mesmo valor ideológico sobre o significado do escravo enquanto mercadoria que poderia ser comercializada no exterior e dentro de África com vias ao trabalho sub-humano passou a ser compartilhado intercontinentalmente.

Alberto Costa e Silva, em seu texto *O Brasil, África e o Atlântico no século XIX*, publicado em 1994, defendeu que a escravidão transatlântica e o comércio de africanos, assim como a posição de África nessas relações comerciais foram o principal

acontecimento histórico que permitiu o avanço do imperialismo em África, dos movimentos de exploração e formas de dominação no interior do continente africano pelas nações europeias. Segundo Costa e Silva (1994), durante o século XVI e XVII, os povos europeus conseguiram adentrar apenas na costa do território africano, e estavam sob a supervisão e vigília dos chefes políticos dos poderosos estados que viviam na costa africana:

Ainda que os contatos diretos entre europeus, americanos e africanos não passassem, na África, muito além da linha em que findavam as praias, as notícias esgarçavam-se pelo interior e certas novidades, e só certas novidades, expandiam-se rapidamente. Assim, a África recebeu e africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil e Cuba faziam seus o dendê, a malagueta e a panaria da Costa (COSTA E SILVA, 1994, p. 24).

Costa e Silva (1994) evidenciou que as relações comerciais entre nações africanas e povos europeus no período que correspondem ao século XVI e XVII ocorriam em um plano comercial de “horizontalidade” em África. No entanto, as pessoas que foram transformadas em escravos e levadas para a América portuguesa estavam em outra dimensão relacional com os povos europeus. A dinâmica comercial, na qual, o comércio transatlântico foi promovido se deu efetivamente no território africano, cabendo à América ser o imenso latifúndio no qual as nações europeias, no caso Espanha e Portugal, iriam estabelecer determinado regime escravista. Costa e Silva (1994) mostrou que a relação comercial pelo Atlântico conectava África e Brasil, ambos estavam interligados pelo comércio escravista. Nas relações transatlânticas de comércio de escravizados africanos se destacaram evidentemente as nações europeias, mas também, tinha-se certo número de ricos e poderosos traficantes africanos que comercializavam escravos nas rotas do Atlântico sul para as Américas.

Ainda para Costa e Silva (1994), no período correspondente ao comércio transatlântico, as nações europeias não tinham acesso ao interior do continente africano e não controlavam as dimensões territoriais que obtiveram no século XIX, possuindo apenas como possessão o Cabo da Boa Esperança e as possessões portuguesas, sendo estas algumas vilas, entrepostos comerciais, pequenas cidades e vilarejos. Os vários estabelecimentos entrepostos que os portugueses possuíam na costa africana eram alugados pelos chefes, reis e régulos locais que cobravam determinado valor pelo uso de seus territórios.

Costa e Silva (1994) defendeu que os povos africanos estiveram mais preocupados com o tráfico transatlântico e com o abastecimento de escravizados para as Américas, que crescia cada vez mais, deixando de lado o comércio transaariano, findando as rotas comerciais para o Sael e para o deserto com perdas para as estruturas políticas que delas dependiam. As dinâmicas comerciais com os povos europeus possibilitaram a difusão pelo continente africano de plantas como o milho e a mandioca, que alteraram a alimentação dos povos africanos, além da disseminação de armas de fogo e do crescente escoamento de escravizados que eram demandados para o comércio transatlântico. Para o mesmo autor, esses acontecimentos iniciaram um processo de redefinição da dinâmica relacional entre os povos europeus e as nações africanas no interior do continente africano.

Com o fortalecimento do sentimento de nacionalismo, em meio aos mecanismos de luta entre os estados africanos, as sociedades humanas almejavam não apenas se apossar e dominar outros grupos humanos, mas também dissolvê-los, dominá-los e uniformizá-los nas estruturas do estado. Costa e Silva (1994) mostra que acontecimento histórico semelhante aconteceu para a formação das nações europeias:

Esse é um enredo. O outro é o da luta contra o tráfico humano, que serviu de roupagem limpa à política britânica de controle do Atlântico e das rotas para a Índia. A história tem suas ironias. O movimento generoso e humanitário para destruir a ignomínia do comércio de negros confundiu-se com o que iria transformar, num espaço curto de tempo, quase toda a África em colônia europeia (COSTA E SILVA, 1994, p. 30).

No século XIX, tem-se a mudança das rotas comerciais africanas destinadas para as Américas, interrompidas pelos europeus ao se apossarem dos entrepostos africanos utilizando da violência e de ações de monopólio comercial. As nações europeias realizaram o desmonte do comércio entre Luanda, Dacar, Cabinda, Benguela, Malembo, Lagos e Porto Novo com as regiões Cartagena na Índia, Montevideú, Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Com os rumos do comércio alterado, os povos africanos foram substituídos enquanto parceiros comerciais, modificando as relações de poder no mundo Atlântico. “A Europa apossa-se praticamente das trocas com a África: os que haviam, em nome da liberdade de comércio, combatido o monopólio dos reis africanos fazem-se, vencida a luta, monopolistas” (COSTA E SILVA, 1994, p. 31).

Os britânicos no século XIX, com o objetivo de controlar as relações comerciais atlânticas e as rotas comerciais para a Índia, possuíam como principal argumento a necessidade do fim do tráfico negreiro, discurso que foi utilizado para controlar os entrepostos africanos bem como a dinâmica comercial com as Américas. Alberto Costa e Silva (1994) defendeu que o movimento “generoso” e “humanitário” para extirpar o tráfico negreiro se transformou na roupagem ideológica para soberania comercial e política sobre as nações africanas. Os ingleses, franceses, portugueses, em nome do fim da escravidão em África, saquearam as nações africanas, bem como realizaram um processo de desmonte e controle das relações comerciais no continente africano, realizando em um curto espaço de tempo, a colonização desse imenso território e de suas nações:

A fim de atender à demanda europeia e por estímulo daquelas mesmas nações que haviam combatido o tráfico transoceânico de escravos, expande-se na África uma agricultura de exportação — de óleo de palma ou azeite de dendê, de amendoim, de cravo, de pimenta, de café, de algodão, de cacau, de sisal — e desenvolvem-se grandes plantagens do tipo americano, até então só conhecidas em algumas poucas regiões, como a Hauçalândia e Canem-Bornu. Milhares de cativos iorubanos passam a trabalhar nas plantações de dendê do Danxomé.

Para Costa e Silva (1994) em nome do fim do tráfico de humanos, as nações europeias escravizaram e estabelecem um sistema escravista semelhante ao desenvolvido nas Américas no interior do continente africano. Para fortalecer o discurso imperialista das nações europeias foi associado ao evento da escravidão em África o signo da barbárie e selvageria e de que somente a missão *civilizadora* e o *fardo do homem branco* poderiam, por meio da implantação dos modelos civilizacionais da Europa, “regenerar” os povos africanos:

Completo a Conferência de Berlim uma outra, ainda mais sinistra e ameaçadora, do ponto de vista africano: a de Bruxelas, em 1890. Chamaram-lhe sintomaticamente Conferência Anti-Escravagista, e o texto que nela se produziu é um violento programa colonizador. Tudo dentro da melhor lógica política, pois afinal fora em nome da luta contra o tráfico negreiro e a escravidão que a Europa começara a ocupar a África (COSTA E SILVA, 1994, p.36).

Somente no final do século XIX, consolidou-se o monopólio comercial dos povos europeus no continente africano, o trabalho escravista nos territórios deste



continente foi implantado pelos europeus e realizou-se um trabalho de verdadeiro “escoamento” dos produtos agrícolas e dos recursos naturais do continente africano para o exterior (COSTA E SILVA, 1994). O Atlântico passou a ser controlado pelo poderio dos britânicos que tinham inúmeras possessões em África e foram os propulsores do desmantelamento e dos bloqueios à economia do Atlântico que era organizada pelos chefes políticos das nações africanas.

A partir do ponto de vista de Costa e Silva (1994), torna-se importante evidenciar que a África, nos séculos XVI e XVII, possuía um organizado sistema econômico escravista que estava direcionado para o Atlântico. O território africano, por sua vez, estava sob o controle dos reis africanos e destacava-se o comércio multidirecional entre África, América e Europa. No entanto, um conjunto de ações políticas e econômicas organizadas pelas nações europeias, embasadas por um discurso justificador racista, realizou no século XIX a destruturação das economias dos estados africanos e, já no final do século XIX, foi estabelecido um sistema escravista controlado pelos europeus em África e uma economia baseada na exportação de produtos e recursos naturais.

A obra *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*, de autoria de Valdemir Zamparoni (2012), traz uma análise sobre o sistema colonial desenvolvido pelos portugueses em Moçambique englobando também Angola em suas conclusões. Para Zamparoni (2012), os sistemas de feitorias em África no século XVIII e XIX exerceram uma forte dominação no território africano. Utilizando o discurso humanitário sobre o fim do tráfico de escravizados crescia a pressão britânica para os bloqueios comerciais de África com o Brasil e com as regiões do Índico. Sob tais justificativas, as nações europeias estabeleceram no continente africano um complexo sistema de dominação social, política, cultural e econômica. Zamparoni (2012) defende que um regime escravista, semelhante à escravidão nas Américas, sob a roupagem de uma forma de trabalho livre foi organizado e defendido pelas nações europeias no continente africano até finais do século XX.

Sobre o outro lado do Atlântico, nas Américas, pesquisadores como João Fragoso e Manolo Florentino (2001) defendem que a economia transatlântica da América se configurou com determinada autonomia em relação ao controle comercial da metrópole portuguesa. Fragoso e Florentino (2001), ao realizarem um trabalho de análise quantitativa das fontes documentais do século XIX que traziam as informações sobre os balanços comerciais de exportação dos produtos como o açúcar e o café no

Brasil colonial, defendem a existência de uma economia internacional brasileira que se expandia com autonomia.

Com efeito, a economia interna da colônia portuguesa não beneficiava diretamente a elite aristocrática portuguesa, favorecida e enriquecida pelo tráfico transatlântico de escravizados para as Américas. Desse modo, para os colonizadores portugueses, o crescimento da economia interna na América estava em segundo plano, pois o tráfico de escravizados africanos representava o negócio comercial mais favorável e que estava no centro das dinâmicas comerciais na modernidade (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001).

Outro ponto central presente na obra *O arcaísmo como projeto* é a definição dada sobre comércio atlântico de escravizados. Para Fragoso e Florentino (2001), nos mais de 300 anos de tráfico, os portugueses não se dedicaram diretamente ao apresamento de escravizados africanos, pois esta seria uma função exclusiva dos estados africanos, assim o tráfico negreiro seria, por definição, afro-americano. As nações africanas que estavam responsáveis pela escravização dos sujeitos aumentaram seu número de escravizados, através das guerras, o que fortaleceu os estados africanos que se especializaram no comércio transatlântico de escravizados, mas que, ao longo do tempo, desestruturou a organização social das nações do continente africano (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001).

Assim, a mudança da renda da metrópole para a colônia não servia para promover o capitalismo, mas a coroa portuguesa teria se transferido para o Brasil para poder se beneficiar diretamente dos lucros do comércio transatlântico de escravizados africanos. O fato da coroa portuguesa não manter-se da renda fundiária, mas do comércio marítimo é, para Florentino e Fragoso (2001), o significado da colonização e o papel da América nesta relação durante a modernidade. O aspecto arcaico, no qual, o sistema da sociedade em Portugal se organizou baseava-se na hierarquia e estratificação, em que o objetivo dos mercadores era ascender socialmente, tornando-se um membro da nobreza e vivendo sem trabalhar, apenas de forma parasitária, mantendo-se dos trabalhos de comerciantes, que nesta escala social, estavam em uma classe sem privilégios e prestígio.

Este sistema que organizou os grupos sociais em Portugal foi estabelecido também no Brasil, assim, os sujeitos não estavam interessados em realizar um trabalho de crescimento da produção dos latifúndios, mas desejavam enriquecer rapidamente para se tornarem um membro da realeza, tornando-se um nobre que não precisava

trabalhar para se beneficiar socialmente dos recursos produzidos na sociedade. Portanto, outro ponto central no pensamento de Manolo e Fragoso (2001) é de que uma sociedade altamente hierarquizada seria a base e estrutura que mantinha a organização social nas Américas:

O caráter mercantil da produção é um elemento imprescindível: o trabalho excedente deve comporta-se como mercadoria e ser reinvestido na produção. Este investimento traduz-se na compra de mais escravos, maiores faixas de terra e na concentração de poder para garantir a coação sobre a fonte de trabalho vivo que nutre o sistema, isto é, o escravo. Assim, nestas condições, as relações de poder assumem o papel das relações de produção. (FRAGOSO, apud MAURIUTTI; NOGUERÓL; NETO, 2001, p. 373).

O sistema que nutria e representava o eixo norteador das relações comerciais da América, bem como sustentava a organização das produções nos latifúndios era gerido pela dinâmica de compra e venda no mercado interno e externo de escravizados na América portuguesa. Nesta perspectiva de organização econômica, Fragoso e Florentino entendem que não ocorreu na América um sistema de mercado capitalista de “níveis superiores”, ou seja, com uma estrutura de empresas e redes comerciais complexas (MAURIUTTI; NOGUERÓL; NETO, 2001).

Manolo Florentino (2009), no artigo *Tráfico Atlântico, Mercado Colonial e Famílias Escravas no Rio De Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830*, construiu um argumento detalhado sobre as ideias defendidas no livro *O arcaísmo como projeto*. O autor rebate alguns autores que até então entendiam que o sistema do tráfico negreiro para a América era organizado exclusivamente pela metrópole, cabendo ao Brasil apenas ser o repositório de humanos tratados como mercadorias, e que os agentes que viabilizaram e organizaram o comércio eram restritamente externos. Sobre o posicionamento do Brasil no comércio transatlântico de escravizados africanos, Florentino (2009) entende que se faz necessário um redimensionamento desta análise, pois mesmo depois do século XVII existiu um forte crescimento das relações entre Europa-América-África, principalmente das relações comerciais autônomas entre Brasil e África. “Os lucros gerados pelo tráfico transformaram os mercadores de escravos na mais importante fração da elite brasileira, posição que lhe facultava influenciar decisivamente os destinos do Estado” (FLORENTINO, 2009, p. 71).

Na América portuguesa o tráfico transatlântico de escravizados representou fonte de poder e riqueza, portanto, um pequeno grupo aristocrático na América

portuguesa controlava e detinha o maior percentual de escravizados no continente. Assim, quanto maior o número de escravizados maior seria o latifúndio do proprietário e os sujeitos livres que tinham poucos escravos tendiam a perder suas terras. A escravidão mantinha a estratificação socioeconômica dos sujeitos livres bem como sua diferenciação, logo, o comércio transatlântico de escravizados funcionava como uma forma de manutenção do poder da elite colonial em relação aos demais homens livres:

Em uma escala comparativa continental, o total de africanos importados através do Rio de Janeiro entre 1790 e 1810 conformara um volume superior a todo o tráfico ocorrido neste intervalo para os Estados Unidos, América Espanhola e colônias holandesas e dinamarquesas do Caribe *juntos* (FLORENTINO, 2009, p. 76).

Florentino (2009) defendeu que o Brasil para além da interpretação de um mero depositário de escravizados, através de uma elite provinciana, não só exerceu controle e forte influência no tráfico de escravizados em direção ao Atlântico e ao continente africano, mas também, no século XVIII se consolidou enquanto um dos maiores importadores de escravizados a nível internacional. Mesmo com o fim em contextos legislativos do tráfico de escravizados no Atlântico as elites coloniais do Brasil aumentaram o volume de importação de escravizados. Portanto, para este intelectual, mesmo no século XIX, temos uma intensa relação comercial entre escravizados da África em direção a América. Para Florentino, este seria o principal contexto definidor das relações comerciais entre esses dois continentes nos referidos séculos que correspondem à modernidade.

A partir de 1810 o comércio transatlântico que tinha como eixo negociador a África ocidental se deslocou para a África setentrional que também negociava com vias ao Oceano Índico. A Europa que vivia o contexto das guerras napoleônicas e que estava proibida de realizar o tráfico negreiro fez com que se intensificasse a relação comercial luso-brasileiro com os estados africanos. Então, no final do século XIX, mesmo com as medidas do fim do tráfico de escravizados, América e África aumentaram suas relações comerciais, para tanto, no continente africano houve um acréscimo das guerras, estas foram utilizadas como instrumento de obtenção de escravizados para os estados africanos e foram sinônimos de fortalecimento de poder das nações africanas.

Para a organização do comércio em África em direção à América portuguesa, existia uma efervescente troca entre escravizados por produtos americanos e

européus. Para que houvesse a escravização transatlântica em África foram necessários pelo menos três agentes socioeconômicos, dentre eles estavam os mercadores nativos que sediados nos portos do continente africano negociavam diretamente com os navios negreiros que lá chegaram. Os pequenos comerciantes que faziam o intercâmbio entre os nativos dos portos com traficantes exteriores, além dos milhares de pequenos comerciantes que contatavam com as nações que possuíam o monopólio de escravizados na região. “Três entre cada quatro escravos transportados do interior para o litoral africano eram prisioneiros de guerra” (FLORENTINO, 2009, p. 81). A guerra entre as nações africanas foram à mola propulsora que abastecia os mercados internacionais com a Europa e a América. A guerra fortalecia os estados e nações que dela utilizaram, pois, o maior número de obtenção de escravizados em África representou poder e riqueza para as sociedades africanas.

Do ponto de vista dos comerciantes de almas, o negócio negreiro se iniciava com o dinheiro (moedas, créditos ou letras) investido na aquisição das mercadorias para o escambo, na compra ou aluguel do navio, na manutenção da tripulação e da escravaria e no seguro de todo o empreendimento. Todos estes bens logo se convertiam em mercadorias humanas junto a comerciantes e autoridades africanos. Efetuada a troca na África, o cativo era embarcado para o Brasil, levado ao mercado e, com a venda, novamente assumia a forma de moedas, crédito ou letras – o lucro bruto do traficante. Os recursos monetários auferidos deveriam ser suficientes para pagar todas as despesas, com o restante convertendo-se no lucro líquido (FLORENTINO, 2009, p. 91).

O escravizado convertido em mercadoria foi comprado em África por produtos externos da América e Europa, estes sujeitos escravizados quando chegavam às Américas eram convertidos novamente em dinheiro e ouro. Desta forma, as atividades dos traficantes em seus mais diversos segmentos promoviam lucros reais e efetivos para quem estava envolvido. Os traficantes luso-brasileiros aumentaram seus lucros na metade do século XIX em relação aos comerciantes franceses, ingleses, holandeses, britânicos e dos investimentos realizados nas fazendas escravistas das regiões do Rio de Janeiro, Bahia e mesmo no Caribe. “Tratava-se de uma forte elite mercantil, controladora de gigantescas operações de natureza atlântica” (FLORENTINO, 2009, p. 101).

O historiador Luiz Felipe de Alencastro na obra *O Trato dos Vivos*. A formação do Brasil no Atlântico Sul (2000) trouxe uma reinterpretação sobre as relações e o posicionamento do Brasil na dinâmica comercial com o Atlântico na

modernidade. Para este autor, Brasil e África estavam conectados em um sistema comercial próprio e existia uma relação comercial mediada por uma bipolaridade entre os luso-brasileiros com a região de Angola no século XVI e XVII. O tráfico atlântico de escravizados africanos neste período modificaria a dinâmica colonial da América em sua relação com a metrópole, pois os luso-brasileiros desenvolveram um sistema próprio de negociação e de tráfico atlântico com os povos da África do Sul. Portugal, nesse contexto, estava mais interessado em adentrar no continente africano e estabelecer feitorias e portos.

O comércio negreiro representava o eixo propulsor da relação comercial entre América-Portugal-África e a não participação da África nesta relação implicaria no desmonte das relações transatlânticas entre os continentes da Europa e da América. O objetivo da obra de Alencastro (2000) consistiu em mostrar que Angola foi a formadora do Brasil colônia e de que ambas as regiões estavam unidas em um único sistema de exploração colonial. Desta maneira, este estudioso identificou dois tipos de homens que estavam neste contexto, o primeiro era o “homem ultramarino”, sujeitos que circulavam no ultramar buscando títulos e lucros, e o “homem colonial”, que organizava os entrepostos e feitorias do comércio transatlântico de escravizados para o Brasil.

De acordo com a perspectiva de Alencastro (2000), o tráfico transatlântico de escravizados no século XVII foi organizado pelos mercantes brasileiros que agiam e se relacionavam visando seus próprios interesses e enriquecimento. Dessa forma, a ideia de uma América colonial que estava apenas destinada a escoar para a Europa seus recursos e produções ganhou outra interpretação para o autor, que vê na relação Atlântico Sul entre América e África um sistema comercial de trocas comerciais. Por parte de Angola têm-se os escravizados, em contrapartida, o Brasil comercializava cachaça, mandioca entre outros produtos com os chefes africanos. Portanto, através de uma reinterpretação sobre a dinâmica comercial do comércio transatlântico (Europa-África-América) é possível redefinir as ações e o papel da América no comércio Atlântico Sul, menos como uma escoadora de mercadorias para a Europa e mais como tendo uma relação comercial autônoma com a África.

Sem dúvida, o século XVII foi um dos recortes temporais menos estudados pela historiografia contemporânea que pesquisou sobre a escravidão e o tráfico atlântico, comparado à quantidade de pesquisas que foram produzidas voltadas ao contexto do século XVIII e XIX. Em parte isso aconteceu porque, até então, os

pesquisadores estavam preocupados em responder ou pensar sobre questões relacionadas ao impacto demográfico e suas ressonâncias nos âmbitos social e cultural, do fluxo de escravizados africanos nas Américas no século XVIII. Outra preocupação era explicar as posições geopolíticas dos continentes (europeu, africano e americano) nas dinâmicas transatlânticas e como essas dinâmicas comerciais oriundas do tráfico de africanos impactaram no interior da organização econômica e social desses continentes no final do século XIX e XX, possibilitando a nova ordem econômica mundial dos países.

O século XVII é analisado pela historiografia como um período de relativa estabilidade e equidade nas relações comerciais entre os continentes europeu, africano e americano no que tange ao comércio de africanos. O século XVII de certa maneira tem sido deixado de lado, pois, acabou sendo visto como um período em que não houve grandes e específicos acontecimentos em torno do tráfico de africanos que possibilitasse o entendimento dos processos macro estruturais da modernidade. Com isso, o século XVII, no que se refere à escravidão em África e ao comércio transatlântico pode, em certa medida, ser percebido como uma brecha ou lacuna que ainda precisa ser mais bem preenchida pela historiografia. Desta maneira, ao mesmo tempo se tornou um período bastante rico de possibilidades de pesquisa, tendo em vista justamente, o fato de ter sido um dos recortes menos pesquisados sobre o tema em questão.

### **1.3 A escravidão e comércio nas rotas do Atlântico: historiografia maranhense**

Os pesquisadores maranhenses desde os anos 1970 têm construído uma produção voltada para o estudo da escravidão no interior do Maranhão e das relações transatlânticas com o continente africano nos séculos XVIII e XIX. Assim, na década de 1970 emergiram dissertações e teses com diferentes problemáticas inseridas no contexto escravista e das mediações atlânticas com a África sendo estas realizadas por uma perspectiva social, cultural e econômica, possuindo como bases argumentativas, em sua maioria, análises de cunho demográfico. A prevalência do recorte temporal dessas pesquisas tem sido justificada pelo fato de que no século XVIII formou-se a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sendo apenas, demograficamente falando, no século XVIII que teria ocorrido o grande comércio de africanos.

A pesquisa marco dessa geração foi o trabalho de Manuel Nunes Dias, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*, publicada em 1971, que

acabou fundamentando os trabalhos posteriores construídos pelos pesquisadores maranhenses. Sua obra realizou um profundo estudo econômico do funcionamento e do movimento mercantilista da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. O trabalho levantou um número significativo de escravizados africanos que foram trazidos de várias regiões da África no século XVIII para o Maranhão, cristalizando a tese de que foi no século XVIII que houve, de fato, dentro de um projeto colonizador, um grande volume de pessoas transportadas pelo Atlântico em direção à América do Sul. Para tanto Dias (1971) realizou um estudo quantitativo das propriedades dos jesuítas na região, assim como de suas produções econômicas, estudou a relação dos acionistas da Companhia de Comércio do Grão Pará, a tonelagem da frota dos navios que estavam sob poder dessa companhia, os volumes dos produtos exportados e importados, além da relação do quantidade total de escravizados trazidos das regiões do continente africano durante a companhia de comércio.

Influenciado pelas análises de Manuel Dias, a dissertação de Reinaldo dos Santos Barroso Júnior (2009), intitulada *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*, trouxe importante contribuição para o tema ao analisar o tráfico de escravizados da região da Alta Guiné para o Maranhão. O trabalho enfatiza o impacto econômico e social da presença de escravizados africanos, especializados na produção de arroz, no setor de agricultura da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. A produção dos escravizados era direcionada para o comércio com Lisboa, organizando-se, assim, uma relação entre Alta Guiné/Grão-Pará/Lisboa que se tratava de uma rede mercantil equatorial transoceânica, na qual é possível identifica portos e intraportos e seus movimentos comerciais no século XVIII.

No primeiro capítulo, Barroso Júnior (2009) preocupou-se em demonstrar a ligação entre os portos do Brasil e os portos do continente africano, para isso, identificou conexões econômicas e dinâmicas de administrações políticas que direcionavam tais relações entre Rio de Janeiro e Angola, Bahia e costa da Mina, chegando ao enfoque da relação entre Alta Guiné e Maranhão. O autor realizou um importante contexto histórico que conectou Maranhão, Alta Guiné e Lisboa explorando suas relações mercantis:

Lisboa aparecerá como o centro do Império Português, ponto convergente das embarcações portuguesas oriundas de capitánias



como o Maranhão carregando passageiros e insumos produzidos na capitania com a colaboração da mão-de-obra escrava procedente da Alta Guiné, território da África Ocidental, que se conectava com um intenso comércio interno africano de especiarias, alimentos, objetos e escravos (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 17).

No segundo capítulo, o autor adentra nas relações econômicas entre Maranhão e Alta Guiné, analisando a quantidade de escravizados africanos que saíram dos portos de Bissau e Cacheu em direção aos entrepostos de São Luís, possibilitando o estudo sobre as principais relações e produtos comercializados entre essas regiões no referido período. No terceiro capítulo, aborda as questões administrativas do governo do Maranhão e Piauí que tinham o objetivo de atender as relações mercantis com a Alta Guiné e com Lisboa, além de realizar um olhar sobre a formação étnica da freguesia de Nossa senhora da Vitória.

Como tese central, Barroso Júnior (2009) defende que a diáspora africana foi resultado de um trabalho organizado por ambas as partes do Atlântico, que houve um sistema legislativo próprio que regia a dinâmica transatlântica bem como o tráfico de escravizados da Alta Guiné para o Maranhão e este acontecimento histórico impactou nas relações e dinâmicas geopolíticas contemporâneas dos povos dos continentes envolvidos. As fontes utilizadas no trabalho são oriundas do Arquivo do Estado do Maranhão (APEM), sendo estes, livros do acervo da secretária do governo como registros de passaporte, livros que continham as correspondências entre o estado do Maranhão e Piauí com outras autoridades e livros de registro de casamentos entre escravizados africanos.

Marinelma Costa Meireles (2006), na dissertação *Tráfico Transatlântico e Procedências Africanas no Maranhão setecentista*, mostra que, com o desenvolvimento da Companhia do Grão-Pará no final do século XVIII, o estado do Maranhão realizou um monopólio sobre o tráfico de escravizados, em consequência milhares de escravizados africanos foram trazidos e alteraram completamente a composição étnica da capitania. Assim, a partir do tráfico de escravizados, Meireles (2006) identifica as procedências étnicas que teriam possibilitado a formação populacional da capitania do Maranhão no final do século XVIII. No primeiro capítulo, a autora traz uma revisão historiográfica que mostra como pesquisadores estrangeiros e brasileiros abordaram o tema da escravidão. O segundo capítulo enfoca São Luís e os processos de desenvolvimento de sua companhia comercial. No terceiro capítulo, foram analisadas as fontes históricas que a pesquisadora selecionou para ressaltar o fluxo de escravizados

trazidos do continente africano para o Maranhão, onde aparecem o número de escravos, nações, etnias, portos, interportos e nome das embarcações, e relações de casamento entre os grupos étnicos africanos.

A documentação utilizada por Meireles (2006) é farta em registrar dados quantitativos sobre o tráfico transatlântico de escravizados. Apesar de não ter sido seu foco a autora analisou a escravidão no continente africano e definiu esta modalidade nos termos de Pantoja (2000) e Lovejoy (2002). Assim, sua pesquisa evidencia que a escravidão na África já existia enquanto uma instituição, muito antes das relações transatlânticas e do período denominado moderno, partindo dela a organização e estrutura das relações sociais do continente africano.

No trabalho dissertativo de Cristiane Pinheiro Santos Jacinto (2005), nomeado *Relações de intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX*, analisam-se as relações de intimidade tendo como foco as organizações familiares dos sujeitos escravizados em São Luís na segunda metade do século XIX. Jacinto (2005) utilizou uma vasta documentação referente à Junta de Classificação de Escravos, jornais e registros eclesiásticos. A cidade foi o espaço no qual essas relações foram estudadas e reconstruídas pela pesquisadora, em que escravizados alforriados viviam e se relacionavam.

A autora se preocupou em mostrar as singularidades das formas de controle e resistência dos escravizados alforriados no espaço urbano. O trabalho de Jacinto (2006) se dividiu em três momentos, no primeiro, a autora se voltou para entender a composição da família escrava, seus núcleos formadores. No segundo momento, estudou as famílias escravas e sua relação com o espaço urbano, identificando os mecanismos de resistência e coerção a que estavam submetidos. No último momento, a autora realizou uma análise em que buscou entender o que significava e representava ser mãe, pai e filho no núcleo familiar no contexto dos povos africanos no Brasil colonial.

Assim, o trabalho de Jacinto (2006) redimensiona o olhar sobre os escravizados, humanizando-os nas situações de repreensão e violência em que estavam imersos. O escravo foi percebido como um sujeito que agiu e se relacionou com o sistema que estava inserido, construindo formas de resistir e existir. No trabalho apropria-se do conceito de Hilário Franco Junior para entender que a escravidão era um sistema moderno que se desenvolveu com a expansão ultramarina no século XV e utiliza-se dos argumentos de Maria Sylvia de Carvalho Franco ao defender que o

trabalho escravo se configurou de maneira específica nos mais diversos espaços coloniais.

A tese do maranhense Josenildo Jesus Pereira (2006) denominada *As representações da Escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*, aborda os discursos que os jornais do Maranhão produziram nos anos finais da escravidão, demonstrando como a mídia construiu um discurso voltado a uma crise moral-ideológica. Este discurso justificava o declínio da escravidão e tinha restritos fins políticos, pois almejava camuflar o processo de decadência econômica em São Luís. Os argumentos da imprensa sobre o fim da escravidão representou o interesse dos senhores da empresa agrícola mercantil, já que justificou mecanismos de mobilização da população escrava e de ações voltadas para a industrialização da região.

Para tanto, Pereira (2006) estudou como os grupos que compunham a sociedade colonial estavam articulados e eram representados nos jornais operacionalizando o conceito de classe oriundo do campo teórico marxista. A tese de doutoramento de Pereira (2006) está dividida em duas partes, a parte I está organizada por dois capítulos que mostram o contexto social e econômico do Maranhão, apresentando suas contradições, seguida de uma explanação sobre os diferentes modos de resistência e lutas realizados pelos escravizados e considerando as perspectivas destes. A parte II é composta por quatro capítulos, que abordam os discursos jornalísticos no contexto escravista, bem como o processo de instalação da imprensa e sua inserção no âmbito das interações entre as classes sociais no final do século XIX. Desse modo, a tese de Pereira (2006) apropria-se das categorias-conceito de “classe” e “dialética”, preocupando-se em mostrar, nesta relação, a função econômica dos discursos dos jornais, ao mesmo tempo em que realizou uma análise social do escravo enquanto sujeito que interagiu e formou o “modo de produção” do qual fazia parte. No recorte temático em que trabalhou, o autor repensou as bases tradicionais marxistas, reinterpretando classe e estrutura como categorias que se configuram através de interações, e não, por meio de uma ação condicionadora e determinante.

A dissertação de mestrado de Patrícia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira (2015) intitulada *“Indigno de Procedimento”*: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII, realizou uma análise sobre a trajetória de um homem de “cor” livre, em São Luís, no final do século XVIII. O trabalho de Silveira (2015) trouxe uma intensa análise sobre a vida do escravo alforriado Vicente Ferreira Guedes, que tinha vindo de Pernambuco, foi preso em Aldeias Altas em 1765 e teria

sido vendido como escravo e enviado para São Luís. Muitos anos mais tarde, Vicente se associou a uma irmandade, tornado livre se tornou um advogado, capitão de milícia e vogal de justiça. Vicente Ferreira, anos depois, teria se tornado cavaleiro, sendo posteriormente coronel, opondo-se aos poderosos e governantes da região (CARDOSO, 2015, p. 8).

O texto de Silveira (2015) estava organizado em três capítulos divididos de acordo com a trajetória de vida de Vicente Ferreira Guedes, cuja trajetória era algo incomum se se considera a vida dos homens de “cor” que viviam naquele contexto. No primeiro capítulo, abordou-se como Guedes tinha conseguido acumular riqueza e poder, tornando-se um capitão de auxiliares, expondo os confrontos de Guedes com as autoridades da região e das vezes em que teria sido preso e liberto novamente. No segundo capítulo, a autora se debruçou sobre os inúmeros ataques e atentados contra Vicente Ferreira Guedes. Por último, o terceiro capítulo, tratava sobre uma relativa estabilidade experimentada por Guedes e sua trajetória por conquista de títulos de nobreza na sociedade em que fazia parte. Esta pesquisa teve como principais fontes históricas os manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Nacional da Torre de Tombo (ANTT) e o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), sendo em sua maior parte documentos compostos por cartas, representações, consultas, ofícios e requerimentos.

Antônia da Silva Mota (2012), em *As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial*, aborda a formação das redes familiares que compuseram organizações poderosas de controle e poder no Maranhão. Analisando como as famílias erradicadas no Maranhão se articulavam com vistas a manter seus privilégios econômicos, sociais e políticos, Mota (2012) mostra como a elite colonial maranhense esteve presente nas ações voltadas ao controle de subsídios fiscais, ao investimento na agricultura mercantil e nos mecanismos de regulamentação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que era responsável por escoar produtos e reger o tráfico de escravos africanos no Atlântico equatorial.

Antônia Mota (2012) ainda dedicou um segmento de seu texto para abordar sobre as relações da elite com a escravidão. Assim, por meio dos inventários, a autora estabelece uma relação entre os grupos étnicos e as flutuações de seus valores, defendendo que, no final do século XVIII, houve um aumento dos valores no preço dos escravizados e que características como sexo, idade e profissões dos escravos era um fator que determinava a margem de preços desses sujeitos. Além disso, indica que, no

século XVIII, o tráfico de escravos para o Grão-Pará estava conectado com os portos de Angola e Cacheo, sendo da África Ocidental onde saíram o maior do número de africanos escravizados para a região do Grão-Pará.

A autora ainda dedicou parte de sua obra para estudar as famílias escravas, argumentando que a formação de seus núcleos registrados pela igreja dificultava muitas vezes as relações comerciais que os senhores e os donos de escravizados procuravam tecer. Assim, a pesquisadora conseguiu abarcar uma interpretação específica e ao mesmo tempo ampla sobre o Maranhão escravista e suas configurações organizacionais (MOTA, 2012).

Em suma, é preciso considerar que as pesquisas historiográficas sobre o tema da escravidão e do comércio de africanos escravizados cresceram no final do século XX. Os anos 1980 e 1990 foram marcados por importantes avanços na qualidade da produção sobre este tema nos níveis internacionais, brasileiros e regionais. Pensar as dinâmicas geopolíticas da escravidão e do comércio negro no século XVII implica em uma análise mais ampla para o período da modernidade, o que não exclui a importância dos trabalhos que pensaram séculos específicos e a necessidade de que recortes específicos se insiram no macro contexto da modernidade.

## 2 ESCRAVIDÃO E COMÉRCIO DE AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Desde 1970 os movimentos sociais tendo como protagonistas os grupos marginalizados socialmente (mulheres, negros, índios) mobilizaram-se contra racismos, preconceitos e suas diversas práticas de dominação e exclusão. Esses movimentos foram ganhando cada vez mais espaço nos campos da educação e da produção de saber em diferentes esferas sociais e nos anos de 1990 debates em entidades associativas e culturais destacavam a importância de ensinar a História da África para o aprofundamento da História brasileira. Ainda em 1990 emergiram, ampliando-se gradativamente, profícuos debates no âmbito do ensino de História na sala de aula e mais especificamente da metodologia da prática docente, além de serem levantadas importantes questões sobre qual seria o lugar, os objetivos e a importância da História básica ensinada. A partir disto, foi produzida uma vasta literatura que pensou o papel da História como disciplina escolar, os currículos, os livros didáticos e paradidáticos, assim como o desenvolvimento de metodologias consideradas mais adequadas e críticas que estivessem associadas à formação de sujeitos (alunos) dotados de consciência histórica (SILVA; FONSECA, 2010). No ano de 2003 foi sancionada a lei federal 10.639/2003 que determinou a inclusão obrigatória nos currículos das redes de educação básica do ensino da História e cultura Afro-Brasileira (SILVA; FONSECA, 2010).

Em 2004 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” bem como a resolução que instituiu suas diretrizes. Essas proposições alteraram a lei federal 9.343 de 20 de dezembro de 1996. A lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) passou a ter dois artigos referentes ao ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. As conquistas no campo das exigências da educação e do ensino de História sobre os grupos excluídos tornaram evidentes que os docentes não possuíam embasamento para realizar tal tarefa. Já em 2008 constatavam-se ainda inexistentes mudanças na formação dos professores para o exercício da História e cultura afro-brasileira e africana (SILVA; FONSECA, 2010).

Os avanços nas pesquisas acadêmicas sobre o conhecimento produzido na sala de aula e da prática docente possibilitou a construção de trabalhos no âmbito do ensino de História que contemplassem questões e problemas mais específicos, como por

exemplo, em torno da capacitação de docentes para a aprendizagem das relações étnico-raciais e das pesquisas relacionadas às representações que os livros e manuais didáticos trouxeram sobre o negro e a História da África; análises de contextos e relações interpessoais entre sujeitos escolares, a construção das identidades negras; trabalhos voltados para a análise das representações e estereótipos que os livros didáticos trouxeram sobre a escravidão no Brasil; além de algumas reflexões e críticas sobre currículos pedagógicos, diretrizes da lei 10.639/08 que orientam o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

No que tange aos trabalhos acadêmicos que se concentraram em torno do ensino de História da África, o eixo das temáticas sobre a escravidão e o comércio de africanos na modernidade estava sendo pesquisado muitas vezes em linhas mais gerais, estando dissolvidas em macro temas que orientavam sobre o ensino da História do continente africano. Assim, evidenciamos nesta pesquisa a importância de trabalhar em nível acadêmico questões que critiquem e norteiem a abordagem da escravidão e do comércio de africanos no ensino de História básica. Desta maneira, chegamos ao entendimento de que o ensino da História dos afrodescendentes nos manuais didáticos ainda tem aparecido associado a uma identidade enraizada, de forma intrínseca e determinante, em certa experiência história no território africano, tendo seu percurso marcado pelas trajetórias das travessias atlânticas, ressaltando-se, muitas vezes, apenas os signos da dor e da submissão. No ensino de História básica pouco se trabalhou as interpretações dos povos africanos sobre os múltiplos signos da escravidão na África e suas diásporas, assim como, praticamente não se explorou as diferentes organizações e dinâmicas, no que tange ao comércio escravista que ocorreu entre África e Brasil na modernidade.

Deste modo, em uma sociedade em que se tem avançado nas discussões sobre diversidade étnica, valorização e respeito da diferença, criando e reivindicando leis como a 10.638/03 que tornou obrigatório o ensino da História africana e Cultura afro-brasileira nas escolas da rede básica do Brasil é necessário que docentes de todos os segmentos de ensino não reproduzam velhos conceitos que foram criados pela nossa sociedade durante os séculos. Portanto, “Realizar uma análise sobre a inclusão das novas correntes historiográficas sobre escravidão nos livros didáticos é de suma importância, já que este pode servir como um difusor de preconceitos contra a etnia negra, devido à presença da escravidão no Brasil” (BRIKALSKI, TEIXEIRA, 2013, p. 396).

Desta maneira, as discussões mais atuais sobre a prática docente tem defendido que os conteúdos desenvolvidos nas aulas de História devem estar em relação com os artigos, dissertações entre outros trabalhos científicos, além de estarem em consonância com os debates do meio acadêmico e com a formação universitária dos professores. Até mesmo, suas fissuras e diferentes perspectivas devem aparecer conectadas em suas tessituras. Apesar disto, devemos considerar a existência de um conhecimento construído no espaço escolar do ensino básico de História que não pode ser entendido como uma mera repetição das narrativas produzidas em outros espaços, pois, deve existir uma produção de conhecimento próprio e, destarte, não menos importante, do espaço escolar. Ou seja, a prática docente possibilita a formação de um conhecimento específico do campo da sala de aula que se fundamenta a partir de conexões, dialoga com os saberes produzidos nas esferas do acadêmico e pela interpretação de diferentes linguagens e fontes como a poesia, música, arquitetura, pintura, jornais e uma variedade de documentos (SILVA; FONSECA, 2010).

Os saberes escolares não podem ser considerados como conhecimentos vulgares, tampouco como simples adaptações e transposições das ciências acadêmicas, pois, a ciência construída nos níveis básicos são resultados de culturas escolares, produtos de espaços e contextos sociais. Os professores de acordo com suas proposições atuais têm certa autonomia ante as demandas do estado, da sociedade e dos veículos de comunicação de massa para questionarem e criticarem em suas aulas, subvertendo os conhecimentos e práticas discursivas que se solidificaram enquanto saberes verdadeiros e inquestionáveis, tudo isso no cotidiano da escola (SILVA; FONSECA, 2010):

A produção dos saberes sobre o ensino não pode ser mais o privilégio exclusivo dos pesquisadores, os quais devem reconhecer que os professores também possuem saberes, saberes esses que são diferentes dos conhecimentos universitários e obedecem a outros condicionantes práticos e outras lógicas de ação (TARDIF, 2010 p. 238).

Assim o professor da rede básica de ensino tem sido direcionado a desenvolver uma prática singular e primordial para a formação de sujeitos históricos, críticos e capazes não somente de entender a forma como o conhecimento sobre a sociedade se estruturou, mas de questioná-lo e porque não, dentro de limites possíveis participar de sua reconfiguração. As possibilidades de conhecimentos que o espaço escolar abarca dentro de uma interação discursiva entre aluno e professor são formadas por um vasto campo metodológico de ensino, abrangendo as experiências de ambos os



indivíduos nos seus meios familiares, em seus templos religiosos e nos meios eletrônicos de comunicação que estes acessam (SILVA JÚNIOR, 2011).

Portanto, a História ensinada deve ser resultado de uma determinada prática docente, esta ocorre por meio de uma seleção de recortes temporais e contextos históricos. O ensino de História se dá nos processos desenvolvidos por múltiplas leituras e interpretações de sujeitos históricos, socialmente localizados. Da mesma maneira que a História, os currículos que orientam o conteúdo e a construção de saber na sala de aula são definidos a partir de escolhas parciais, de seleção e definições de perspectivas que prevalecem a partir de um movimento de tensões, conflitos e acordos realizados por diferentes grupos e categorias que compõem o mundo social. Nesta interpretação, as orientações sobre os conteúdos e a metodologia ensinada são definidas por uma tessitura que é permeada por interesses e perspectivas que fazem parte do pensamento de grupos sociais que conseguiram se sobressair nos processos de interação e disputa pelo que é definido como conhecimento empiricamente aceitável (SILVA; FONSECA, 2010).

Esse tema aparece no ensino de História durante muito tempo apenas organizado como um comércio triangular hierarquizado e determinante em que trataram da Europa como compradora de escravizados negros na África, evidenciando o destino destes escravizados negros para o trabalho compulsório no Brasil. Esta interpretação que os manuais didáticos trazem tem sido resultado das pesquisas historiográficas dos anos 1960 e 1970 sobre o tema, portanto, os manuais didáticos não trouxeram conteúdos que estejam em consonância com a renovação historiográfica sobre o tema dos anos 80 e 90 em diante. A escravidão e o comércio de africanos são explanados no ensino de História básica como negócios estritamente lucrativos para os europeus, sem realizar e discutir de maneira complexa e abrangente conteúdos relacionados sobre as diversas relações macro estruturais que existiram no espaço Atlântico entre Brasil e África. Desta maneira, enquanto, não considerarmos necessário e fundamental estudar e entender de forma aprofundada a História do continente africano como parte da História dos negros no Brasil continuaremos com nossa própria História fraturada (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

Warley da Costa em seu artigo *A Escrita da escravidão nos livros didáticos de ensino fundamental nos anos 1980/90*, mostrou como a historiografia sobre o tema escravidão e tráfico dos anos 80 impactaram na produção dos manuais didáticos de História dos anos finais do ensino fundamental. Desta forma, a vertente das pesquisas

acadêmicas sobre escravidão de caráter marxista se tornaram mais presentes nos manuais didáticos de História para explicarem o comércio transatlântico de africanos bem como a escravidão ocorrida no Brasil. No entanto, este conteúdo ao ser transposto sofreu excessos de simplificações, o que ocasionou na redução de categorias conceituais complexas em arquétipos estereotipados. O escravizado no manual didático da sexta série dos anos 90 apareceu como uma mera peça do modo de produção colonial da América portuguesa. O escravizado é entendido basicamente pela manutenção do sistema colonial organizado no tripé latifúndio-escravidão-monopólio estando apenas vinculada ao modo de produção escravista.

Os afro-brasileiros são mencionados novamente restritamente nas páginas finais do livro do sétimo ano, para falar da abolição da escravidão. Warley da Costa não descarta que a vertente historiográfica da História cultural e social sobre a escravidão e do tráfico de africanos influenciaram a produção de livros didáticos de História. No entanto, em sua pesquisa, a construção de uma interpretação econômica sobre este acontecimento histórico parece prevalecer nos materiais de ensino básico. Esta constatação deve-se pelo fato de que a organização e seleção dos conteúdos de história, de forma geral, tem como orientação a perspectiva da História econômica. Os livros didáticos dos últimos anos ao apresentarem os conteúdos sobre escravidão africana e comércio transatlântico possuem uma perspectiva tradicional da historiografia, cunhada nos valores racistas e etnocêntricos, somados a esta questão, muitos dos conteúdos que possuem uma interpretação de viés da História cultural, social e econômica da historiografia dos anos 80 e 90 apareceram nos livros didáticos de forma simplista e reducionista.

Nas análises mais recentes sobre a escravidão e o comércio transatlântico no ensino de História Anderson Ribeiro Oliva (2003) mostrou que o quadro sinalado por Warley da Costa ao analisar a escravidão e o tráfico nos livros dos anos 80 e 90 parece não ter sofrido maiores alterações nos manuais dos últimos anos. Oliva (2003) evidenciou que a literatura didática tem apresentado uma dinâmica comercial entre Europa-América-África baseada em uma historiografia tradicional rememorando ainda os estudos da primeira metade do século XX fincada nos valores eurocêntricos, em que a África aparece como uma fornecedora de mão-de-obra escrava, a América como um depósito de escravizados para o trabalho compulsório nos latifúndios e a Europa como a coordenadora e organizadora desta empresa comercial transatlântica. Anderson Ribeiro concluiu que foram abordados e explanados menos os conteúdos produzidos pela

efervescente historiografia dos anos finais do século XX e XXI que correspondem a uma História cultural, social do econômico sobre a Escravidão e o tráfico.

Considerando a existência de várias ferramentas para o ensino de História, o livro didático ainda é o principal instrumento de conhecimento que os discentes têm tido acesso, e que é utilizado pelo professor para mediar os argumentos e debates na sala de aula. Então, para que as novas abordagens historiográficas cheguem até os alunos é imprescindível que os manuais didáticos tragam os conhecimentos galgados pelas pesquisas dos anos 80 em diante, para que possamos construir uma sociedade menos excludente, violenta, elitista e racista. É certo que permanências e mudanças acompanham os conteúdos e abordagens sobre o tema escravidão e tráfico de africanos no ensino de História dos últimos anos (BRIKALSKI, TEIXEIRA, 2013). Percebemos que é urgente toda uma reestruturação da prática pedagógica para que o ensino de História tenha uma renovação na área do conhecimento da sala de aula, acompanhados das melhorias na qualidade da educação, pois, o avanço na historiografia, deve ser seguido pela qualificação dos professores e dos conteúdos que chegam até os alunos através dos manuais didáticos (BRIKALSKI, TEIXEIRA, 2013).

O ensino de História nas escolas sobre o tema em questão não está relacionado apenas à matriz africana para a formação da nação brasileira, mas também embasa as múltiplas identidades afrodescendentes que estão constantemente se posicionando no cenário político e econômico de nosso país. Povos africanos não estão dissociados de nossa história, muito menos podem ser considerados como grupos atuais inexistentes. Esses grupos estão presentes em nosso contexto social contemporâneo, estão nas ações de grupos de seus descendentes, sem nos esquecermos da importância do continente africano para o cenário global na contemporaneidade e em diferentes contextos históricos passados (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

## **2.1 Os livros didáticos e os riscos de uma única história ensinada**

Este subitem realiza uma análise qualitativa sobre como o debate referente à escravidão em África e comércio transatlântico de africanos aparece nos livros didáticos de História do fundamental II compreendendo o 6º ao 9º ano. Para isso, analisamos como este tema foi abordado por uma coleção de livros didáticos de História, aprovados no último PNLD e que são adotados pelos docentes das escolas da

rede estadual e municipal da cidade de Campo Maior-Piauí<sup>2</sup>. Os organizadores dos quatro livros didáticos da coleção intitulada *Nos dias de Hoje* analisados neste trabalho são Flávio de Campos<sup>3</sup>, Regina Claro<sup>4</sup> e Miriam Dolhnikoff<sup>5</sup>. Os três autores destes manuais didáticos possuem mestrado em História social pela USP, e têm experiência em construção de livros didáticos e paradidáticos.

Podemos afirmar que a estrutura que organiza os conteúdos dos quatro livros possui como referência os acontecimentos políticos da Europa, as narrativas que desenvolve a História da humanidade parte das experiências dos europeus em suas viagens pelo mundo. Nesta perspectiva, os conteúdos sobre a história dos demais povos se desenrolaram na medida em que os europeus entraram em contato com eles. Os acontecimentos políticos e econômicos da história dos europeus foram utilizados como parâmetro orientador e fio condutor para explicar e apresentar a história dos demais povos e continentes do mundo nos seus diferentes contextos e recortes temporais.

### 2.1.2 História nos dias de hoje: 6º ano

O livro didático do 6º ano é dividido em dez unidades. A 1ª unidade foi intitulada *A História, os seres humanos e o tempo* em que aborda o conceito de História e de historiadores e trabalha importância do tempo para a construção da História. Esta unidade dedica um subtópico para explicar o tempo mítico/circular de matriz africana. A 2ª unidade foi denominada *Pré-História e História* em que aborda a origem, sociedade e cultura dos primeiros seres humanos, enfocando a África como berço da humanidade, apontando os primeiros vestígios humanos na América do Sul. Em seguida, traz uma discussão sobre os períodos da Pré-História, logo após, demonstra como a História esteve organizada cronologicamente e direcionada por determinados acontecimentos. A 3ª unidade traz a vida dos povos na *Mesopotâmia*. A 4ª unidade abre espaço para falar sobre o *Egito antigo*, acentuando que os povos egípcios eram

---

<sup>2</sup> Campo Maior é uma cidade do Brasil do estado do Piauí localizada à latitude 04°49'40" sul e à longitude 42°10'07" oeste, possui um área de 1.676 km<sup>2</sup>, com uma população em torno de 45.177 habitantes, com um índice de desenvolvimento entorno de 0.656.

<sup>3</sup> Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade de São Paulo, sendo coordenador do Ludens-USO (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas).

<sup>4</sup> Possui graduação, mestrado em História pela Universidade de São Paulo USP, sendo autora de livros didáticos e paradidáticos de História e cultura africana.

<sup>5</sup> Possui graduação, mestrado e doutorado em História pela USP, sendo docente do curso de relações internacionais (USP) e pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

africanos, em seguida a 5ª unidade traz a vida e sociedade dos Fenícios. As 6ª, 7ª, 8ª e 9ª unidades apresentam respectivamente *A formação da Grécia, Grécia Antiga: das pólis ao império macedônio*, *A formação da Roma Antiga*, *O império Romano*, finalizando com a 10ª unidade intitulada *A África de muitos povos* em que são dedicados alguns aspectos da vida dos povos que viveram em diferentes regiões do continente africano.

No manual do 6º ano o aspecto geral que cerca o tema central em questão e que é necessário apontarmos neste trabalho se refere a organização das unidades por uma cronologia tradicionalmente europeia: Homem no tempo, a Pré-História, as civilizações antigas do crescente fértil, bem como as chamadas civilizações clássicas (Gregos e Romanos). Porém, vimos o avanço do livro didático do 6º ano do fundamental II em incluir, em parte, a história do continente africano.

Dentro desta estrutura cronológica do livro, há incluída uma discussão sobre o tempo, enfatizando os diversos modos de entendê-lo e vivê-lo, seguindo-se para o conteúdo sobre a Pré-História. Nesse capítulo, por exemplo, o continente africano apareceu como o berço da Humanidade. Mais adiante, mostrando o estudo das civilizações antigas o manual didático incluiu os povos egípcios, enfatizando sua localização no território do continente africano. Na sequência, ao tratarmos das civilizações clássicas Roma e Grécia, dedicaram um capítulo para abordar os antigos impérios africanos e enfatizaram suas rotas comerciais com as diversas regiões do mundo.

No que se refere o conceito de tempo e o modo como os povos o sentiram, é importante enfatizar que o livro didático organizou e dividiu as diversas interpretações de tempo, sendo estes: o tempo mítico que é circular e foi transmitido através da oralidade e o judaico cristão que é linear e foi repassado pela difusão da escrita, além de enfatizar a existência de um tempo histórico, como outro tempo, que dentro da discussão do livro didático assemelha-se mais com a temporalidade judaico-cristã do que com o tempo mítico:

A festa era e ainda é um tempo diferente do tempo do dia a dia. A festa era (e ainda é) um tempo extraordinário, diferente do tempo das obrigações. Algumas festas duravam muitos dias (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.21).

As festas eram celebrações coletivas. O tempo festivo soma-se ao tempo cotidiano, das tarefas e trabalhos diários necessários a sobrevivência e a manutenção da vida comunitária. (...) As primeiras festas ajudavam a marcar o tempo anual. Eram, portanto, instrumentos

de demarcação do tempo. As festas que se repetiam (e ainda se repetem) a cada ano revelam um tipo de tempo o tempo circular ou tempo cíclico (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.21).

(...) se o tempo dos mitos era preferencialmente transmitido pela oralidade, o tempo histórico foi transmitido pela escrita. Essa seria uma transformação muito importante na cultura das sociedades que as elaboram (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.22).

O tempo circular e mítico apresentado no livro didático é atribuído e associado às festividades religiosas de matriz africana, sucedendo um tempo que não está conectado com o cotidiano dos indivíduos que dele vivem. Desse modo, a maneira como o livro didático abordou essa concepção de tempo acabou por caracterizá-la como alegórico e inferior ao tempo de matriz e origem cristã. Assim, ao tentar exibir como o tempo mítico-circular é entendido, o livro didático em sua explicação fraturou e dividiu este mesmo tempo. Contrária a esta afirmação do manual didático, o intelectual Boubou Hama (2010) enfocou que o tempo mítico africano, que é oral, também é um tempo histórico, pois, tem função de regular a vida e as relações sociais entre os sujeitos. “O tempo africano é, às vezes, um tempo mítico e social, (...) os africanos têm consciência de serem os agentes de sua própria História. Enfim, veremos que este tempo africano é um tempo realmente histórico” (HAMA, 2010, p.24). Assim o tempo mítico que é demonstrado no livro didático por uma perspectiva pouco aprofundada é expresso pela historiografia africana e africanista como essencialmente social e, portanto, constitui um tempo histórico. Assim, a festa retratada como característica do tempo mítico, não pode ser entendida como uma expressão fraturada deste mesmo tempo, pois, ao falarmos da temporalidade cíclica veremos que a festa fez parte de um todo que está integrado nas estruturas e organizações que explicam as transformações, mudanças e movimento do mundo social dos povos africanos que utilizam essa orientação temporal.

O livro didático ao se preocupar em explicar o tempo na concepção dos povos africanos realiza um avanço nas questões em torno da História da África. Deixar evidente o conceito de tempo para as sociedades africanas é de suma importância para entendermos os processos do comércio transatlântico de africanos na modernidade, pois, isto inicia um ponto de partida em que relativiza o mundo social dos povos africanos e abre caminho para interpretações que valorize e preserve os níveis simbólicos que o comércio transatlântico de africanos ganhou para a África. Já que, uma das condições de ser escravo na África está relacionada com o mito (fundamentado em uma ideia de tempo) que se concretiza no rito.

A unidade que trata sobre a Pré-História enfatiza a importância do continente africano como berço da humanidade, tendo dele partido os primeiros seres humanos que povoaram todas as regiões do globo:

Do continente africano, em um longo processo que levou milhares de anos, nossos antepassados teriam, alcançado a Europa e Ásia. Do continente asiático, grupos de seres humanos teriam chegado a Oceania e, posteriormente, a América. Possivelmente, perseguindo manadas de animais, fontes de água ou áreas que permitissem a coleta de alimentos (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.38).

O livro didático quando considera o continente africano como o berço da humanidade abre caminho no qual construí diálogos no ensino básico em que mostra o continente africano sendo desde sua “origem” mais remota palco de movimentações e migrações, estando conectado a várias regiões do planeta. A pesquisadora Elisa Larkin Nascimento (2008) afirma que:

Nos estudos históricos, considera-se a civilização humana um atributo quase exclusivo do ocidente. Até pouco tempo, a ideia de que o ser humano original fosse negro e africano soava entre ridícula e absurda. Ao longo de séculos, a ciência ocidental construíram uma série de teses que supostamente comprovavam que os africanos eram criaturas inferiores e incapazes de construir civilizações. Pesquisas mais recente, afirmam não apenas que a humanidade nasceu na África, mas também que os negros africanos estão entre os primeiros humanos e erigiram as bases da própria civilização ocidental (NASCIMENTO, 2008, p. 55).

Nascimento (2008) apontou que Cheik Anta Diop (1985) foi um dos primeiros intelectuais africanos que ao sustentar os argumentos colocados acima, apontava que era preciso bastante coragem para defender que do continente africano emigraram os primeiros humanos para os continentes que são hoje a Europa, Ásia e a América. Visto que, tais argumentos representavam, até então, uma ideia absurda, resultado de um complexo de “colonizado”.

Mais adiante, ainda no capítulo sobre a Pré-História e a origem humana o livro didático dedica um tópico para expor ao discente que a estrutura, na qual, a História estava dividida está orientada pelos acontecimentos políticos da Europa. O manual didático afirma também que esse é apenas um posicionamento para estruturar a História, já que, existe outras maneiras de organizá-la. As divisões por períodos (Antigo, Idade Média, Modernidade e Contemporânea) são entendidas pelo livro

didático como segmentações da história política e econômica europeia, a qual, devido ao eurocentrismo, universalizou-se enquanto parâmetro histórico aceitável para organizar e estudar as outras sociedades e povos do planeta. O manual didático afirma que esta forma de estruturar a história é passível de questionamentos e mudanças, mas que, entretanto, esta mesma divisão foi considerada pelos manuais didáticos para abordar seus conteúdos:

É importante destacar que tal forma de organizar a História e subdividi-la está baseada na trajetória das sociedades europeias. Essa História se aplicaria realmente apenas ao Ocidente europeu. Isso tende a deixar o resto do mundo em segundo plano. Ou melhor, acaba fazendo com que a História do resto do mundo seja ordenada a partir de uma referência europeia. (...) Assim, tais divisões devem servir apenas como uma referência para nossos estudos. Não são verdades inquestionáveis. Pelo contrário, são demarcações provisórias sobre as quais devemos refletir e analisar (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p. 48).

O eurocentrismo é entendido por Muryatan Barbosa (2008) como uma estrutura mental em que vemos e entendemos a História dos povos africanos e de outras sociedades a partir dos valores morais e intelectuais da Europa. Esta organização da História por meio dos acontecimentos políticos e econômicos dos povos europeus nos remonta ao século XIX quando foi produzida uma vasta literatura científica que inseria a Europa no centro do mundo. Nesta concepção, os povos estavam enquadrados por uma escala evolutiva, sendo que os europeus estariam supostamente no topo do desenvolvimento cultural, econômico e político, cabendo ao restante dos demais povos que almejassem alcançar a razão e o bem estar social seguirem os modelos, padrões e organizações sociais dos europeus.

Durante o século XX os escritos de pensadores como Hegel, Vico, Marx e Engels, Voltaire e Condorcet foram duramente criticados por intelectuais africanos como também revistos pelos cientistas europeus. A vista disso, a História social inglesa e os movimentos intelectuais africanos tem possibilitado o redimensionamento sobre conhecimentos anteriormente cristalizados como verdades absolutas e inquestionáveis, tornando viável diretamente e indiretamente a construção de um pensamento e uma epistemologia eminentemente africana no século XX, consolidando processos de relativização da base científica do campo das ciências humanas na contemporaneidade (BARBOSA, 2008).



Desta forma o manual didático quando reconhece e apresenta aos discentes que a História tradicionalmente veio sendo dividida de acordo com os acontecimentos da Europa Ocidental tem-se um avanço e um passo importante para as questões em torno do ensino da História dos povos africanos no ensino básico.

O manual didático do 6º ano no que tange o estudo das civilizações antigas abriu espaço para o estudo dos povos egípcios, dedicando um capítulo para abordar os diferentes aspectos desses sujeitos. Assim, os povos egípcios são apresentados como pertencentes à geografia do continente africano e estabelecadores de relações sociais com a África subsaariana como também com os povos do oriente e da Europa ocidental:

O Egito antigo possui uma das culturas mais fascinantes de toda humanidade. (...) Tal formação social desenvolveu-se no crescente fértil Vale do Rio Nilo, no Nordeste da África, entre os desertos do Saara (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.81).

O manual do 6º ano além de ter focado o estudo dos egípcios, destaca outras sociedades antigas como o império Kush, Axum e Núbia que viveram próximo aos egípcios. Sobre os povos da parte ocidental e do deserto do Saara fala-se por meio de generalizações, sem realizar destaques, mas assevera que estes povos estavam conectados por organizadas rotas comerciais, onde se comercializava ouro, marfim e escravizados. Apesar desses avanços na forma como o livro didático retratou os povos africanos no período chamado de antiguidade, podemos dizer que faltou uma explanação sobre as relações e dinâmicas estabelecidas não só no interior do continente africano, mas tem-se que dedicar conteúdos didáticos que explane a África e suas diásporas, pois, desde os períodos mais remotos os povos deste continente estabeleceram uma poderosa influência sobre as mais diversas regiões do mundo:

Desde seus primórdios, a África tem sido o palco de intensas movimentações, migrações, trocas comerciais e culturais. Trata-se de um fenômeno ocorrido não apenas no território continental como também no exterior. Com efeito, o africano e sua cultura se fizeram presentes em todos os cantos do mundo (NASCIMENTO, 2008, p.80).

Deve-se evidenciar que as civilizações egípcias, assim como os outros impérios africanos contribuíram para formar as bases do mundo ocidental, somos herdeiros de uma vasta gama de valores e conhecimentos oriundos das sociedades africanas. O livro didático realizou um esforço de tentar incluir a história de África no ensino ao dedicar tópicos e capítulos sobre as sociedades do continente. No entanto, a

estrutura social e as relações econômicas e políticas dos povos africanos no interior do continente em relação com os povos das outras regiões do planeta, ainda são pouco aprofundadas. Portanto, tem sido necessária uma maior atenção sobre as interações que organizavam as sociedades em África, a respeito da disposição de seus reinos e impérios e das relações escravistas no interior do continente e do Atlântico que estavam em torno dessas estruturas e que em certa medida organizavam os povos e estabeleciam suas relações com outras sociedades.

### **2.1.3 História nos dias de hoje: 7º ano**

O livro didático do 7º ano está dividido em 14 unidades. A 1ª unidade é intitulada *Cristã e mulçumana durante a alta idade média*, em que dedica um subtópico para falar da presença de mulçumanos na África. A 2ª unidade é denominada *Baixa Idade Média (séculos XI a XIV)* em que traz uma extensa explicação sobre os mais diversos aspectos da sociedade e cultura dos povos europeus, enfocando na expansão do cristianismo e no comércio com o oriente médio. A 3ª unidade chamada de *A transição da idade média para a época moderna* trata sobre as mudanças e transformações econômicas, políticas e culturais na Europa ocidental. A 4ª unidade é denominada de *A expansão marítima europeia*, organizada nos subtópicos: *A linguagem dos mapas, As especiarias, O mar tenebroso, África, terra incógnita? Império do Mali, O périplo africano, os turcos chegam a Constantinopla, A expansão espanhola, África oriental: as belas cidades de pedra, o mundo dividido*. Embora, trate na maior parte sobre as experiências dos europeus com outros em suas navegações marítimas e nos itens que dedicam para falar da África apresenta que os povos deste continente eram desconhecidos pelos europeus, o livro também traz a representação de uma África desenvolvida e conectada por complexas rotas comerciais, sendo dotada de culturas e organizações sociais específicas.

A 5ª unidade é intitulada *A Reforma Protestante* aborda as vertentes religiosas que emergiram do catolicismo na Europa Ocidental. A 6ª Unidade chamada de *A Reforma Católica* já traz as mudanças da igreja católica devido a emergência do Protestantismo. A 7ª unidade denominada *A América antes da chegada dos conquistadores*, a 8ª unidade é chamada de *A América espanhola*, a 9ª unidade é intitulada *O Brasil ante de Cabral*, a 10ª unidade apresenta como *A Conquista Colonial portuguesa*, a 11ª unidade intitulada *A organização política e o Antigo Sistema Colonial*

tratam de modo geral sobre a existência dos povos da América antes da chegada dos europeus, para em seguida trabalhar a implantação do sistema colonial mercantilista que os europeus estabeleceram no Brasil durante a modernidade. Finalizando com a 14ª unidade chamada de *A sociedade do Antigo Regime* que aborda a formação e a centralização política dos estados europeus na modernidade.

O livro didático do 7º ano fez uma divisão clássica entre História Medieval e Moderna. No que se refere ao recorte sobre a “Idade Média” os conteúdos do manual didático estão voltados para a história da Europa ocidental, também para a história dos povos europeus nas regiões da África do Norte e do Oriente Médio. Na 1ª e 2ª unidade tem-se dois capítulos destinados a estudar a Alta Idade Média que abrange os séculos V a X (quando elementos germânicos e romanos se articulam) e Baixa Idade Média correspondente aos séculos XI a XV (período da acessão e desestruturação do feudalismo da Europa Ocidental) ao utilizar denominações de acordo com o momento político e econômico da Europa Ocidental, o manual didático destinou meia página para sinalizar que o continente africano neste período estava conectado por poderosas e organizadas rotas comerciais internas que interligava o norte da África até a parte ocidental e que possuía conexões com a Europa do ocidente. Mas, entretanto, o “coração” da “África” que corresponde a região abaixo do Saara, não estava interligado com as outras regiões do continente africano, sendo assim, as regiões ocidentais da África e os povos do norte não interagem, muito menos se relacionavam com os povos europeus. Neste sentido, o livro didático apresenta o continente africano relativamente fechado em relação ao contato com os povos dos outros continentes e com a Europa:

No continente africano estabelecia-se um grande sistema de trocas que ligava regiões distantes e populações diversas. Os mercadores mulçumanos não penetravam no coração da África, circulavam por suas bordas, nos limites do Saara, no litoral do Oceano Índico e em suas áreas de florestas menos densas (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.26).

Foi observado que embora o livro didático destinado ao ensino de História tenha destacado um continente africano interligado, trabalhando de maneira geral a interação e os movimentos entre os povos africanos com as demais regiões do mundo, suas histórias aparecem pouco elaboradas na relação com os povos do Oriente e da Europa. A história do comércio de mercadorias e de escravizado do continente africano

é entendida como um complemento pouco aprofundado da história dos povos das outras regiões do mundo.

A 4ª unidade do manual didático do 7º ano que trata sobre a transição da Idade Média para a Moderna destaca os conhecimentos que o continente europeu desenvolveu e suas interações e relações com os outros povos, enfatizando suas experiências a partir de suas perspectivas e valores sociais. Para falar sobre a dinâmica dos povos no Atlântico na modernidade e das relações econômicas que foram estabelecidas entre si, temos um capítulo denominado “A expansão marítima europeia”, em cuja seção os portugueses são posicionados como os pioneiros na exploração da navegação marítima e, desse modo, são considerados os iniciantes de um comércio transatlântico que conectaria as outras regiões do mundo entre os séculos XV e XIX:

A navegação em torno da África é considerada o primeiro momento de um período denominado grandes navegações ou expansão marítima europeia. Os portugueses foram os pioneiros nesse empreendimento. Em 1415, a conquista da cidade de Ceuta, localizada no Estreito de Gibraltar (Marrocos), dominada pelos muçulmanos, é o marco inicial dessa expansão (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.81).

Oliva (2003) destacou que os livros didáticos de História do Brasil, por exemplo, “no capítulo que trata da Expansão Marítima Europeia dos séculos XV e XVI, a África aparece apenas como uma sucessão de pontos geográficos a serem ultrapassados” (OLIVA, 2003, p. 427). O comércio transatlântico de africanos é entendido por um eixo controlado e unilateral que parte das ações e pretensões da Europa, no caso, Portugal para as regiões da África e América:

Além das especiarias, os europeus apreciavam outras mercadorias vindas do oriente, como marfim, sedas e pedras preciosas, objetos de luxo para grupos sociais cada vez mais interessados em consumir produtos exóticos e sofisticados. Essas preciosidades atravessavam o interior da Ásia e chegavam até o mar mediterrâneo. Dos portos de Constantinopla, Alexandria e Trípoli, os produtos seguiam em navios para os centros comerciais, principalmente para as cidades de Veneza e Gênova (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.79).

Anderson Ribeiro Oliva (2007) em tese intitulada “Lições sobre África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino de História da África no mundo Atlântico (1990-2005)”, realizou uma profunda reflexão sobre como o continente africano e suas relações com outras partes do mundo estão

permeados, no ensino de História, por um olhar ainda predominantemente eurocêntrico. Logo, a Europa estaria no centro das relações que ocorreram no Atlântico, sendo os europeus os primeiros povos a estabelecerem de forma intensa e sistemática relação com as sociedades do mundo. Quanto a essa questão, Oliva (2007) defendeu que:

Durante séculos a tradição ocidental manteve a crença que, ou melhor a perceptiva de que os encontros no século XV entre europeus, os africanos subsaarianos e as sociedades ameríndias teriam sido marcados pelo ineditismo, pela descoberta de novas humanidades e pelo signo do fantástico. Se excluirmos os últimos elementos dessa combinação tal postura só pode ser aceita se nos recobrirmos com as capas visuais do universo endógeno da Europa medieval (OLIVA, 2007, p.55).

Oliva (2007) apontou os equívocos dos manuais didáticos da literatura escolar, os quais afirmam que o continente africano era fechado antes da chegada dos portugueses e de que essas relações comerciais e as interações entre os povos africanos com os europeus ocorreram somente a partir do século XV com a abertura do Atlântico. Apesar desses desacertos dos livros de História básica, felizmente, as produções historiográficas desde o século XX têm avançado nestas questões.

Elisa Larkin Nascimento (2008) enfocou que o continente africano foi palco de intensas interações e relações comerciais com as mais diversas regiões e continentes, nos remontando desde o período caracterizado como Pré-História:

Hoje óbvio e de difícil contestação é o fato de que para além da Europa, as sociedades africanas mantinham em suas relações intestinais, traansarianas e indicais uma intensa e multidirecionada relação comercial/cultural, comunicando seus vários universos como do mundo do oriente e de outras sociedades asiáticos (OLIVA, 2007, p. 56).

As produções historiográficas africanas e africanistas do século XX e XXI formam um consistente conhecimento sobre as dinâmicas sociais estabelecidas pelas rotas que interligavam o continente africano com outras regiões, apesar disso, este saber ainda é bastante ignorado pelo ensino de História Básica. O que constatamos na literatura didática é que este tema tende a aparecer de maneira pouco trabalhada e contraditória, pois se na antiguidade o continente africano é de certo modo articulado, no período chamado “Idade Média” esta conexão com outros povos praticamente desaparece, voltando a ser apresentada no período denominado moderno. Assim, o livro

didático explora de forma simplória e reduzida a relação entre povos europeus e africanos, pois estas seriam apenas derivadas das ações das nações europeias no continente africano.

Este conteúdo que apareceu exposto no manual didático, na maneira como foi explanado, contribui para solidificar as representações de uma África dominada pelos europeus no século XIX e com graves problemas econômicos no século XX, resultado da política econômica do início da modernidade em que a África seria apenas uma fornecedora de mercadoria que os europeus utilizaram para enriquecer com o trabalho escravizado nas Américas. A África é vista como um mero depósito de escravizados negros que eram comprados exclusivamente por comerciantes europeus, sem realizar menção aos comerciantes africanos que circulavam no comércio transatlântico, bem como o papel dos chefes políticos que controlavam este comércio no interior do continente:

Após 1446, os comerciantes portugueses passaram a cobiçar, além das especiarias e dos metais, um artigo que se revelaria ainda mais rentável o próprio negro da Guiné. Instalados no forte de Arguim, construído em 1449, os portugueses fizeram da Alta Guiné um importante núcleo de obtenção de seres humanos escravizados (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.90).

Os portugueses aproveitaram as rotas tradicionais africanas já estabelecidas, favorecendo sua penetração no interior do continente. Rios como o Senegal, o Cacheu e o Gâmbia, que já, eram utilizadas pelos africanos havia muito tempo, passaram a trazer mercadorias para o litoral. Em 1445 e 1460, foi descoberto e explorado o arquipélago de cabo Verde. Em 1471, os portugueses chegaram a Mina, posteriormente conhecida como costa do ouro, atual, Gana. (...) onde concentraram todo o negócio do ouro e de africano escravizado (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p. 90).

No livro didático de história do 7º ano, nos parágrafos acima referendados, podemos perceber uma visão vertical na maneira como o plano das relações econômicas em torno do comércio transatlântico de africanos foi abordado. Pouco se evidencia as ações e articulações dos povos africanos no comércio transatlântico, ou explica-se como a escravidão existente em África se expandiu pelo mundo. Mas a narrativa do livro didático se limita em apresentar as regiões e os portos os quais os portugueses se estabeleceram no comércio transatlântico de escravizados, se restringindo unicamente a explicar sobre as mercadorias que eram adquiridas pelos portugueses no continente africano. Além disso, esta unidade do material didático não situa o leitor que o

imaginário europeu medieval estava presente nos relatos europeus sobre a África na modernidade, mas apenas o reproduz de forma naturalizada para seu leitor (discentes).

No manual de História do 7º ano, identificam-se as seguintes tessituras que explanam sobre o comércio transatlântico de africanos:

Os portugueses contratavam também o serviço de negros e mestiços, chamados de pumbeiros, que percorriam o interior da África comprando escravos dos chefes das aldeias. Em algumas expedições de captura de africanos (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.230).

A expansão do tráfico negreiro deu forma a um conjunto de ações econômicas, sociais e políticas que marcaria a história da África e da América. A venda contínua de negros africanos permitiu a montagem do escravismo, um sistema econômico sobre o qual se organizou a economia colonial (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.236).

Embora os europeus permanecessem na costa, o continente africano foi aos poucos sendo modificado nos seus hábitos e costumes, na medida em que se integrava ao mercado europeu como fornecedora de mão de obra. Alimentos, armas, vestimentas, e línguas até então desconhecidos em África foram introduzidos pelos traficantes (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.236).

A venda de escravos era realizada em larga escala. Estabelecia-se igualmente a articulação de áreas destinadas ao fornecimento de mão de obra a áreas destinadas à produção de gêneros tropical. Tudo isso sob o controle de uma metrópole europeia, Portugal, que retirava enormes lucros dessas transações comerciais (CAMPOS; CLARO; DOLHNOIKOFF, 2015, p.238).

A forma como o comércio transatlântico de africanos foi apresentado se aproximou das discussões historiográficas brasileiras dos anos 1960 até os anos 1970 em que autores como Caio Prado Junior (1942), Celso Furtado (1959) e Fernando Novais (1979), ao discutirem sobre “o sentido da colonização”, entenderam que o escravizado africano seria apenas uma extensão do sistema colonial mercantil, que era desenvolvido e organizado exclusivamente pela Europa. Desta forma, a organização do Brasil e da África seria resultado da expansão marítima e comercial europeia. O que implicava no escravo não como agente histórico em que poderia ser explorada as múltiplas dimensões de sua existência, já que era visto como uma peça/mercadoria controlada pela expansão econômica dos povos europeus (ADOLFO, 2014, p.9).

Nos anos 60 e 70 a historiografia brasileira consolidou seus estudos sobre a escravidão no Brasil e suas relações transatlânticas pelos condicionantes teóricos do

marxismo. A dissertação de Roberto Adolfo (2014) é um consistente levantamento sobre as produções que foram construídas naquele período. Adolfo (2014) defendeu que essas pesquisas possuem análise baseada na noção de modo de produção desenvolvida pelas primeiras interpretações marxistas. Assim esses trabalhos utilizaram os conceitos de sistema feudal e semifeudal, modo de produção capitalista e modo de produção específico.

As obras de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Dialética do Subdesenvolvimento* (1964); de Ignácio Rangel, *A Questão Agrária Brasileira* (1961); de Cavalcante Coutinho (1961), *Reforma Agrária do Brasil*; de Alberto Passos Guimarães, *Quatros séculos de latifúndio* (1963); de Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira* (1976); de José do Carmo Barbosa, *Pré-capitalismo ou Neocapitalismo Brasileiro?* (1979) compõem uma literatura historiográfica que defende os modelos de modo de produção feudal e semifeudal para analisar a composição do sistema colonial na modernidade. Assim sendo, Brasil e África, no eixo das discussões sobre o comércio transatlântico de africanos, comporiam uma estrutura econômica organizada em função e pela Europa (ADOLFO, 2014, p. 120-122).

Em seguida as teses de Caio Prado Junior, *A Revolução Brasileira* (1966) e *A Questão Agrária* (1979), de José de Souza Martins (1973), *A Imigração e a Crise do Brasil Arcaico e Capitalismo e Tradicionalismo* (1975); de Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e Democratização* (1975); de Maria Franco, *Homens Livres na Ordem Escravista* (1969); de Luís Pereira, *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento* (1970); de Octavio Ianni, *de Escravidão e História* (1975); de Maria Loureiro, *Parceria e Capitalismo* (1977); de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777/1808)* (1979); de José Vicente Tavares dos Santos, *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital* (1979); de Maria Wanderley, *Capital e Propriedade Fundiária* (1979), trabalharam na perspectiva de que o mercantilismo colonial desenvolveu um modelo de sistema capitalista no Brasil. Sobre esta categoria explicativa, o modelo de produção capitalista de Marx, adotado para entender a estrutura econômica da África e do Brasil, é incapaz de explicar o comércio transatlântico de africanos estabelecido na modernidade (ADOLFO, 2014).

Existem também as pesquisas que defenderam um sistema específico de modo de produção, este por sua vez, o caracterizou como escravagismo colonial, este modelo explicativo ao buscar instrumentos específicos para entender o comércio



transatlântico de africanos no Brasil colonial em direção a África mesclou categorias conceituais dos modelos de produção feudal com o capitalista. Não conseguido, portanto, construir interpretações que conectem África e Brasil pelas relações autônomas e específicas entre estes dois continentes. Os autores que compõem essa corrente de pensamento foram Florestan Fernandes, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975); Afrânio Raul Garcia Junior, *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores* (1976); Ciro F. S. Cardoso, *Sobre os Modos de Produção Colonial da América* (1975); e Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada* (1990).

Em grande parte a historiografia dos anos 1960 e 1970 referente aos modelos econômicos do Brasil e da África, como também o sentido da colonização destes continentes entenderam o comércio transatlântico de africanos pelo viés econômico marxista. Essa corrente teórica da Europa foi universalizada para estudar as dinâmicas e relações comerciais do Brasil com a África e com a empresa mercantil europeia. Por esse aspecto e por não conseguir abarcar as relações específicas que se configuraram no Brasil e suas dinâmicas com a África, é que reside o caráter de sua fragilidade (ADOLFO, 2014, p. 12).

Sobre a escravidão interna em África o manual didático do 7º ano dedicou um subitem intitulado a “Escravidão na África” em que realizou superficiais comparações e generalizações do sistema escravista exercidos em Roma e Grécia com as estruturas escravistas estabelecidas no continente africano e no Atlântico:

A escravidão é uma prática que remonta a antiguidade. Ela origina-se das lutas entre os seres humanos que submetiam-se os vencidos a trabalhos forçados. Na Antiguidade oriental, como no Egito e na Mesopotâmia, os cativos trabalhavam ao lado de seus senhores, ocupando-se das tarefas mais penosas, ou tornavam-se propriedade do estado e de templos religiosos. Eram empregados em obras públicas e no trabalho nas minas (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.229).

Na Grécia, o uso de cativos foi generalizado: eram recrutados para guerras, empregados nas minas, nas oficinas, nos trabalhos do campo. A expansão romana provocou uma grande circulação de escravos como resultado das conquistas. Eles eram utilizados, sobretudo, nos grandes latifúndios, as grandes propriedades rurais (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.229).

Pelo menos dois equívocos podem ser identificados a priori quando o livro didático abordou o tema da escravidão no continente africano no que se convencionou

chamar de período moderno. Primeiramente, ao falar de escravidão em África na modernidade realizou-se uma simplória comparação da escravidão exercida na Europa ocidental (Grécia/Roma) com a que se configurou nas estruturas escravistas do continente africano e em sua expansão transatlântica:

Não faz alusão explicativa à escravidão tradicional africana, como se a escravidão fosse uma invenção árabe ou europeia naquele continente. Mesmo sabendo das profundas diferenças entre a escravidão praticada pelos africanos e aquela utilizada sob influência dos árabes ou europeus, seria fundamental um comentário sobre o tema (OLIVA, 2003, p.448).

Anderson Oliva (2007) em sua tese de doutorado realizou uma profunda análise qualitativa e quantitativa sobre como se formaram as representações da escravidão interna em África e as conexões com o Atlântico. Para isso, analisou livros didáticos de História destinados ao ensino básico correspondente aos anos de 1990 a 2005. Oliva (2007) afirmou que os materiais didáticos abordaram estas temáticas com simplismos e generalizações. Os manuais didáticos analisados por Anderson Ribeiro Oliva e os que investigamos nesta pesquisa não realizaram um trabalho de análise sobre o conceito de escravidão em África e de suas mediações no Atlântico, delineando lacunas ao não demonstrar suas funções e sentidos no interior das sociedades africanas (OLIVA, 2007, p. 286). “As referências às formas de escravização entre os grupos envolvidos na sua prática estão marcadas por generalizações e simplificações” (OLIVA, 2007, p. 285).

Em seguida, o livro didático conceituou a escravidão como um sistema em que “humanos subjugam humanos”. Nesse sentido, podemos perceber como foram definidos os conceitos de grupo étnico nas sociedades africanas. Assim, ao tratar sobre o tema da escravidão em África na modernidade entre os séculos XV e XIX, os grupos étnicos são conceituados por uma interpretação primordialista, ou seja:

O indivíduo nasce ou adquire os elementos constitutivos de sua identidade étnica (caracteres físicos, nome, afiliação tribal ou religiosa) que os ligam a ancestrais cuja herança é transmitida de geração a geração. Para os primordialistas, é esta ancoragem da identidade étnica em um grupo de parentesco ampliado, fictício ou real, que confere às ligações étnicas a força coercitiva derivada do dever moral de solidariedade para com os seus (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 89).

O conceito de grupo étnico também apareceu próximo a uma abordagem neoculturalista, pois, “a etnicidade é tratada como um sistema simbólico. Um conjunto de ideias coercitivas sobre a distinção de si e dos outros, que fornece uma base para a ação e interpretação do outro” (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 110). O material didático ao denominar os sujeitos que foram escravizados na modernidade como “humanos escravizando humanos”, ou seja, negro/africano escravizou negro/africano forma uma cadeia simbólica que padroniza esses indivíduos, construindo uma identidade étnica racial subordinada caracterizada unicamente pela cor negra, pela geografia territorial e por uma única dimensão da experiência histórica da escravidão. Esta identidade, por sua vez, têm sido um self contemporâneo construído sobre a África, estando presente na forma como enxergamos e como suas relações geopolíticas internacionais tem se configurado.

Hebe Maria Mattos (2009) ao realizar um panorama sobre os conteúdos organizados e produzidos pelos manuais didáticos de História afirmou que estes não realizaram nenhuma menção a África, ou aos povos africanos. Os livros didáticos não trabalharam as especificidades dos grupos étnicos que viviam e se relacionaram com os povos europeus na modernidade. Apenas se fala da História do comércio transatlântico de africanos ao abordar a História do Brasil colonial, referenciando a temas em torno do “pacto colonial”, “exclusivismo metropolitano”, “tráfico negreiro” e “força de trabalho de escravizados africanos” (MATTOS, 2009, p. 133). Existe uma configuração de sentidos produzidos nos materiais didáticos sobre a História do comércio transatlântico que realizaram uma restrita associação entre negritude e condição escrava como mera força compulsória de trabalho:

As especificidades culturais dos africanos só são abordadas (...) por dois capítulos, com o título “trabalho e resistência”. No primeiro, os autores procuram responder a questão “que é ser escravo, o que é ser livre”; no segundo, tratam da temática da “resistência à escravidão” (MATTOS, 2009, p. 133).

Warley da Costa (2014) no trabalho “Currículo de História e Produção da Diferença: fluxos de sentido de negro recontextualizados na História ensinada” indicou a existência de uma teia discursiva comum construída pelo imaginário dos discentes no ensino básico, estes possuem uma visão racializada e essencialista das identidades negras. Os alunos possuíam uma visão homogênea sobre a História do “negro” no

Brasil, este é representado em uma dicotomia com o chamado branco, esses blocos de sentido entre negro e branco são diferenciados por características morais e éticas na perspectiva dos discentes.

Assim, no manual didático analisado, a identidade étnica dos povos africanos na modernidade foi cunhada pela experiência da escravidão em África e das relações comerciais transatlânticas com os povos europeus. Grupo étnico é caracterizado e definido utilizando como parâmetro a experiência histórica da escravidão africana no Atlântico. Desta maneira, as identidades étnicas que estabelecem o centro das dinâmicas comerciais transatlânticas entre povos africanos com o restante do mundo barreiras engessadas e fixas, marcadas neste contexto. Desta forma, a diversidade de povos que viveram no continente africano que implantaram diferentes sistemas escravistas, bem como, o comércio de escravizados africanos foi narrada por uma interpretação homogênea de suas fronteiras étnicas, tidas como estáticas e essenciais.

De maneira próxima que Oliva (2007) evidenciou ao analisar o livro didático de Mario Schimidt o manual didático desta pesquisa ao não elaborar um trabalho de conceituação de grupo étnico nos termos teóricos das ciências humanas atuais, explicando a escravidão na África pelo argumento de que “humanos subjagam humanos” acaba por contribuir com as ideias essencialistas que naturalizam a percepção de negros africanos escravizarem seus irmãos, pois, o manual didático não explora as singularidades e especificidades dos sistemas escravistas em África e nem realizou menção a multiplicidade étnica em que o continente africano foi e é berço (OLIVA, 2007).

No material didático do 7º ano que trabalha a escravidão em África e as relações que aconteceram com a abertura do Atlântico utiliza o termo África para englobar toda uma diversidade de povos e organizações. Contudo, o mesmo não aconteceu com a Europa, cada nação é bem definida e são exploradas as ações que os diversos povos europeus desenvolveram no continente africano. No material didático percebemos tímidas expressões da individualidade e diversidade dos povos e sociedades africanas, mas apareceram em meio a uma explicação formou blocos analíticos engessados e unificados nas categorias africano/negro:

Como os africanos escravizaram apenas prisioneiros de guerra, os traficantes fizeram acordos com seus chefes, de modo que estes vendessem seus prisioneiros. Os acordos por sua vez estimulavam os

chefes a fazerem a guerra apenas para terem prisioneiros a fim de vendê-los aos portugueses (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.230);

Os africanos escravizados foram empregados na ilha da Madeira em meados do século XVI. Tinha início o uso do trabalho escravo em larga escala nas colônias portuguesas do Atlântico (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.230).

Como foram apresentadas nos trechos acima, as categorias africano/negro se fundem em meio a uma única interpretação sobre a experiência da escravidão transatlântica. Dessa maneira, temos uma análise unicamente econômica das relações escravistas entre os povos africanos e europeus na modernidade. O viés econômico tem se tornado uma vertente interpretativa predominante para abordar este conteúdo no material didático aqui analisado. Essa perspectiva está sendo apresentada no ensino básico como uma única forma de entender e perceber essas relações.

No decurso da evolução dessas características do poder atual foram se configurando novas identidades sociais do colonialismo – índio, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços – as geoculturas do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente, (as suas últimas mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa ocidental depois). E as relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se foram fundidas as experiências do colonialismo e do colonialismo com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sobre hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que depois será denominado como modernidade (QUIJANO, 2009, p. 75).

A África, a Europa e a América, além de formar suas múltiplas identidades (negro, índio, branco, mestiço) reconfiguradas e operacionalizadas em âmbito global têm em suas conjunturas interpretativas alicerces epistemológicos de cunho eurocêntrico. Esse conhecimento não só delineou as relações econômicas, políticas, sociais, mas também as construiu. “A África não é pensada em sua especificidade, mas em comparação desproporcional a outros continentes, especialmente o europeu. Assim, a África não tem povo, nação, estado, não tem História” (HERNANDEZ, 2005, p. 18).

Com a construção pela Europa ocidental no século XVII de um método cartesiano, racional de produção de conhecimento, entendido e utilizado como único método de produzir saber “verdadeiro” e sendo incorporados como privilégios cognitivos de algumas pessoas mais capazes, os europeus construíram conhecimento sobre si e sobre o outro (diferente). Temos neste contexto, a produção de imagens e

discursos estereotipados e reducionistas que reverberaram no século XIX e XX como saber epistêmico que possuíram restritos fins e interesses político-econômicos sobre a África (HERNANDEZ, 2005, p. 17). “O lugar do capitalismo mundial foi ocupado pelo estado-nação e pelas relações estado-nação, não só como unidade de análise, mas como único enfoque válido do conhecimento do capitalismo. (...) a mais difundida e a mais eurocêntrica das vertentes derivadas da heterogênea herança de Karl Max” (QUIJANO, 2009, p. 75).

Contudo, a explicação que o manual didático oferece sobre o impacto e consequência das dinâmicas comerciais escravistas entre africanos e europeus na modernidade é a de que o continente africano se desestruturou economicamente devido ser seu único papel na modernidade ser o de fornecer mão de obra para as Américas durante os séculos XV até meados do XIX, o que permitiria a consolidação e supremacia da Europa com o imperialismo e colonização durante o século XIX. Assim, as relações da África com o mundo na contemporaneidade resultaria em posicionamentos de subalternidade com as outras regiões do mundo.

#### **2.1.4 Histórias nos dias de Hoje: 8º ano**

O Manual didático do 8º ano é dividido em 14 unidades: A 1ª unidade é intitulada *As Revoluções inglesas* em que trata sobre os aspectos religiosos, políticos e da organização social dos ingleses. A 2ª unidade chamada *A ilustração e o despotismo esclarecido* trata sobre o pensamento filosófico e científico da Europa, bem como a organização da educação, da arte, como também aborda a definição de conceitos como o liberalismo econômico, absolutismo, e suas configurações em cada país da Europa. A 4ª unidade denominada de *A Revolução Francesa e o período Napoleônico* se concentra na vida política da França, A 5ª unidade chamada de *A primeira Revolução industrial* se detém no estabelecimento das máquinas e da produção têxtil, além dos movimentos e ideias que estavam emergindo no mundo do trabalho na Europa. A 6ª unidade é chamada de *A idade do ouro no Brasil e as revoltas coloniais* em que abarca diferentes segmentos da vida na colônia, A 7ª unidade chamada de *As independências da América Latina* trata sobre os movimentos de resistência e luta contra a escravidão na América latina. A 8ª unidade é denominada de *A Independência do Brasil* em que aborda como o Brasil foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, esta unidade dedicou

um subitem para falar do impacto que a independência política do Brasil teve nos países da África.

A 9ª unidade foi intitulada *A construção do estado e a economia brasileira* em que abre espaço para enfoca que na revolta da Balaiada e a revolta dos Malês tiveram como agentes participantes os escravizados da diáspora africana. A 10ª unidade é denominada de *Nações, nacionalismo e socialismo*, a 11ª unidade trata sobre *A construção dos Estados Unidos da América*. A 12ª unidade é chamada de *A Segunda Revolução industrial e o imperialismo* em que aborda sobre as mudanças da economia nos países europeus e as ações imperialistas da Europa no continente africano, indiano e Asiático. A 13ª unidade chamada de *O segundo Reinado no Brasil (1840-1889)* dedica uma considerável parte para trabalhar o fim do tráfico negreiro, os movimentos abolicionistas e a abolição da escravidão no Brasil, bem como algumas expressões culturais dos afro-brasileiros. Finalizando com a 14ª unidade intitulada *A crise do Regime Monárquico*.

No material didático destinado ao 8º ano, na 3ª unidade, é dedicado um subitem de três parágrafos para explicar o comércio transatlântico de africanos na modernidade que nesta unidade foi intitulado como *comércio triangular*, nos quais percebemos explicitamente a forma como o continente africano está engendrado em relação geopolítica com a Europa:

Desde o século XVII, desenvolveu-se um próspero comércio triangular nas colônias estadunidenses. No norte produziram-se embarcações que se dirigiam para as Antilhas inglesas (sobretudo Barbados e Jamaica) para comprar cana-de-açúcar e melado para a produção de rum. Como o rum obtinha-se escravos na África. E os escravos eram vendidos nas Antilhas e nas colônias do Sul (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.47).

Outro circuito do comércio triangular envolvia a Inglaterra, para onde era levado o açúcar das Antilhas e de onde eram trazidos produtos manufaturados que eram revendidos nas colônias do Sul e nas Antilhas (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.47).

As atividades comerciais das colônias do Norte deram lucros aos colonos que investiram em pequenas oficinas de carroças, móveis, sapatos e ferramentas. Vendiam seus produtos para as colônias do Sul e para outras ilhas inglesas do Caribe (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.47).

Neste contexto, o continente africano é entendido como uma fornecedora de mão-de-obra de escravizados para as Américas, tendo como mediador e propulsor dessas relações à expansão marítima organizada pelas nações europeias. Desta maneira, podemos perceber que existiu nos livros didáticos uma interpretação reducionista e de cunho predominantemente econômica sobre a escravidão interna em África e sobre suas dinâmicas comerciais transatlânticas de escravizados africanos (OLIVA, 2003).

O comércio escravista que interligava Europa, África e América que apareceu no manual didático organizado por uma relação triangular verticalizada possui visões mais complexas nos estudos historiográficos desenvolvidos nos anos 1980/1990. Autores como Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* (1984); Célia M. Marinho de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX* (1987); João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (1989); Leila Mezan Algranti, *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro* (1988); Maria Lúcia Lamounier, *Da Escravidão ao Trabalho Livre* (1988); Silvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* (1988); Peter L. Einsenberg, *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX* (1989); Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990); Keila Grinberg, *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade na corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX* (1994); Flavio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX* (1995); Hebe Maria Mattos, *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX* (1995), ao trazerem uma abordagem cultural e social sobre o escravizado africano, o transformaram em agente histórico, explorando as variadas dimensões humanas do ser e existir do escravizado africano. Nessas pesquisas, o Brasil no comércio transatlântico de africanos na modernidade não é interpretado como um mero reflexo da extensão mercantilista da Europa, ou seja, como um modelo organizacional oriundo das ações econômicas dos europeus, mas estas pesquisas redimensionaram as dinâmicas comerciais do Brasil com a Europa, abrindo espaço para pensarmos relações específicas entre Brasil e África. Segundo os pesquisadores acima, o Brasil teve configurações econômicas que obedeciam a seus interesses particulares, estabelecendo em certa medida, interações autônomas com a África (ADOLFO, 2014, p. 123-125.):



Por um lado, Gorender apresenta articulações com um modo de fazer história que marcou os anos 1960 e 1970, ou seja, com uma postura teórica que foi fortemente marcada pela utilização de conceitos marxistas – principalmente o de *modo de produção* – e pela busca da compreensão da *formação social* brasileira. Por outro lado, Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, por sua vez, aparecem vinculados a um modo de fazer história iniciado nos anos de 1980, e que segue pelos anos 1990. Isto é, aparecem atrelados a uma postura teórica que visa superar o que chamam de economicismo e esquematismo teórico da historiografia precedente, passando a valorizar o papel dos agentes históricos e de suas culturas e consciências históricas. (ADOLFO, 2014, p.126)

Portanto, a historiografia brasileira que abrangeu o tema comércio transatlântico de africanos foi marcada por dois momentos, sendo os anos 60/70 o período em que os pesquisadores se apropriaram da categoria teórica marxista e do conceito de modo de produção para entender a formação social do Brasil e suas dinâmicas econômicas. Já nos anos 80/90 em diante uma leva de historiadores realizaram uma abordagem cultural e social do Brasil com suas conexões Atlânticas, assim, exploraram temáticas e questões sobre as culturas, consciências históricas e perspectivas sociais dos sujeitos escravizados. Deste modo, buscaram as características que tornaram o Brasil uma economia autônoma em relação à Europa, com isso, foi dado ênfase as relações bilaterais entre Brasil e África.

Por conseguinte, devemos questionar o porquê de ao estudarmos sobre o comércio transatlântico de africanos, através dos manuais didáticos, temos predominantemente modelos explicativos exclusivos da historiografia econômica, apropriados de forma generalizante, superficial e engessada. Por que se têm dedicado tão pouco espaço para trabalhar a História do comércio transatlântico de africanos entre Brasil e África e suas dimensões interpretativas para o universo social e cultural dos africanos? Já que, as produções historiográficas nas últimas décadas do século XX têm avançado nas discussões em torno de uma dinâmica entre África e Brasil formada por seus próprios interesses e organizações econômicas e políticas. Pois, o que temos visto no ensino de História básica é a história do continente africano como apêndice da história econômica da Europa. O problema causado pela perspectiva economicista nos manuais didáticos foi de que está inserida como uma perspectiva universal, como uma única história possível sobre o tema. Assim foi naturalizado o fenômeno do comércio transatlântico de africanos, homogeneizando estruturas e relações sociais, grupos

étnicos e interações geopolíticas entre povos do continente africano com as sociedades da Europa.

A associação que fazemos entre África, escravidão e negritude como categorias uniformes e inseparáveis nos remontaram aos primeiros estudos que estavam predominantemente preocupados em compreender o comércio transatlântico de africanos pelos modelos teóricos desenvolvidos exclusivamente pela Europa. Assim, este evento histórico tem sido narrado apenas pelo filtro ideológico dos Europeus (MBEMBE, 2004). Este tipo de narrativa ainda tem aparecido com facilidade nos livros didáticos brasileiros em nossa contemporaneidade.

O sistema da escravidão é analisado e justificado apenas pelo contexto cultural e social dos povos europeus na modernidade, além disso, é inserida no manual didático sem sua devida relativização contextual e temporal. Assim sendo, o livro parte da visão dos europeus sobre o comércio transatlântico de africanos, e ao fazer a afirmação dos estereótipos que as nações europeias tinham sobre o comércio de escravos não realizaram uma explicação sobre esse imaginário eurocêntrico. De certa maneira, este imaginário é inserido no livro didático de forma estereotipada, pois, aparece como uma verdade sobre os povos africanos e sobre a África.

O manual não trabalha o contexto histórico pertencente às sociedades e os valores morais, ideológicos que eram para os povos africanos tidos como verdades que organizavam e legitimavam o comércio transatlântico. Os argumentos no manual didático não são questionados, estes são apresentados sem preocupações explicativas, basta vermos os seguintes trechos do livro didático correspondente ao 8º ano:

Mesmo os filósofos que lançaram luz na maior parte das injustiças, curiosamente, deixaram a escravidão africana na escuridão. Para Voltaire a servidão humana era tão antiga quanto a guerra e a guerra tão antiga quanto a natureza humana (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.40).

Até mesmo aqueles que concordavam que a instituição era, teoricamente errada tinham a tendência a concluir que era um mal necessário. Seja pela necessidade de desenvolver as colônias, seja porque, acreditavam que os africanos viviam em condições piores na África. Montesquieu acreditava que a escravidão não tinha função útil na Europa, onde havia incentivos para o trabalho. Mas era justificada nos países tropicais onde o calor tornava o homem preguiçoso (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.40).

Os fragmentos textuais acima dos manuais didáticos realizaram um juízo de valor, ao enfatizar que a escravidão na modernidade é algo “injusto” e “injustificável”. Esse discurso do material didático realizou um julgamento do presente sobre o passado, assim, perderam-se os limites do relativismo temporal e do contexto histórico, nos mostrando que os valores e parâmetros da contemporaneidade organizaram as regras sociais do passado (OLIVA, 2003).

Neste sentido, estes fragmentos textuais que explicam o porquê da escravidão ser legitimada pela ciência europeia, foi construída da maneira que, se preocupou em focar uma postura igualitária que os filósofos deveriam seguir em relação a escravidão, e pouco se aprofunda e situa os discentes de que naquele momento histórico, os valores sociais, culturais e morais eram outros e se dissociam da nossa contemporaneidade.

A formação de um pensamento, de uma epistemologia que interpreta a luz de seu centro a História dos demais povos foi criada pela Europa, mais especificamente, desenvolvida pela corrente interpretativa econômica, ao serem simplificadas para os manuais didáticos, reduziram a função da África ao explicar sobre o comércio transatlântico de africanos ao papel estereotipado de fornecedora de escravos africanos negros, que eram vendidos por preços baratos como meras mercadorias e objetos para o trabalho compulsório nas Américas. Essas narrativas têm sido as representações que prevaleceram nos livros didáticos de História.

Os próprios manuais guardam uma larga possibilidade de entendimento a partir do contexto no qual foram fabricados (...). Ao escrever um texto sobre a formação dos Estados nacionais europeus e ignorar a multiplicidade étnica da África pré-colonial, ou utilizar imagens de africanos escravizados e brutalizados e não aquelas em que aparecem resistindo ou interagindo ao tráfico, o autor está fazendo uso de uma série de critérios: sua formação acadêmica, suas convicções ideológicas, seu contexto histórico, o público para quem está elaborando o material, a intenção das editoras, as limitações de sua formação para tratar todos os assuntos e as pressões do mercado editorial (OLIVA, 2003, p.442).

O livro didático tem sido um poderoso sistema de valores que no processo de sua composição delinea um determinado discurso e perspectiva científica, transmitindo, em grande medida, ideologias de um grupo dominante. Dessa maneira, as generalizações e reduções de questões e conceitos como identidade étnica, negro e África ao explicar o fenômeno do comércio transatlântico de africanos não são

apresentadas sem neutralidade. Assim sendo, os livros didáticos estão em consonância com intencionalidades e objetivos específicos de grupos elitistas que compõe a sociedade, e que estão nas instâncias de poder que controlam e organizam o que sabemos sobre o mundo social (OLIVA, 2003, p. 442).

Desta maneira, no que tange o ensino de História do comércio transatlântico de africanos e partindo da análise dos conteúdos dos manuais didáticos, é necessário realizar um estudo do comércio de escravizados em que abordem e expliquem as múltiplas interpretações simbólicas que este acontecimento histórico possui pela historiografia, bem como, explicar e trazer conceitos como comércio multidirecionado entre África, Europa e América e bipolar entre Brasil e África. Assim sendo, temos estudado a História das dinâmicas comerciais transatlânticas pelos mesmos conceitos construídos para entender a história da Europa e como esta desenvolveu seu sistema capitalista, seus modos e meios de produção no ultramar. Dessa forma, o manual didático do 8º ano se restringiu, apenas, a uma análise comparativa entre a Europa (igual/superior; diferente/inferior) com as sociedades africanas, estando pouco atento sobre as categorias analíticas próprias que organizaram o sistema do comércio de escravos e suas conexões autônomas entre África e Brasil. Tem se produzido um conhecimento Histórico preocupado no que as nações europeias se diferenciaram das sociedades africanas, almejando unicamente justificar as desigualdades das relações geopolíticas atuais a partir desses critérios, construindo conhecimentos especificamente do norte sobre o porquê do continente africano ser “subdesenvolvido” em comparação às “potências” atuais (FEIERMAN, 1993, p.6-11).

Segundo Anderson Oliva (2003), o conjunto de palavras e ilustrações sobre o tema comércio transatlântico de africanos formam representações que implicam como os alunos leem o mundo social que os cercam, assim como, constroem identidades subalternizadas e as relações com o outro/diferente (branco/superior) nas suas trajetórias de vida. “Existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas culturas e das crianças africanas em sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades” (OLIVA, 2003, p. 443). Oliva (2003) entende que as causas dessas ações possuem, em grande parte, contribuição do ensino de História que é embasado pelos conteúdos dos livros didáticos:

Quase sempre, a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século

XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em que mergulhou grande parte dos países africanos formados no século XX (OLIVA, 2003, p.443).

Então, se o Brasil esteve intensamente conectado a África pelo comércio transatlântico de africanos na modernidade e este tema deve e pode ser trabalho nas aulas de História é necessário que os manuais didáticos possam subsidiar ao professor e aos discentes com discussões amplas e aprofundadas sobre o assunto.

Segundo Oliva (2003) o material didático ao operacionalizar com os conceitos de modo e meio de produção, classe, dialética e força de trabalho reduziu e distorceu essas categorias conceituais reproduzindo estereótipos ao explicar sobre o tema comércio transatlântico de africanos. Assim sendo o tema central desta pesquisa tem aparecido no ensino básico como uma relação dialética entre dominador (senhor) e escravo (subjugado) como objetos/extensão do mercantilismo europeu, como um modo de produção que determinaria a composição dessas classes. Contudo, o manual didático não abrangeu as interpretações sociais e culturais da historiografia sobre o tema do comércio transatlântico de africanos.

### **2.1.5 Histórias nos dias de Hoje: 9º ano**

O manual didático do 9º ano é dividido em 15 unidades: a 1ª unidade é chamada de *A primeira Guerra mundial*, a 2ª unidade é intitulada *A Revolução Russa*, a 3ª unidade é denominada *O período entreguerras*, a 4ª unidade é chamada de *A Primeira República*, a 5ª se denomina *Tensões na Primeira República*, a 6ª unidade é intitulada *A Segunda Guerra Mundial*, a 7ª unidade teve como nome *O Brasil sob Vargas*, a 8ª unidade trata sobre *A Guerra fria*, a 9ª unidade foi denominada *A democratização populista*, a 10ª unidade fala sobre *A Democracia populista*. Portanto, essas unidades trabalham diferentes acontecimentos históricos que abarcam os vários continentes e regiões do mundo, porém, o continente africano é excluído desta relação. Na 11ª unidade intitulada *A descolonização e o terceiro mundo* que a borda os processos de descolonização a África aparece pela primeira vez no livro didático em que enfoca os movimentos de libertação. Mas adiante na 12ª unidade que trata sobre *A Era da contestação* traz os movimentos das minorias no Brasil e em todo mundo, esta unidade discute questões como *O direito de ser negro; Martin Luther King; Os panteras Negras; Protesto na África; O movimento negro no Brasil*. A 14ª unidade tem

como tema *A democratização do Brasil*, finalizando com a 15ª unidade que trata sobre *A nova ordem mundial*.

No manual didático destinado ao 9º ano não aparece mais discussões que conecta a África com a escravidão, no capítulo que tratou sobre o que se intitulou como “A descolonização e o terceiro mundo”:

A independência do Brasil (1822) fez Portugal voltar-se firmemente para a África, como o objetivo de implantar um novo sistema colonial e reafirmar o seu direito de possuir e colonizar terras e povos no ultramar com base em uma missão “civilizadora”. A imagem que a nação portuguesa tinha de si mesma era de um povo destinado a colonizar e unir povos e etnias. Unir Europa, África, Ásia e América (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.233).

Em 1951, em Portugal, a palavra “colônia” passou a ser substituída pela expressão **província ultramarina**. A mudança foi uma tentativa de integração da África portuguesa a metrópole, para atenuar as pressões internacionais a favor de suas colônias (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.233).

O modelo econômico marxista é utilizado para entender os problemas e configurações sociais da África, assim como para responsabilizá-la pela experiência histórica da escravidão, sendo também utilizado como um instrumento de modelo econômico que deveria ser seguido para os povos africanos conseguirem se reintegrar na economia internacional e alcançar o bem estar social. No entanto, o que devemos deixar evidente é de que, enquanto, utilizarmos o economicismo como uma categoria universal para entender as experiências da escravidão em África, não entenderemos de forma macro estrutural e globalizante a História dos povos que viveram neste continente, e continuaremos produzir e criar identidades, e por que não, sujeitos, inferiorizados e com uma responsabilidade histórica autodestrutiva.

O livro didático do 9º ano assumiu a perspectiva representacional e ideológica da África que está presente nos manuais didáticos correspondentes ao 6º, 7º e 8º ano. Assim, o livro de História do 9º ano dedicou dois parágrafos para explicar as relações geopolíticas atuais entre África com os outros continentes e evidenciar como o comércio transatlântico de africanos impactou nestas relações contemporâneas:

Os estados africanos artificialmente divididos, ainda são cenários de guerras civis, miséria, epidemias. Muitas ditaduras são mantidas pelas forças das armas. A miséria da África é um legado da escravidão, da

dominação colonial e do jogo entre as superpotências durante a guerra fria (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2015, p.237).

Esta passagem do livro didático inscreve o continente africano na contemporaneidade marcado unicamente pela guerra, epidemias e miséria. Neste sentido, o livro didático enfoca que o comércio transatlântico de africanos foi o responsável por este contexto. Desta maneira, o manual didático se exime de abarcar as diversas interpretações que a historiografia possui sobre o comércio transatlântico e seus impactos históricos para a África contemporânea. O livro didático, ao apresentar o continente africano, no período colonial, apenas como fornecedor de escravo, e de não relativizar o contexto social, moral e cultural dos povos africanos, forma uma representação de culpabilidade sobre a África, responsabilizando-a totalmente pelo processo da escravização e, desta forma, reforça uma identidade contemporânea homogênea sobre os povos africanos, marcada pela dor, submissão e responsabilidade histórica. Tudo isto aparece de forma implícita nas explicações sobre o tema.

O debate em torno do comércio transatlântico de africanos enquanto principal causa dos problemas contemporâneos deste continente têm sido passível de outras interpretações e posicionamentos, pois, esta teoria dividiu o pensamento de cientistas sociais no campo historiográfico. No entanto, o material didático analisado em questão, afirmou como verdade absoluta e única o fato de ser a escravidão nas estruturas sociais de África o fator gerador dos problemas históricos contemporâneos deste continente (OLIVA, 2007).

As produções das últimas décadas do século XIX e o início do século XX, em nível de ensino básico, sobre o continente africano englobaram os interesses políticos e econômicos de particulares (multinacionais, mundo acadêmico, missões) que se relacionaram com a África (HERNANDEZ, 2005). No que tange ao ensino de História sobre o comércio transatlântico de africanos, podemos afirmar que esta é permeada por ideologias de um racismo sofisticado, definido por Kwame Antony Appiah (1997) como extrínseco, pois, ao tentar fugir de caracteres biológicos para definir as categorias (Negro/África), se apropriaram de arquétipos exteriores e de determinadas experiências históricas como o imperialismo e a escravidão para circunscrever o que conhecemos como África e povos africanos:

Outro dado questionável, trabalhado por determinados manuais, relaciona-se as consequências do tráfico de escravos nas sociedades

africanas. O assunto causou um intenso debate em torno da historiografia africanista, gerando escolas que defendem o grande impacto e as profundas transformações causadas pelo tráfico no universo africano, e grupos que acreditam em uma influência menor nas trajetórias seguidas pelas sociedades na África (...). No entanto, o tema é tratado, muitas vezes, de forma parcial pelos autores nos livros escolares analisados (OLIVA, 2007, p.289).

Contraditoriamente é preciso evidenciar que o século XX acompanhou o avanço na produção científica sobre a África e suas dinâmicas, assim como, a ampliação das interpretações sobre as organizações escravistas em África e do comércio de escravizados em direção ao Atlântico. As ciências sociais têm recolocado e repensado suas bases de análise sobre a História do continente africano (HERNANDEZ, 2005, p.23). O contexto colonial deve ser trabalhado em suas mais diversas vertentes de análise, pois, o que se tem predominantemente enfatizado seria uma relação colonial entre África e Europa, em que se detêm somente as questões eminentemente economicistas. O estudo do contexto colonial não pode estar restrita apenas a economia (HERNANDEZ, 2005).

Por fim, concluímos que o continente africano esteve conectado a outras regiões do mundo não só apenas a partir do século XV com o comércio escravista transatlântico, mas reporta-se a um período bem mais extenso, contudo, para que este conteúdo possa aparecer de forma mais abrangente no manual didático devemos superar uma História comparativa, haja vista, que as estruturas e organizações sociais da África tenham sido genericamente entendidas a partir das estruturas organizativas da Europa (HERNANDEZ, 2005, p.32). “Em que medida são africanos os chamados estudos africanos? O estudo da África tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente iniciado e controlado pelo Ocidente” (HOUTONDJI, 2009, p.149).

O livro didático de história destinado ao ensino do fundamental maior analisado nesta pesquisa tem construído uma tessitura argumentativa que converge para interpretarmos o tráfico negreiro e as relações escravistas entre povos do continente africano com os povos europeus no período da modernidade entre os séculos (XV ao XIX) a partir de uma explanação naturalizada das categorias “negro” e “africano”. A utilização essencialista do arquétipo “negro” aliado a uma retórica de cunho essencialmente economicista sobre as relações comerciais em África na modernidade realizaram o que Achille Mbembe (2014) chama de fratura do self africano.



A dissertação de Claudia Lima (2015), “De uma África sem História e razão à Filosofia africana”, abarca desde as épocas mais remotas sobre como a condição de negritude do africano foi construída pelo ocidente durante os contatos e interações com os povos europeus. Desta maneira, o imaginário ocidental circunscreveu o ser negro em uma condição de objetificação e subjugação que segundo o teórico Achile Mbembe (2001) resultou na fratura do self africano, ou seja, criou-se uma identidade homogênea (inferiorizada), na qual, os povos africanos não se reconheceram. “A certificação pelo qual se tem enclausurado a África e o africano baseiam-se na ideia de que é impossível haver semelhança na humanidade, de que não partilhamos um mundo comum, isso leva a contestação pré-ontológica de que somos diferentes” (SILVA, 2015, p. 122).

Os africanos foram objetificados de tal forma a retirar sua humanidade. Os principais acontecimentos que estão no eixo dessa alteridade seriam para Achile Mbembe (2001) a escravidão, a colonização e a Apartheid. Seguindo esta linha de pensamento podemos afirmar que a objetificação dos corpos africanos seria um tipo de racismo chamado de extrínseco. Pois, o livro didático operacionalizou com o self “negro” dentro de uma conjuntura analítica que entendeu o continente africano apenas como parte integrante de um projeto econômico que foi controlado essencialmente pela Europa. (APPIAH, 1997). Uma das principais causas para a manutenção da fratura do self africano, e, portanto, do racismo extrínseco sobre o continente africano, seria a não abordagem das múltiplas interpretações sociais e culturais sobre as estruturas escravistas no interior do continente africano e da sua expansão em direção ao Atlântico no período da modernidade.

Os manuais didáticos aqui trabalhados não apresentaram como os sistemas escravistas do continente africano eram organizados e mantidos, não se explorou as questões em torno de quais relações e valores sociais foram construídos pelos povos da África. A história do continente africano na modernidade tem sido predominantemente entendida pela visão do economicismo de cunho marxista, em que a Europa seria a controladora dos meios e modos de produção, enquanto a função reservada ao continente africano seria a de provedora de força de trabalho. Apenas se fizermos uma análise dos mais diversos níveis interpretativos da escravidão e do comércio de africanos nas vertentes do social, cultural e econômico caminharemos para a produção de conhecimento que venha a contemplar uma auto inscrição africana.

A marca da escravatura e a hegemonia branca tinham obscurecido a realidade e criado uma “invisibilidade”, uma farsa de olhar e não ver

ou não querer ver” que se traduzia particularmente no ensino de História, com raras exceções a presença negra estava restrita a algumas lamúrias nas poucas páginas dedicadas a escravidão e a África e aos africanos (...) apareciam não como possuidores de sua própria História mas como mero apêndices na História da expansão europeia (ZAMPARONI, 2007, p. 46).

Mbembe (2001) nos possibilitou pensar que as categorias-conceituais África-negro-escravidão foram historicamente vinculadas de tal forma que falar de África remete a condição de negritude e de escravo. “O negro é na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito em mercadoria, a cripta viva do capital” (MBEMBE, 2014, p. 11). Esse processo provocou uma homogeneização do continente africano, de suas experiências e identidades. Essa percepção seria um racismo extrínseco, tendo em vista que as categorias África-negro-escravidão significaram e objetificam os sujeitos que possuem a cor de pele “escura” (APPIAH, 1997, p.35.).

Racismo extrínseco é caracterizado por tornar um grupo objetável, independentemente das variadas características que estes possam obter. Este tipo de racismo busca essencializar traços dos grupos, os definindo e os circunscrevendo em formas pré-estabelecidas, uniformes e fixas. Podendo ser estas, por meio de experiências e eventos históricos, fundamentando-se em distinções de cunho econômico, político, social e cultural (APPIAH, 1997). Os temas escravidão e comércio transatlântico circunscreveram cadeias de sentido no livro didático que tornam os povos africanos objetáveis, construindo uma homogeneização, simplificação e estereótipos sobre estes povos, sendo assim, os livros didáticos seriam fontes de conhecimentos reprodutoras de racismo extrínseco (COSTA, 2014).

## **2.2 Sites educativos: Comércio Transatlântico de Africanos na modernidade entendido pelo conceito de Comércio Triangular**

Este item analisa catorze sites educativos sobre o ensino de História que a partir de informações diretas e objetivas apresentam uma definição geral sobre o que podemos entender como comércio transatlântico de africanos. Os sites têm como objetivo auxiliar o discente que está em busca de informações e conhecimentos para além da sala de aula e dos conteúdos disponibilizados nos livros didáticos de História. Os sites educativos podem ser uma das primeiras e mais acessíveis ferramentas de pesquisa que o aluno tem como acesso para buscar e realizar pesquisa ampliando

conhecimentos que podem ser somados nas discussões e debates nas aulas sobre o tema em questão.

Assim, foram analisados pequenos textos produzidos por sites educativos, que buscavam informar ao aluno como ocorreu o comércio transatlântico de africanos, os textos dos sites educativos analisados respectivamente possuem os seguintes títulos: *Tipos de Escravidão na África, Escravidão na África, O Processo da Escravidão na África, História da escravidão: Exploração do trabalho escravo na África, Escravidão na África, antes e depois das rotas Atlânticas, Escravidão na África e no Brasil – Histórias que se completam, Tráfico Negreiro, O Comércio de escravos e a escravidão na África, Tráfico de escravos: Mercadoria humana atravessa o Atlântico, Comércio Triangular (1), Comércio Triangular (2), "Tráfico negreiro" e Tráfico negreiro transatlântico.*

Estes sites educativos ao definir o que foi o comércio transatlântico de africanos adotou um conceito que se aproxima da perspectiva de um comércio triangular que tende a organizar as relações estabelecidas entre os continentes africano, europeu e americano. Os sites abarcam um período que corresponde a modernidade como um todo, abrangendo uma análise que parte do século XV até o século XIX. Este item busca perceber como os sites educativos ao conceituaram comércio transatlântico de africanos se aproximam de uma organização de comércio triangular. Desta forma, este trabalho analisa como ocorre a dinâmica do continente africano e suas conexões atlânticas, especificamente, com a Europa e com o Brasil, identificando como elas são apresentadas. Com isso, identifica-se como a estrutura do comércio escravista em África foi mostrada nos sites educativos, para depois, apresentar como o continente africano tem se conectado ao comércio transatlântico.

No que se refere a dimensão do ensino de História da África, no que tange, o tema do comércio transatlântico de africanos ainda se faz necessário um amplo leque de críticas e reflexões. Nesta análise dos sites de ensino de História optamos por concentrarmo-nos em duas críticas que são trabalhadas como um aspecto teórico mais amplo pelo intelectual Chile Mbembe. A primeira crítica concentra-se no economicismo que consistiu em promover uma homogeneização, fixando um sentido a África fincada em uma única identidade, circunscrita em uma territorialidade e pelo aspecto da cor negra. A segunda crítica foi à metafísica da diferença, responsável pela objetificação do self africano, em que percebemos e identificamos como o comércio transatlântico é conceituado no ensino de História.

Estudar África hoje a partir dos manuais didáticos e das outras formas de disseminação do ensino básico, neste caso referido, nos sites destinados aos alunos do ensino fundamental esteve associado ao ensino das representações reducionistas e estereotipadas sobre as estruturas escravistas em África e sobre o comércio de africanos. Os esforços de construir os próprios *selfs* (identidades) africanas encontraram neste historicismo as impossibilidades de auto inscrição. Este historicismo economicista está presente na maneira como se tem produzido conhecimento sobre o continente africano tanto no âmbito acadêmico como nos níveis de ensino básico.

O site denominado *Tipos de Escravidão na África* aborda os séculos (XV-XIX) e conceitua a escravidão durante toda a modernidade da seguinte maneira:

Se a escravidão existia nas sociedades africanas subsaarianas antes da chegada dos europeus é um ponto fortemente contestado entre acadêmicos afrocêntricos e eurocêntricos. O que é certo é que os africanos foram submetidos a várias formas de escravidão ao longo dos séculos, incluindo a escravidão infligida sob ambos os muçulmanos com o tráfico de escravos trans-saharano e os europeus através do tráfico de escravos transatlântico.<sup>6</sup>

Nesta definição sobre a escravidão em África, o site pretendeu explicar o escravagismo antes da chegada dos portugueses, também a que foi exercida no interior do continente na região do deserto do Saara, além de mostrar sobre o sistema escravista que ocorreu no Atlântico, tudo isso em apenas um parágrafo. Ou seja, pelo menos três eixos escravistas diferentes e específicos foram sintetizados em uma afirmação sobre o que devemos entender e saber a respeito dos povos africanos. Não se faz menção aos povos muçulmanos africanos que controlavam o comércio de escravizados no norte da África, qualquer percepção de africanos como sujeitos diferentes e que estabeleceram e construíram múltiplas instituições escravistas é descartada deste conteúdo, mas afirma-se, sem maiores explicações e de maneira equivocada que, os povos africanos foram escravizados e subordinados por outros povos durante toda sua história.

Outro aspecto sobre a escravidão apresentado neste fragmento, foi de que a existência da escravidão antes da chegada dos europeus seria um ponto polêmico entre os pesquisadores e que possui posicionamentos divergentes, porém, não traz uma explicação mais aprofundada sobre esses pontos divergentes. Por outro lado, no campo historiográfico, estudiosos africanos quanto africanistas desde o século XX defendem a questão de que existia na África um comércio interno de escravos independente dos

---

<sup>6</sup> [S/A]. **Tipos de Escravidão na África.** [S/L], [S/A] Disponível em <<https://www.blackpagesbrazil.com.br/?p=8873>> Acesso: 16/04. 2018.

povos exteriores, organizado por rotas escravistas que conectavam o continente por completo. Os historiadores já têm avançado em discussões sobre este ponto polêmico e já estão trazendo outras diferentes perspectivas que tratam sobre o sentido, função e configuração que o escravizado tinha nas sociedades em que estava inserido, tanto na África, quanto nas Américas com a diáspora.

O site intitulado *Escravidão na África*, juntamente com, o texto de outro site *O Processo da Escravidão na África* trazem respectivamente por meio de uma única explicação geral o fenômeno da escravidão na África nos períodos da antiguidade, idade média e na modernidade. Ao buscar definir a escravidão na África anterior às relações transatlânticas com os povos europeus, ficou evidente a despreocupação em realizar uma análise minimamente coesa com a historiografia sobre o tema em questão:

A **escravidão** é uma prática que remete à existência das primeiras civilizações do mundo. Gregos, romanos, egípcios, persas, entre outros, todos escravizavam. Escravizavam sobretudo aqueles que eram vencidos em guerras ou que contraíam dívidas e não honravam os seus compromissos. No continente africano, não era diferente.<sup>7</sup>

Egípcios, gregos, persas, romanos, entre tantos outros povos se aproveitaram do poder para promover, em algum período da humanidade, a escravidão, esta que se configura como uma prática existente desde as primeiras civilizações do planeta. Sempre foram alvo do trabalho forçado os povos que eram desbaratados em guerras, conflitos, que entravam em dívidas e não eram capazes de cumprir compromissos firmados com nações mais poderosas. O comércio de escravos no território africano praticado por diversas e poderosas civilizações, já na Idade Antiga dava sinais de que anos mais tarde estaria figurando em proporções bem maiores.<sup>8</sup>

Nos fragmentos acima, a organização da escravidão africana no período da modernidade é associada aos mesmos mecanismos de subjugação estabelecidos pelos povos que viveram na Europa ocidental e no Oriente Médio na antiguidade. A escravidão que existia no interior do continente africano e a que se expandiu em direção ao Atlântico no século XV é apresentada como uma estrutura homogênea, um sistema inalterado que apenas ligou mais uma rota em direção ao Atlântico, silenciando sobre os variados processos de articulação entre as organizações simbólicas que mediavam o comércio. Em nossa contemporaneidade é consensual pela historiografia sobre o tema,

---

<sup>7</sup>FERNANDES, Cláudio. **Escravidão na África**, [S/L], [S/D] UOL. Disponível em <<https://escolakids.uol.com.br/escravidao-na-africa.htm>> Acesso: 16/04. 2018.

<sup>8</sup>ANDRÉ, Luiz Melo. **O Processo da Escravidão na África**, [S/L], [S/D]. Disponível em <<https://www.estudokids.com.br/o-processo-da-escravidao-na-africa/>> Acesso: 16/04. 2018.

tanto por pesquisadores africanos como africanistas o fato de que a África anterior ao comércio com os europeus em direção as Américas possuía sistemas sociais escravistas que ganharam configurações simbólicas diferentes e que ainda assim estavam interligadas por todo continente pelos povos africanos.

O pesquisador Moraes Farias (1974), por exemplo, estudou a dinâmica escravista a partir dos africanos, defendendo que a forma como as fontes históricas narraram o comércio escravocrata está associado diretamente na maneira como os europeus se articularam e perceberam este comércio em África. Moraes Farias (1974) atentou para uma das possíveis dimensões do comércio de escravizado em África e sua diáspora. Para Farias (1974) a escravidão foi organizada no universo simbólico dos povos africanos por meio de práticas ritualísticas fundamentadas em diferentes ritos que estiveram articulados com o comércio transatlântico. Esta seria uma possível interpretação da dimensão que o comércio de escravos ganhou para os povos africanos.

No site *História da escravidão: Exploração do trabalho escravo na África* e no site *Escravidão na África, antes e depois das rotas Atlânticas* que abrangem o século XV ao XIX, houve uma preocupação em apresentar o comércio transatlântico de africanos, no entanto, a explicação ainda apresentou aspectos do comércio escravista de forma generalizada:

De uma maneira geral, partindo da história de grande parte desses povos, podemos dizer que existia na África uma escravidão doméstica, e não uma escravidão mercantil, ou seja, entre vários povos africanos, o escravo não era uma mercadoria, mas sim um braço a mais na colheita, na pecuária, na mineração e na caça; um guerreiro a mais nas campanhas militares.<sup>9</sup>

Mas a escravidão interna do continente africano era distinta do tráfico de escravos que passou a vigorar depois das conquistas de territórios africanos por portugueses e demais povos europeus a partir do século XV e XVI. A principal diferença era que a escravidão na África não tinha o caráter comercial adotado após o desenvolvimento do tráfico de escravos através do oceano Atlântico.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> TURCI, Érica, **História da escravidão: Exploração do trabalho escravo na África**. [S/L], 1 Nov. 2010. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/historia-da-escravidao-exploracao-do-trabalho-escravo-na-africa.htm>> Acesso: 16/04. 2018.

<sup>10</sup> TALES, Pinto. **Escravidão na África, antes e depois das rotas Atlânticas**. [S/L], [S/D]. UOL. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/escravidao-na-africa-antes-e-depois-das-rotas-atlanticas.htm>>. Acesso: 16/04. 2018.

No primeiro fragmento acima, o site afirmou que a escravidão em África era doméstica, sem caráter mercantilista e que somente com as relações comerciais com os europeus houve a necessidade de torná-la mercantil, ora, sobre esta questão, já tem sido consensual nos efervescentes debates historiográficos que a escravidão na África era em parte doméstica, mas que os sistemas escravistas não estavam restritos apenas a esta organização. As pesquisas de Meillasoux (1995), Lovejoy (2002) e Thorton (2004) não descartam a escravidão doméstica no continente africano, porém, evidenciam um comércio de caráter mercantil no interior do continente africano. O comércio de caráter mercantilista foi entendido em níveis de importância diferente por esses estudiosos. Meillasoux (1995) apresentou um comércio de escravizados na África formado por uma rede comercial mercantil conectada por toda região centro ocidental e norte e que era mantida pela guerra e captura. Lovejoy (2002) e Thorton estudaram uma escravidão de linhagem e parentesco de caráter doméstico que organizava e regulamentava a vida de homens e mulheres e suas relações de trabalho em sociedade, mas que estava intrinsecamente ligada com o comércio mercantil na África e fora dela.

Sobre o caráter da escravidão mercantilista em África, o site *Escravidão na África e no Brasil – Histórias que se completam* que trata mais especificamente sobre o século XVII, explana sobre este sistema afirmando que este comércio já existia na África e que ele ganhou maiores proporções com o comércio transatlântico:

À época da chegada dos portugueses à África, já havia, portanto, um comércio regular de escravos dentro do continente, com tribos especializadas na captura de escravos. Com a chegada dos portugueses, esse comércio se intensificou de forma gradativa, de modo que a dinâmica das capturas se modificou.<sup>11</sup>

No tocante a esta explicação, o termo “tribo” utilizado para classificar os grupos africanos que estavam responsáveis pela captura de pessoas para escravizarem, nos remeteu a uma representação de primitivismo, bestialidade e desordem. A denominação tribo foi por muito tempo utilizada para categorizar os povos africanos como povos sem história, bárbaros, incapazes de se autogovernarem. Assim, tribo foi parte de um argumento eurocentrado utilizado para justificar as ações imperialistas e colonizadoras no continente africano. Assim, vemos que a percepção racialista sobre os

---

<sup>11</sup> PROFESSORANDOHIST. *Escravidão na África e no Brasil – Histórias que se completam*. [S/L], 1 Mar. 2017. Disponível em <<https://professorandohist.wordpress.com/2017/03/01/escravidao-na-africa-e-no-brasil-historias-que-se-completam/>> Acesso: 16/04. 2018.

povos africanos ainda perduram nas explicações contemporâneas no que tange as discussões de alcance mais geral, como os sites, e, por assim dizer, o que é ainda mais grave quando se trata de sites educativos.

Percebemos a presença de uma cadeia simbólica homogênea de interpretação sobre a escravidão em África, expressada pelos sites de ensino de História acima, os quais, tiveram suas bases conceituais fincadas no economicismo criticado por Achille Mbembe (2001). No que tange a análise dos sites de ensino de História, observamos que ao tratar sobre a escravidão no continente africano na modernidade, a preocupação dos pesquisadores esteve voltada em retratar a diferença entre a escravidão no interior deste continente e a que foi desenvolvida com a abertura do Atlântico. Desta maneira, existiu uma preocupação dos sites de discorrer como a escravidão se reconfigurou no continente, nesse interim, ao realizar tais percursos explicativos, podemos perceber que a escravidão no continente africano é retratada de forma generalizada e uniformizada. Com isso, pouco se evidenciou e quando tal, insuficientemente se explanou as diversas estruturas escravistas na qual o continente africano abarcou, demonstrando de forma irrisória uma fratura no modo como o escravizado foi “inserido” nas sociedades africanas e posteriormente no comércio transatlântico.

Portanto, não se tem evidenciado uma maior preocupação em debater sobre as estruturas escravistas em África a partir da lógica interna específica de cada nação, mas exteriorizou-se de forma genérica sobre a escravidão no interior do continente. Podemos observar nos conceitos adotados acima pelos sites de ensino desta temática a preocupação e esforço em encontrar elementos comuns a todos os sistemas escravistas em África (OLIVA, 2007). Este esforço explicativo tem suas referências em uma base teórica essencialmente economicista e que utilizou como principal parâmetro de diferenciação entre a escravidão em África e a posteriormente exercida com a abertura do Atlântico o fato de agregarem valores simbólicos diferentes ao sujeito “negro” (MBEMBE, 2001).

Desta maneira, a escravidão, a apartheid e a colonização são eventos históricos que estão entendidos por esta lógica triangular e economicista, herdada pela interpretação dos marxistas ortodoxos europeus, e que foi criticada por Mbembe (2001) como um poderoso arquétipo mental de alienação e aprisionamento do africano na zona do “não ser” e da inferioridade:



Deve-se compreender esse economicismo como instrumentalista que segundo Mbembe (2001), se apresenta como democrático, radical e progressista, se utilizando de categorias marxistas e nacionalista para desenvolver um imaginário da cultura e da política. A legitimação de um discurso africano autêntico emerge dessa ideologia, da manipulação da retórica da autonomia, da resistência e da emancipação (LIMA, 2015, p. 121).

Assim sendo, para justificar a autodeterminação os povos africanos teve que mobilizar dois arquétipos, um em que é visto como uma unidade cultural, sendo singular e excêntrico, e outro em que este é entendido como sujeito vítima e explorado pelos colonizadores (LIMA, 2015, p. 121). Essas grades de sentido têm fortificado o discurso de racialização e de diferença que tem aprisionado o self africano em uma condição não ontológica (LIMA, 2015). Cláudia Silva Lima (2015) afirmou que as teorias que definiram as identidades africanas foram embasadas no discurso de raça do século XIX e continuam sendo definidas da mesma maneira. Pois, tanto os pan-africanistas e os movimentos de negritude, não criticaram o estado de raça que está associado à cor negra, mas o fato de que a cor negra, enquanto, caráter de diferenciação, foi historicamente inferiorizada:

Portanto, na narrativa do nativismo, como dos discursos de alguns marxistas e nacionalistas existe uma total equivalência entre raça e o espaço geográfico. A saber é a cor da pele é definição política. A África, portanto, dentro dessa vertente é terra de gente de cor negra e os não-africanos, os não negros não podem exigir nenhuma forma de africanidade. Para ser irmã e irmão tem que ter como pressuposto principal a cor da pele, o espaço geográfico, a raça para obterem legitimidade cívica. Ora, ele consta a seguinte dialética: identidade territorialidade e geografia racializada. Esse discurso só tem aumentado cada vez mais no africano a neurose a vitimização (LIMA, 2015, p. 122).

Nesta perspectiva, Lima (2015) explícita que seria impossível pensar em múltiplas ancestralidades africanas, tendo em vista a situação histórica de visão essencialmente economicista que vê na História da escravidão em África e do comércio transatlântico um acontecimento regido pela lógica interpretativa dos europeus, em que estes são objetificados pela História, retratados apenas como mera mercadoria e força de trabalho compulsório para as Américas (LIMA, 2015, p. 122).

Sobre a metafísica da diferença podemos encontrar de maneira mais ampla nas discussões sobre a objetificação do self africano nos trabalhos apontados por Achille Mbembe. Neste trabalho evidenciamos como os conceitos de escravidão e comércio

transatlântico apareceram nos sites de ensino de História destinados ao nível básico da educação, e como formaram uma cadeia de sentidos que construíram a metafísica da diferença, ou seja, a experiência histórica africana só poderia ser construída como um espelho disforme da vida do europeu, assim, a metafísica da diferença aprisiona as possibilidades de existir e suas identidades (MBEMBE, 2001). Metafísica da diferença e economicismo caminham juntas para legitimar a desrazão africana, ou seja, para construir uma identidade subalternizada do africano, e estes fenômenos identificados por Mbembe (2001) na epistêmica da ciência também se reproduz nos níveis de ensino básico.

O primeiro elemento que contribui para a fratura do self africano seria o fato de que nas relações comerciais estabelecidas no Atlântico identificamos o termo povos de pele negra associada a uma “estrutura escravista” comum a todos, circunscrita em um território específico, no caso, ao continente africano. Nessa perspectiva, vemos enfatizada a condição nativa dos povos africanos, promovendo uma representação identitária engessada e, portanto, uma forma de racismo extrínseco, pois, agrega um conjunto de “valores” inferiorizantes (mercadoria/não humanos) que circunscrevem os sentidos sobre o que é ser africano, aprisionando-o em um estado de desrazão (APPIAH, 1997).

Os sites, especificados neste trabalho nas análises acima, destinados ao ensino de História da escravidão interna em África tem conceituado as estruturas escravistas de modo genérico, sendo basicamente o oposto da escravidão exercida nas Américas. Assim como os livros didáticos analisados neste trabalho os sites de ensino de História expõe que a escravidão em África seria de cunho doméstico, sem fins comerciais, portanto, irrisória e inconsistente no interior da África, sendo intensificada e de maiores proporções com a abertura do Atlântico e com a chegada dos europeus no continente africano no início da chamada era moderna. Os sites estudados ao explicarem sobre o funcionamento das estruturas internas escravistas remetem a constituição da escravidão exercida na Europa ocidental, pelo império romano e pelos gregos (OLIVA, 2007).

Temos uma cadeia de sentidos intrinsecamente conectadas ao explicar a escravidão em África: escravidão (subjugação) – cor negra (escravizados) – África (território unificado). Este encadeamento de sentidos está presente na maneira como a escravidão em África é apresentada por esses sites de ensino de História. A escravidão enquanto uma estrutura social em África que foi organizada de diferentes maneiras e

que conectava o continente africano a várias regiões é padronizada pelos sites educativos, sendo pouco enfatizada a diversidade dos sistemas escravistas que se desenvolveram em África e dos significados e representações que estas estruturas obtiveram no interior de suas organizações sociais. O que temos ainda é uma História da escravidão em África contada e estudada a partir de uma comparação com a escravidão exercida na Europa e com uma necessidade de diferenciar a escravidão que se configurou nas Américas (MBEMBE, 2001).

A perspectiva essencialmente economicista, na qual o tema da escravidão em África e o comércio transatlântico foram tratados nos sites de ensino de História traçam um conjunto de características que tornam os povos do continente africano objetificáveis. Anthony Appiah (1997) definiu um tipo de racismo extrínseco que foi construído através dos arquétipos escravidão–negro–África como (território geográfico), este tipo de racismo fundamentou suas aversões em características objetáveis. Esta vertente historicista é uma reconfiguração do racismo no século XX, que tem reverberado em diversos segmentos de produções de conhecimento, tanto no modo de saber do mundo acadêmico, assim como nos diferentes veículos de ensino de História.

Thornton (2004) que se tornou um dos principais intelectuais do século XX evidenciou que uma análise social das estruturas escravistas em África representou uma das possibilidades de construirmos produções de saber que venha a romper com o historicismo economicista. Thornton em sua obra “A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800” publicada em 1949 refutou as teses nativistas e instrumentalistas que tem formado a produção de um conhecimento essencialmente economicista. Este notável estudioso ao defender que a escravidão em África era diversa em suas configurações e que possuía suas próprias organizações simbólicas no interior de suas estruturas organizativas, afirmou que a abertura do Atlântico não representou uma desestruturação de suas organizações, ocasionando, portanto, riqueza para os povos africanos envolvidos neste comércio. Thornton (2004) ao defender esta tese foi um dos intelectuais que questionou as bases epistemológicas que fundamentaram a ideia de uma única identidade africana. Mbembe também criticou as correntes de pensamento baseada nos discursos instrumentalista e nativista que possuíam seu discurso organizado e direcionado a partir de uma memória de submissão e grande perda do continente africano.

Warley da Costa (2012) abordou como a escravidão, na forma como foi apresentada no ensino de História configurou sentidos que aprisionaram o self africano

no arquétipo negro/submissão. Assim, o currículo de História do ensino básico quando aborda sobre o comércio transatlântico de africanos tem destinado a história da população negra a uma única perspectiva historiográfica, enfocando restritos conteúdos referentes ao modo como os europeus subjugaram os africanos por meio da escravidão e suas formas de violência no Brasil colonial:

A maioria dos fragmentos discursivos aponta para a presença de um processo de reelaboração didática, no qual, são efetuadas articulações discursivas entre sentidos de negro, África; racismos fixados como hegemônicos em diferentes campos de referência como, por exemplo, a academia, os movimentos sociais, as Diretrizes Curriculares (COSTA, 2012, p.226).

Warley da Costa (2012) ao analisar os conteúdos destinados a História da África nos fragmentos de livros didáticos, escreve que a escrita dos manuais didáticos delineou uma teia discursiva que constroem uma imagem que imbricou as cadeias de sentido África/negro/escravidão. Ao nos questionarmos o porquê do evento da escravidão está imbricada com os sentidos de negritude e África, voltamos para a questão que tem sido enfocada neste trabalho. Por que estamos ensinando apenas a partir de uma perspectiva economicista a História do Comércio transatlântico de africanos? E não estamos nos aprofundando e trazendo para o debate em sala de aula sobre os níveis simbólicos do comércio transatlântico e suas múltiplas dimensões na dinâmica comercial entre África e Brasil.

A história do continente africano no Brasil tinha sido estudada a partir da chegada dos africanos no período colonial, sendo retratadas mais especificamente, as formas de controle e dominação dos “brancos” colonialistas em suas manobras de colonização ao utilizar a força de trabalho dos “negros” africanos (COSTA, 2012):

Ao dar sua opinião sobre a continuidade da escravidão, essa aluna expressa uma posição contrária a esse sistema associada a uma crítica à ideologia norte-americana mobilizando a cadeia de equivalência escravidão racismo negro, ao mesmo tempo que não diferencia passado (século XVIII) e presente (século XXI), fundindo essas duas unidades temporais a partir da forma como significa o seu presente (COSTA, 2012, p. 237).

Warley da Costa (2012) em sua tese afirma a existência de um sentido de “negro” no presente que está interligado na forma como os sujeitos negros foram retratados no passado colonial nos manuais didáticos. Consequentemente, o sentido de

negro se reconfigurou no ensino de História na contemporaneidade, ainda permeado pelas representações negativas do negro no período colonial:

Sentidos de “identidade negra” oriundos de diferentes campos/sistemas discursivos (produções historiográficas recentes; Movimento negro; políticas curriculares) foram acionados nas refigurações narrativas produzidas pelos/as aluno/as em uma cadeia de equivalência da qual participaram os significantes negros subalternizados / escravidão exploração/vítima/injustiçado/pobre/oprimido (COSTA, 2012, p. 254).

Warley da Costa mostrou que o campo do ensino da História em seus mais diversos setores e níveis contribuiu na formação de identidades negras racializadas e essencializadas, pois, partiu-se de uma História orientada a estudar os sujeitos negros em experiências homogeneizantes, fincadas na ideia de escravidão associada a subalternidade, a um estado de desrazão e desumanidade. Uma das hipóteses de Warley da Costa (2012) seria o fato de predominar na construção dos manuais didáticos esquemas e argumentos de uma historiografia sobre a escravidão ainda engessada e rígida, em que entendeu as relações entre os sujeitos históricos estabelecidos pelo viés de dominado e dominador:

Essa leitura, que muitas vezes se encontra na historiografia escolar de viés marxista, ao invés de problematizar a complexidade das relações essencializadas de poder, tendem a inverter o jogo sem problematizá-lo, substituindo a história dos vencedores por uma história dos vencidos (COSTA, 2012, p. 254).

Warley da Costa em seu artigo intitulado “Olhares sobre as imagens da escravidão africana: dos pintores viajantes aos livros didáticos do ensino de História do fundamental” publicado em 2005, que resultou na sua dissertação de mestrado, defendeu que nos manuais didáticos existiu uma predominância de imagens que para além de informativas, parecem querer reforçar as condições de vida dos escravizados. Os sujeitos escravizados são mostrados como uma mera “peça”. A História dos afro-brasileiros só foi trabalhada nas últimas páginas nos manuais da sétima série, são “abortadas” nos livros didáticos a História da África antes da chegada dos escravizados nas Américas (COSTA, 2005). “O escravismo se reduz, a um insignificante aspecto do sistema colonial e só pode ser explicado pelas necessidades do mercado externo” (COSTA, 2005, p. 154).

Ao retratar a escravidão, os manuais didáticos, parecem querer construir uma justificativa para a atual situação dos negros, formando um discurso implícito que buscou explicar e afirmar o porquê das desigualdades sociais na contemporaneidade (COSTA, 2005, p. 155). Warley da Costa (2005) afirmou que não almejou em sua pesquisa negar o sofrimento que os sujeitos negros viveram, mas que a História deve abordar também os aspectos da vida social para além da dor, como suas várias experiências cotidianas, pois, reduzir a História dos negros a História do uso da força de trabalho é tendenciosamente silenciar as outras inúmeras experiências que poderiam ser reconstruídas sobre a História dos sujeitos negros que se reportam ao continente africano, mas também as mais diversas regiões do mundo (COSTA, 2005):

Para ser exato, não existe nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida por uma única categoria. A identidade africana não existe como substância a uma única categoria. A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. Tampouco as formas destas identidades e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça, ou na geografia (MBEMBE, 2001, p.198-199).

O continente geográfico africano não possui e talvez nunca foi dono de uma unidade econômica, cultural, religiosa, linguística e política. As imagens construídas sobre África que ainda temos nos livros didáticos correspondem muito mais ao formato como os povos europeus entenderam e perceberam o continente africano e o processo da diáspora do comércio transatlântico, do que, necessariamente, a visão das experiências vividas pelos povos do continente africano (OLIVA, 2007):

Acerca de seus impactos e consequências para as sociedades africanas encontramos nos seis dos dez livros uma perspectiva muito parecida. Neste caso, a maioria dos textos está de acordo com as correntes de historiadores que apontavam para o domínio colonial europeu, associado ao tráfico de escravos e ao racismo, como o principal responsável pela situação da crise vivenciada atualmente em vários países africanos (OLIVA, 2007, p.295).

Os discursos que se desenvolveram sobre o self africano, nas décadas finais do século XX, que buscam fixar e pré-definir sentidos sobre as sociedades africanas, fazem parte de uma reconfiguração do racismo, que a partir de características exteriores (escravidão) procuram delinear e estruturar o que conhecemos por sociedades africanas

e suas identidades. Dentro da imensa diversidade e complexidade das estruturas das sociedades que viveram e que vivem no continente africano, explicar as relações e as causas atuais dos povos africanos pelo fator primordial da exportação demografia de escravizados por meio da escravidão transatlântica, sem realizar um estudo das estruturas sociais da escravidão no continente africano, esclarecendo a desvantagem do continente africano em participar deste processo comercial apenas como exportadora de mãos de obra é enquadrar uma multiplicidade de interesses e realidades africanas pelo viés essencialmente economista, é explicar as experiências do eu (Africano) pelo outro (Europeu), através de uma única corrente de pensamento parcialmente construída e com restritos fins geopolíticos (HERNANDEZ, 2005).

Sobre o comércio transatlântico de africanos na modernidade os sites educativos se preocupam em conceituar e definir esta dinâmica por meio de uma organização triangular. Desta forma, nos seguintes fragmentos do site *Tráfico Negroiro* que abrange os séculos XV ao XIX e no outro fragmento abaixo do site chamado de comércio Triangular que se detém no século XVII:

É chamado de **Tráfico negroiro** o envio arbitrário de negros africanos na condição de escravos para as Américas e outras colônias de países europeus durante o período caracterizado como colonialista. Durante a Idade Moderna, primordialmente depois que se descobriu a América, intensificou-se o comércio escravo, sem qualquer limite quanto à crueldade praticada, visava-se somente o lucro que se obteria com a venda de homens, mulheres e crianças vindas direto da África para as Américas.<sup>12</sup>

Esse termo, na verdade, designa a intensa atividade mercantil que começou a integrar as colônias norte-americanas às economias da América Central, África e Europa. Em linhas gerais, esse comércio tinha origem na exportação de gado, peixe, madeira e outros produtos alimentícios que saíam da América do Norte com destino às Antilhas. Ao chegarem à América Central, os comerciantes norte-americanos aproveitavam para realizar a aquisição de rum, açúcar e melado. Os produtos adquiridos eram utilizados para consumo interno e, principalmente, na fabricação do rum, que seria usado para se adquirir escravos no litoral africano. Por fim, os escravos trazidos da África eram revendidos para regiões das Antilhas e para as colônias agroexportadoras da região Sul. Em algumas situações, os mesmos derivados do açúcar obtidos na América Central serviam para a aquisição de tecidos e ferramentas produzidas na Inglaterra.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup>SANTANA, Miriam Ilza. **Tráfico Negroiro**. [S.L], [S.A]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/trafico-negroiro/>> Acesso: 17/04. 2018.

<sup>13</sup> SOUSA, Rainer Gonçalves. **O Comércio Triangular**. [S.L], [S.A]. Disponível em <[mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/o-comercio-triangular.htm](http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/o-comercio-triangular.htm)> Acesso: 17 /04. 2018.

Ao explicar sobre o comércio transatlântico o termo “escravo negro africano” apareceu como uma categoria novamente naturalizada. Além disso, estes conceitos que explicaram sobre as relações comerciais transatlânticas na modernidade traçaram um comércio em que da América central e do norte saiam gado, peixe, madeira e outros produtos com destino à África que eram trocados por escravizados, ao serem comprados os escravizados eram vendidos para o trabalho nas Antilhas e para o desenvolvimento da economia agroexportadora da América do Sul. Os produtos derivados do trabalho escravo eram trocados por tecidos e ferramentas da Europa. Assim, nestas passagens dos sites, temos uma organização interdependente e hierarquizada do comércio transatlântico. O comércio de africanos seria a principal base fomentadora para o trabalho escravo nas Américas, para que os produtos agrícolas produzidos pelos escravizados fossem trocados por artigos industrializados dos europeus. Desta maneira, o sentido da colonização da África e da América girava em torno da manutenção dos mercados europeus, pois seria dependente dos produtos industrializados da Europa.

No site *O Comércio de escravos e a escravidão na África* que abrange o século XV ao XIX e no site *Tráfico de escravos: Mercadoria humana atravessa o Atlântico* que abarcou os séculos XV ao XIX esta interdependência apareceu ainda de forma acentuada nestes sites que apresentaram os seguintes conceitos de comércio transatlântico:

Nas regiões africanas controladas pelos portugueses, os escravos eram trocados por bebida, normalmente, ou por produtos que proporcionassem prestígio. O comércio de escravos na África era um negócio entre aquele continente e os comerciantes portugueses em locais predeterminados na costa do Atlântico, de acordo com regras estabelecidas pelo lado africano. O fluxo de tráfico de escravos para o Brasil provinha principalmente da Costa da Mina e de Angola além dos povos abundos, do tronco linguístico banto; os yorubás.<sup>14</sup>

Poucas foram as iniciativas dos portugueses em colonizar a África, já que saciavam seus interesses mercantis mantendo uma relação amigável com povos do litoral. As regiões que mais forneceram escravos pra o tráfico Atlântico foram: o Cabo da Guiné, chamado pelos portugueses de Costa dos Escravos, e os Reinos do Congo e de

---

<sup>14</sup> [S/A]. **O Comércio de escravos e a escravidão na África.** [S/L]. 16 Jun. 2010. Disponível em <<https://cpantiguidade.wordpress.com/2010/06/16/2056/>>. Acesso: 17/04. 2018.



Angola (nesse reino os portugueses conseguiram fundar fortes no interior, chamados de presídios).<sup>15</sup>

Nestas passagens temos a aproximação de um conceito de comércio triangular, em que a Europa seria a controladora e mediadora dessas relações comerciais com a África, a América apareceu como um projeto controlado e desenvolvido exclusivamente pelos povos europeus. No entanto, os historiadores que pesquisaram sobre o comércio transatlântico de africanos nos últimos decênios do século XX em diante têm defendido de maneira comum, em diferentes níveis de intensidade que a América com a África estabeleceu um comércio autônomo bipolar durante a modernidade. Ambos os continentes não tinham uma economia que estava a serviço da Europa e dependente de seus produtos industrializados. África e Brasil viam na empresa do tráfico negreiro um negócio estritamente lucrativo, o trabalho nos latifúndios seria um resultado do movimento do tráfico de escravos, pois, o que gerava grandes volumes de riqueza e a possibilidade de acender socialmente seria propriamente o tráfico de escravos e menos a produção que esta força de trabalho mantinha. Outro aspecto refere-se que os sites educativos analisados neste trabalho se preocuparam em focar nas regiões que os portugueses estiveram logo de início, principalmente na África Ocidental deixando-se de explicar neste período as conexões do Brasil com as outras regiões da África.

No site *Comércio Triangular* que abrange os séculos XVI ao XIX e no site seguinte também chamado de *Comércio Triangular* que trata sobre os séculos XV ao XVIII, temos uma definição de maneira mais acentuada de comércio organizada nos sites pelo viés triangular, esta é conceituada por um comércio estritamente hierarquizado:

O principal elemento do comércio triangular foi o chamado tráfico negreiro, que envolvia o aprisionamento de africanos em seus povos, sua transferência forçada – a diáspora africana – por meio dos navios negreiros e a chegada no novo mundo. Todo esse movimento era organizado por agentes do tráfico, em troca de produtos manufaturados apreendiam e enviavam forçadamente homens e mulheres para serem explorados nas colônias europeias. O comércio triangular iniciava com a troca de produtos manufaturados como armas de fogo, joias, aguardente, tabaco e tecidos de algodão por homens e mulheres no continente africano, que foram trazidos às

---

<sup>15</sup> TURCI, Érica. **Tráfico de escravos: Mercadoria humana atravessa o Atlântico**. [S/L]. 28 Out. 2010. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trafico-de-escravos-mercadoria-humana-atraversa-o-atlantico.htm>> Acesso: 16/04. 2018.

Américas e transformados em escravos, sendo trocados por açúcar, tabaco e ouro, produtos estes que eram cedidos pelos senhores de escravos – proprietários de minas ou de terras.<sup>16</sup>

O comércio triangular foi uma rede de comércio muito lucrativa, o qual envolvia os continentes europeus, americanos e africanos, tendo como fator principal, o tráfico negreiro. A Europa fornecia produtos como algodão, ferro, armas e rum, em troca de escravos africanos, que tinham como destino às Américas. Porém, no caminho de travessia do continente africano ao americano, muitos escravos morriam devido as condições sub-humanas em que viviam.<sup>17</sup>

O comércio transatlântico de africanos apareceu nos conceitos dos sites denominados "*Tráfico negreiro*" que trata sobre o século XV ao XIX e o site *Tráfico negreiro transatlântico* que correspondeu os séculos XV ao XIX destinados ao ensino básico de História como uma forma de organizar de maneira didática as dinâmicas comerciais entre os continentes na modernidade, no entanto, esse simplismo reduziu o papel da África e das Américas, outro aspecto, é o de que este conceito já foi redimensionado e duramente criticado pela historiografia especializada no tema. No entanto, os sites abaixo parecem estar mais atentos sobre essas questões, e iniciam um processo que evidencia que África e Brasil não foram extensões do projeto mercantilista desenvolvido pela Europa:

No entanto, a partir de novas pesquisas realizadas por historiadores, não foram somente os europeus que organizaram o tráfico negreiro. Segundo o historiador Manolo Florentino (1997), no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, várias pessoas se especializaram e investiram na compra de escravos na África. Muitos traficantes de escravos eram cariocas e mantinham as embarcações que traziam os escravos para o Novo Mundo. Quase sempre, os traficantes de escravos negociavam com os africanos com base no escambo, comercialização de mercadorias como aguardente, armas de fogo, pólvora, tecidos, entre outros, em troca das pessoas escravizadas (FLORENTINO, 1997 apud JUNIOR, 2006).<sup>18</sup>

A mão de obra escrava negra utilizada no continente americano estava intimamente associada ao tráfico negreiro intercontinental, no qual a "mercadoria humana" era em grande parte negociada nos portos africanos e enviada para os portos americanos nos porões de navios que cruzavam o oceano Atlântico em condições deploráveis. O tráfico era estimulado não apenas por conta da necessidade da mão de obra,

<sup>16</sup> ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago. **Comércio Triangular**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/brasil-colonia/comercio-triangular/>> Acesso: 17/04. 2018.

<sup>17</sup> SORIANO, Tiago. **Comércio Triangular**. [S/L], 28 Mar. 2010. Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/comercio-triangular/>> Acesso: 17/04. 2018.

<sup>18</sup> CARVALHO, Leandro. **"Tráfico negreiro"**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>>. Acesso: 15/04. 2018.

mas também porque o próprio mercado escravagista, em si mesmo, era muito lucrativo.<sup>19</sup>

Apesar de os sites acima, de forma positiva, ter apresentado que a África foi um continente que agiu e organizou o tráfico Atlântico, em consonância com as pesquisas de autores como Thorton (2004), Lovejoy (2002), Meillassoux (1995), Jonh Fage (1898), Inikori, Vansina (2010), Diagne (2010) somados aos efervescentes trabalhos brasileiros de Alencastro (2000), João José Carlos Reis (1987), Costa e Silva (2002); (2004), Florentino; Fragoso (2001), só para citar alguns dos nomes desta imensa lista de consolidados pesquisadores sobre o assunto, tem apresentado em estudos demográficos, ou por aspectos no nível do simbólico e das representações, que Brasil e África estiveram conectados por uma lógica organizacional própria.

O comércio transatlântico que conectava os continentes europeus, africanos e americanos no período da modernidade é conceituado e explanado nos sites de História não muito diferente do conceito que os manuais didáticos têm abordado. Os europeus são exibidos como os controladores deste comércio e ao continente africano é destinada uma posição de fornecedora de mão de obra (negra/mercadoria) para o trabalho compulsório nas Américas. Nos sites destinados ao ensino de História desta temática identificamos a ausência de uma discussão em torno dos povos africanos enquanto sujeitos que articularam e organizaram o comércio escravistas, o self africano está associada apenas a uma imagem de sofrimento, objetificação e passividade assim como Oliva (2007) demonstrou ocorrer nos livros que analisou.

Ao tentarem expressar que os povos africanos sofreram um processo de objetificação e humilhação, os sites afirmaram que este acontecimento histórico assemelhou-se aos processos escravistas que outras sociedades desenvolveram em contextos históricos diferentes. Simultaneamente, o fenômeno da escravidão atlântica se distinguiu dos outros processos escravistas desenvolvidos em outras sociedades, pois, temos uma associação entre África-negro-escravo associado a um território comum e a um conceito de escravidão homogêneo e único. Pois, ainda temos a História da escravidão em África e do comércio transatlântica trabalhada a partir do eixo epistemológico da Europa ocidental, ou seja, temos uma história predominantemente narrada pela leitura ideológica dos povos europeus:

---

<sup>19</sup> FERNANDES, Cláudio. **Tráfico negroiro transatlântico**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/trafico-negroiro-transatlantico.htm>> Acesso: 17/04. 2018.

Eles estão inscritos em uma genealogia intelectual baseada em uma identidade territorializada e em uma geografia racializada, em que o mito de uma *polis racial* obscurece o fato de que, se por um lado à capacidade do está na origem da tragédia, o fracasso africano está em controlar sua própria ânsia predatória e sua própria crueldade também levou a escravidão e a subjugação. Mais fundamentalmente, por trás do sonho de emancipação política da retórica da autonomia, uma perversa operação foi estabelecida, cujo resultado apenas fortaleceu o ressentimento africano e sua neurose de vitimização (MBEMBE, 2001, p. 186).

Oliva (2007) advogou que as identidades africanas na contemporaneidade possuem em suas bases representativas uma vinculação com um passado de tortura e objetificação por meio da escravidão transatlântica. Sendo assim, a história dos povos do continente africano se confundiria ao ponto de ser reduzida apenas à história da comercialização de escravizados/negros/mercadoria para as Américas. Oliva (2007) evidenciou a fratura da história do continente africano ao considerarmos as produções de suas identidades existentes a um único acontecimento histórico, narrado pelas lentes do eu (Europa Ocidental), sem haver por parte do ensino de História uma análise mais aprofundada sobre como os diferentes povos africanos se posicionaram, sobre o universo simbólico na qual as variadas estruturas escravistas estavam engendradas.

A transformação dos africanos em simples mercadorias contemplava um processo de desumanização iniciado séculos antes. São várias as representações iconográficas elaboradas neste intervalo de séculos antes que, além de evidenciar o tratamento desumano nas caravanas que transportavam os africanos até o litoral ou nos navios negreiros, acabaram por reforçar a noção de que os africanos se transformavam em objetos sendo transportados ou estocados nos porões de forma passiva e submissa. Já as imagens da escravidão nas Américas tentavam reforçar a ideia de que os escravos se reduziam ao binômio trabalho braçal/castigo corporal (OLIVA, 2007, p. 64).

Oliva (2007) defendeu que com o tráfico de escravizados houve uma redefinição das identidades africanas pensadas a partir das Américas, reconstruídas pelos europeus e pelos povos africanos atingidos pela diáspora. Estas redefinições se dividem em duas representações, a primeira os povos africanos se constituíram como um conjunto de sujeitos africanos negros separados por conjuntos linguísticos, e a segunda caracterização na qual os africanos tiveram suas identidades formadas foi pela nomenclatura que lhe eram atribuídos de acordo com as regiões que desembarcavam do continente africano (OLIVA, 2007, p. 64).

A longa duração do tráfico de escravos e do uso de africanos escravizados na Europa, nas Américas, e na própria África, associada às constantes representações iconográficas veiculadas nas obras didáticas ou de História quando o assunto é o continente africano, ao desconhecimento da sua História, e a produção literária e cinematográfica sobre o tema, perpetuam a imagem híbrida escravo/africano (OLIVA, 2007, p. 88).

Anderson Oliva (2007) enfatizou que as identidades forjadas com a experiência da escravidão no período da modernidade forjaram as identidades contemporâneas dos negros nas mais diversas regiões do mundo. Esta identidade fixa e uniforme funcionaria como parte de uma estrutura ideológica que organizou e legitimou as experiências de subalternidade do cotidiano dos sujeitos negros. Essas identidades para além de uma forma de significação do outro (negro) são os mecanismos que afirmaram e concretizaram o lugar de inferioridade que este outro deve ocupar e exercer no mundo.

Assim, livro didático e sites educativos do ensino de História básico abordam as relações comerciais da África com o mundo Atlântico a partir de uma interpretação que se aproxima do conceito de comércio triangular, que entende as relações transatlânticas por meio da chegada dos portugueses na África e sua expansão no mundo ultramarino. Apesar de em algum momento os sites afirmarem que os povos africanos tiveram participação ativa na organização do comércio transatlântico de africanos, não se trabalha de maneira aprofundada como o continente africano se conectou ao sistema mercantil mundo e pouco se evidencia as relações autônomas, no que se refere o comércio de escravizados, entre Brasil e África.

O comércio transatlântico de africanos é um fenômeno histórico que por muito tempo tem sido trabalhado no ensino básico de forma rasa e pouco complexificada. Ainda tem sido apresentado nos níveis de ensino básico como um conhecimento que apenas reproduz preconceitos e racismos. Mas estudar esse tema é inevitável para conhecermos a formação de nossa sociedade e avançarmos no entendimento de nossa História.

### **3 FONTES E LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO EM ÁFRICA E DO COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO: alguns apontamentos**

No Brasil, durante a década de 1960, as produções historiográficas de inspiração marxista influenciaram na construção de livros didáticos para o ensino básico orientados por essa perspectiva teórico-metodológica. Esse avanço na forma de fazer livros didáticos caminhou para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, porém, essa proposta sofreu retrocessos com o golpe civil militar de 1964, que promoveu um nítido afastamento entre academia e escolas, provocando uma cisão que impossibilitava o diálogo entre pesquisa universitária e o conhecimento produzido pelos livros didáticos e dificultando a definição e o posicionamento da escola enquanto construtora de saber (BITTENCOURT, 2004). Bittencourt (2004) aponta que um aspecto a ser trabalhado em nossa contemporaneidade no ensino de História e que pode aproximar universidade e conhecimento construído na escola é a operacionalização na sala de aula de linguagens e fontes históricas juntamente com um diálogo com referências que pensam temas e questões pelo viés científico.

O avanço nos estudos sobre a didática no ensino de História do Brasil tem possibilitado que os docentes da rede básica desenvolvam atividades envolvendo certa diversidade de fontes e linguagens (escritas, imagéticas, sonoras, audiovisuais, materiais, etc.) produzidas e organizadas pela sociedade. Os PCNs orientam que a partir do quarto ciclo do ensino básico os discentes podem desenvolver uma considerável gama de noções e reflexões históricas, que permitam uma profunda compreensão das experiências e vivências humanas em seus diversos tempos e espaços. O processo ensino-aprendizagem considerado a partir dos PCNs tem direcionado uma prática na sala de aula que permite maior flexibilidade para o docente ministrar suas aulas. O professor seria o mediador do processo de produção do conhecimento escolar, fornecendo as condições para que os alunos se tornem agentes construtores de saberes, orientando-se, dessa maneira, que os discentes percorram uma pauta de pesquisas, análises e questionamentos na sala de aula (BRASIL, 1998).

A prática docente deve ser orientada a partir do cotidiano escolar dos discentes, devendo explorar diferentes linguagens para o ensino de História, para que o aluno possa questionar suas realidades sociais. O espaço da sala de aula não pode ser um local onde se repassam conhecimentos, mas o ambiente escolar deve se tornar palco de discussões, debates e posicionamentos, onde a tolerância e o respeito devem ser

medida fundamental que permita que o conhecimento histórico escolar possa ser efetivamente formado (FONSECA, 1990).

O docente é orientado a ensinar os discentes a entenderem e respeitarem a diversidade dos pontos de vista. Ao professor torna-se necessário estimular em seus alunos a produção de indagações e problemáticas sobre o mundo, integrando seus questionamentos em uma estrutura mais ampla e profunda de outros problemas sócio históricos, almejando transformar em cada aula de História temas e problemas que devem ser pensados coletivamente em uma interlocução permeada por tensões e divergências, que tem como base o respeito às diferentes opiniões e posicionamentos (FONSECA, 1990).

Desta forma, tornam-se importantes as estratégias metodológicas em torno do debate em sala de aula e que utilizem uma variedade de fontes e linguagens, pois possibilitam a historicização dos conteúdos e conceitos que foram muitas vezes naturalizados e cristalizados estando predefinidos nos livros didáticos. A formação de discentes como sujeitos conscientes historicamente parte do exercício em sala de aula que vise analisar os diversos espaços de vivência, logo, todas as linguagens e materiais resultado do construto humano e de múltiplas experiências sociais podem contribuir para a produção e difusão de saberes históricos (FONSECA, 2003).

Ao se mencionar diferentes fontes e linguagens utilizadas na sala de aula, refere-se a produções sociais e culturais criadas pelas sociedades humanas e que são parte de nosso cotidiano, são os elementos que nos rodeiam e que nos permitem construir opiniões e saberes. Desse modo, entre esses materiais é preciso considerar imagens, filmes, literaturas, programas de televisão, elementos da cultura material, patrimônio cultural (material e imaterial), internet (sites, redes de relacionamento) e os documentos de época. Essas linguagens são vistas como fontes “históricas” que dentro de um campo teórico metodológico de ensino e pesquisa proporcionam o construto dos saberes escolares (FONSECA, 2003). De acordo com os PCNs, todo material pode ser didático, mesmo sem ser criado inicialmente e especificamente com esta finalidade, pois depende da forma como professor irá trabalhar esses recursos em suas aulas (BRASIL, 1998).

O trabalho de interconexão entre a produção escrita e imagética tem se tornado metodologia central para o ensino de História na atualidade. Neste ponto, não se pode perder de vista que tanto as fontes verbais quanto as visuais são expressões complementares da vida em sociedade e que toda e qualquer fonte está imersa em

condições sociais de produção, constituindo discursos que estão intrinsicamente ligados com o modo como o real é interpretado e vivido. As fontes expressam posicionamentos políticos, sociais, religiosos e culturais que devem ser identificados de forma crítica e não como verdades universais (FONSECA, 2003).

Michel de Certeau (1982) encarou a História como uma operação que tenta compreender o social através de uma relação entre um lugar (um meio, uma profissão, uma subjetividade), com os procedimentos de análise (uma disciplina) e a tessitura de uma produção textual (uma literatura). De acordo com Jörn Rüsen (2010), o aprendizado histórico é uma competência que pode ser desenvolvida por todos nós. A consciência histórica, termo caro a Rüsen, desenvolvida pelo debate em sala de aula é um processo fundamental para a construção da individualização dos sujeitos e de suas experiências sociais. O desenvolvimento de consciência histórica está atrelado ao desenvolvimento da aprendizagem histórica, sendo importante para construir conhecimentos sobre o passado com vias a embasar direcionamentos no presente.

O trabalho com documentos escritos enquanto fontes históricas dentro das novas concepções que abordam o ensino de História exerce uma função primordial. Esse trabalho permite autonomia intelectual aos discentes que podem ser estimulados pelos professores a analisarem de forma crítica fontes de época que, durante o período em que foram produzidas, eram propagadas como verdades sociais aceitáveis e que hoje são identificadas em nosso presente como pertencentes a valores e normas que não são mais convencionalmente aceitáveis (MEDEIROS, 2005):

A utilização de documentos escritos pode ocorrer com o uso de jornais, crônicas, revistas, discursos, cartas, leis, anúncios, relatos de viagens, diários, depoimentos, lendas, receitas médicas, testamentos, textos literários, artigos, processos paroquiais e inquisitoriais, entre outros (MEDEIROS, 2005, p. 62).

Os documentos históricos podem ter vasta utilidade no ensino básico de História, podendo servir como fonte de informação para expor uma situação, reforçar a ação dos sujeitos, ou ainda para introduzir um tema de estudo, fornecendo neste caso, a situação problema para ser desenvolvida através do debate entre docente e discentes (BITTENCOURT, 2004). O trabalho em sala de aula com as fontes documentais oficiais deve iniciar pela problematização do documento, que “[...] não fala por si só, ele deve ser interrogado a partir do problema e da temática estudada, construindo sua relação presente/passado” (MEDEIROS, 2005, p. 63).



Para tal, é necessário estabelecer um diálogo com a documentação, ou seja, além de realizar uma escolha sobre como a fonte será lida, é preciso escolher os procedimentos que irão orientar os temas e o recorte contextual considerando a relação presente/passado em relação aos documentos (PCNs, 1998). Nas fontes derivadas de crônicas, nos relatos de viagem deve-se questionar o contexto social, cultural, econômico de produção desses materiais, quem foi o sujeito que o escreveu, identificando sua subjetividade e experiências vividas no contexto temporal em que estava imerso, quais interesses e finalidades foram envolvidos na construção das crônicas e relatos escritos (MEDEIROS, 2005).

Sobre as fontes históricas de época a respeito do continente africano desde o século XX tem-se um conjunto de documentos escritos que estão organizados em guias de fontes, distribuídos em diferentes volumes que se encontram nos arquivos dos países do continente africano, nos Estados Unidos e nos países europeus. Esses documentos compõem uma vasta literatura que consiste em narrativas de viagens, crônicas, descrições, entre outros. Essas fontes históricas são relativas ao comércio, à vida social, produção e cultura, e em menor número fontes anteriores ao século XIX. Foram transcritas para os idiomas dos países europeus e boa parte está em arábico e turco e podem ser acessados, em sua maioria, nos arquivos físicos governamentais, administrativos e jurídicos das regiões citadas acima (HRBEK, 2010).

As documentações referentes à história do continente africano para serem utilizadas na produção de saberes escolares, bem como na produção de conhecimento universitário pelos brasileiros ainda tem como principal barreira o acesso. O Conselho Internacional de Arquivos, sob financiamento da UNESCO, buscou difundir a história sobre o continente africano organizando um guia de fontes com doze volumes que foi distribuído nos arquivos físicos dos Estados Unidos e dos países europeus (HRBEK, 2010).

O que se nota, portanto, é que ainda está em processo o trabalho de difusão e disseminação das fontes de época sobre a história dos povos do continente africano. A organização das fontes e documentos históricos sobre o continente africano tem caminhado de forma gradativa e em paralelo com as reconfigurações do campo historiográfico e do ensino básico sobre a História da África, ganhando força e ressonância internacional nas últimas décadas do século XX (HRBEK, 2010).

No que se refere ao ensino de História da África tem-se formado um campo de pesquisas nas últimas décadas sobre os usos das fontes e linguagens para o ensino,

buscando-se pensar possibilidades de construção do conhecimento com essas importantes ferramentas. No entanto, pode-se destacar a ausência de trabalhos que explorem a utilização de fontes primárias para o ensino de história do continente africano. É preciso apontar ainda as dificuldades existentes em se disponibilizar essas fontes para o uso docente no ensino básico, portanto como suporte para a produção de saberes escolares e mesmo para construção de guias de fontes para o ensino de História.

Dessa maneira, está em processo de criação e estruturação algumas possibilidades para o ensino de história relacionada à escravidão em África e ao comércio transatlântico de africanos na modernidade, já que, como foi apresentado anteriormente, as fontes de época ainda estão passando por organização e catalogação nos centros de pesquisa dos países africanos, sendo difundidos em maior número nos países da Europa e na América do norte (HRBEK, 2010). Por isso, neste capítulo é feita a análise de um conjunto de cartas reunidas no Monumenta Missionaria Africana em cujo conteúdo é possível observar a escravidão e o comércio transatlântico setecentista. Na análise, discutem-se os conceitos de escravidão em África e os processos de articulação do comércio de africanos na África ocidental em direção ao Atlântico. Em seguida, como objetivo central deste trabalho, apresenta-se um conjunto de estratégias metodológicas de uso dessas fontes em aulas de História da Educação Básica.

### **3.1 As cartas do Monumenta Missionaria Africana**

O projeto “Rota de Escravos” foi aprovado pela Conferência Internacional da UNESCO em 1993 por proposta do Haiti e dos países africanos e foi desenvolvido primeiramente na cidade de Ouidah, no Benin, em 1994. O projeto teve como principal objetivo realizar uma revisão e possíveis releituras da história da escravatura no continente africano e do tráfico de escravizados no mundo, de acordo com os valores humanos da UNESCO, assentando-se em preservar a memória, promover o pluralismo, contribuir para uma cultura de respeito e conscientização, possibilitar a construção de múltiplas identidades e cidadanias oriundas da História sobre o tráfico transatlântico, além de disseminar as verdades históricas até então silenciadas sobre o tema. O projeto se assentou em parcerias entre a UNESCO e órgãos e instituições privadas, nacionais e internacionais na construção de ações que visem os princípios citados acima (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

Em 1995, nasceu o Comitê Português do Projeto Rota de Escravos, que teve o apoio da Comissão Nacional da UNESCO e foi aprovado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1998. O Comitê Português buscou integrar diferentes ações e investigações no âmbito da educação e da cultura e está sediado no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (CEsA-ISEG). No Brasil, o desafio de catalogar os lugares de memória sobre a escravidão foi proposto em 2011 e tem como representante o Comitê Científico Internacional Milton Guran (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014).

Nesta pesquisa, fez-se uso de um conjunto de documentos que foram organizados pelo Comitê Português, referente ao sétimo volume da segunda série da obra *Monumenta Missionaria Africana*, coligida e anotada nos arquivos entre Roma e Lisboa pelo padre Antonio Brásio, que realizou o trabalho importante de reunir essas fontes históricas durante a segunda metade do século XX. Essa coleção de fontes faz parte de um projeto maior que pretendeu reunir fontes sobre o tema da escravidão africana e do comércio transatlântico. O material transcrito pelo padre Antonio Brásio foi organizado pelo comitê português do Projeto da UNESCO em parceria com o Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com o Grupo de Estudos africanos da Universidade de Coimbra, sendo a segunda série do sétimo volume, esta obra foi publicada pela última vez em 2004.

Na obra *Monumenta Missionária Africana* encontra-se um vasto conjunto de cartas de diferentes missionários católicos portugueses sendo capuchinos, os quais: frei António de Trujillo e o Irmão Pedro Fernandes (em Serra Leoa), frei Manuel da Ressureição e Victoriano (bispos de Cabo Verde), padre António Moreira e os freis Francisco da Mota, Bonaventura de Maluenda, Angel de Fuente la Peria (em Bissau), frei Francisco de Monte Leão (em São Tomé), o reverendo Conego Manoel da Silva Cardozo, frei Francisco da Guarda (na província da Soledade), Padre Francisco de La Mota (em Cacheu), frei Francisco da Cruz (em Santiago). Esses missionários estavam em diferentes ilhas que correspondem, no século XVII, à Alta Guiné. Os religiosos portugueses relatavam em suas cartas direcionadas à coroa portuguesa suas experiências de disseminação da fé cristã e suas relações com os povos Papéis, Bijagós, Balantas, Brames, Manjacos, Biafadas, Felupes, Banhuns, Fulas, Manes, Bagas, Sossos, Limbas, Quinhãme, Bijemita, Biombo, Bolor e Blagantas.

A região da África Ocidental recebia missionários de Portugal que trabalhavam na difusão do cristianismo nas diversas sociedades africanas. Os contatos

dos portugueses com os africanos na costa da Alta Guiné estavam relacionados à organização do comércio escravista interno em África, além de abertura de novas rotas comerciais, à busca por metais preciosos e à disseminação da fé cristã. A expansão do cristianismo possuía interesses de ordem ideológica e material. As missões de evangelização no reino de Bissau no século XVII estavam correlacionadas com a expansão econômica dos portugueses. Jesuítas e capuchinhos portugueses foram ordens da Igreja Católica que estiveram presente na Alta Guiné no século XVII, a primeira estava a serviço da coroa portuguesa e seguia as diretrizes inscritas por esta, através do padroado, enquanto que os capuchinhos portugueses estavam sob as ordens do Papado. Ambos objetivavam realizar e garantir um “comércio santificado” promovendo o trabalho de instrução e batismo das sociedades africanas (SANTOS, 2008).

O território de Alta Guiné englobava Bissau que era uma pequena ilha onde estavam localizados vários reinos administrados pelos seus chefes políticos e por grupos de sujeitos que eram membros da realeza e podiam interferir diretamente em todas as decisões tomadas pelo rei. Bissau é uma região entrecortada pelos rios Geba, Bijagós, *rio de Guinala*, *rio de Nuno*, próximo a vários reinos e ao porto de Cacheu que era a principal linha de embarque e desembarque de escravizados que iam para a América portuguesa.

As narrativas escritas pelos padres portugueses fazem parte de uma consistente literatura produzida por diferentes viajantes que, em “contato” com os povos africanos, produziram uma vasta documentação que podemos utilizar hoje para discutir a complexidade das relações estabelecidas entre europeus e africanos (LARANJEIRA, 2010). Ao estudar os registros escritos por padres portugueses, percebendo-se para além das primeiras representações que associam a cor negra a significados inferiorizantes, realizando-se o trabalho de “escovar” essas cartas, encontram-se as evidências de que existiram tensões, disputas e conflitos que posicionam os povos africanos como sujeitos de seus processos históricos.

Alcir Pécora (2008) realizou um consistente estudo sobre a estrutura das cartas escritas pelos padres jesuítas, que ajuda neste trabalho a entender a forma como os religiosos estavam relatando as estruturas escravistas internas em África e o comércio com os europeus pelo filtro de suas experiências religiosas na Alta Guiné no século XVII. As cartas dos padres são instrumentos documentais pré-definidos, como um “mapa retórico” possui estritos fins, em que almeja justificar as missões de evangelização (PÉCORA, 2008, p. 39). A epistolografia jesuítica está de acordo com os

termos do modelo histórico *da ars dictaminis*, cujas partes principais da disposição são *salutatio, captatio benevolentiae, narratio, petitio e conclusio* (PÉCORA, 2008, p.40).

O *salutatio* corresponde à primeira parte da escrita nas cartas, possuindo poucas variações, inicia-se com uma saudação ao destinatário, consiste em um discurso que evoca humildade e zelo a missão na difusão da cristandade. O *captatio benevolentiae* é a segunda parte da carta, nela destacam-se as ações realizadas pelos missionários na região, o narrador coloca-se como um agente das ordens da coroa e da Igreja, além de escrever sobre as dificuldades da missão e do martírio vivido. A terceira parte é o corpo da narrativa, a escrita é composta por um quadro temático, que reúne uma série de situações para embasar a temática central, destacando elementos repetidos do cotidiano dos sujeitos a serem descritos. Outro componente da carta é o *petitio* em que os missionários realizam petições para a manutenção de seus trabalhos, é importante ressaltar que a petição também está permeada em todo o escopo da carta. As narrativas concluem com uma demonstração da aplicação das petições para a missão e com uma saudação à hierarquia da Sociedade de Jesus (PÉCORA, 2008, p. 39-46).

Nas narrativas dos missionários podem-se identificar os interesses e intenções em torno da escravidão e do comércio transatlântico que estavam implícitos no processo de cristianização na Alta Guiné:

A literatura narrativa é de importância primordial como fonte da história econômica: rotas comerciais, principais mercados, mercadorias e preços, agricultura e artesanato, recursos naturais, tudo isso podia e era observado e descrito sem preconceitos. Com efeito, os europeus necessitavam, em seu próprio favor, de narrativas tão objetivas quanto possível sobre esses assuntos (HRBEK, 2010, p.123).

Como bem afirma I. Hrbek (2010), as narrativas dos missionários que viajaram para África no período colonial compõem importantes fontes históricas, dada suas descrições de aspectos sobre o comércio na região e as relações estabelecidas entre as sociedades africanas. Desse modo, as cartas dos missionários no século XVII, que, a princípio, tinham a finalidade de informar ao Conselho Ultramarino suas atividades de evangelização, se analisadas a contrapelo, permite a observação das relações econômicas estabelecidas entre nações europeias e sociedades africanas. Essas cartas demonstram que catequização e comércio transatlântico de escravizados são duas instâncias conectadas de tal forma que não se pode compreendê-las separadamente.

Cristina Pompa (2002) no livro “Religião como Tradução: Missionários, Tupi, no Brasil colonial” se torna importante para este trabalho em termos metodológicos. Já na introdução de seu trabalho Pompa (2002) afirma que os estudos que analisaram as relações estabelecidas entre religiosos e índios estão em processo de reconfiguração. Dessa maneira, anteriormente, as perspectivas sobre o período colonial estavam voltadas para as imagens que viam missionários e indígenas como esferas opostas e dissociadas, um agindo sobre o outro de forma unilateral, como um “choque entre dois blocos monolíticos”, no qual os padres empunhariam seus esquemas culturais para a destruição das práticas sociais e culturais dos indígenas e, com isso, os povos indígenas só poderiam ser pensados como resistentes a este processo (POMPA, 2002, p. 21):

Se a cultura é um texto, cujo significado está na polissemia produzida no intercruzamento de diferentes campos semânticos, o texto escrito a partir da interpretação (uma, entre as possíveis) de uma situação histórica específica (uma, entre inúmeras) é talvez o lugar privilegiado para apreender o processo de mediações culturais, de mudanças de registros, de revisão de códigos, de traduções de uma para outra linguagem, que levou a construção do próprio texto (POMPA, 2002, p. 28).

Estudar o universo do outro a partir da escrita de missionários europeus só pode ser viável na medida em que se compreende que a linguagem que descreve o diferente é sempre a tradução de um código de imagens para o universo simbólico de quem fala. A escrita das cartas dos padres partiu de uma linguagem negociada, em que falar de si parte de ações que um sujeito realizou sobre quem o descreveu e sobre a forma como o eu desejou ser pensado dentro da relação com o outro. Serge Gruzinski (2003) em “A colonização do imaginário: Sociedades indígenas no México espanhol séculos (XVII-XVIII)” entendeu que uma “colonização do cristianismo” só é possível quando se considera que esta instância religiosa é hibridizada. Nesses termos, estando, portanto, inserida no universo indígena apenas como uma ressignificação das práticas cristãs, a evangelização só pode ser interpretada ao se observar as formas como foram incorporadas nas sociedades indígenas.

Steven Feierman (1993) abordou as mudanças de posicionamento que a história da escravidão e do comércio transatlântico sofreu a partir da segunda metade do século XX com o processo de produção de uma História da África pelos próprios africanos. Assim, Feierman (1993) realiza um sucinto, porém profundo debate sobre

como os estudos mais recentes pensaram a temática da escravidão e do comércio e essa nova perspectiva defendida pelo autor foi utilizada para interpretar o Monumenta Missionária Africana neste trabalho.

A diversidade dos povos do continente africano é discutida nesta pesquisa pelos mecanismos através dos quais os diferentes grupos étnicos (Papéis, Bijagós, Balantas, Brames, Manjacos, Biafadas, Felupes, Banhuns, Fulas, Manes, Bagas, Sossos, Limbas, Quinhãme, Bijemita, Biombo, Bolor e Blagantas) estabeleceram suas fronteiras nos movimentos de interações sociais, por meio da escravidão e do comércio transatlântico. Na pesquisa promove-se um redimensionamento do lugar dos africanos nas relações do comércio escravista com os europeus desde a perspectiva da História Social. A escravidão atlântica foi um sistema espacial que articulou e se estendeu para o Caribe, Europa, América, Ásia, Oceano Índico e essa instituição foi desenvolvida nessas regiões e organizada de forma distinta, com diferentes relações sociais (FEIERMAN, 1998).

Por isso, o conceito utilizado para pensar a diversidade dos povos africanos e sua relação com outras populações no eixo da escravidão e do comércio de escravizados é o de “etnicidade”. Segundo o teórico Fredrik Barth, identidade étnica é um corpus que se forma pela interação social e a etnicidade não pode ser definida por características fixas, pré-existent, mas o que caracteriza um povo varia de acordo como eles se definem historicamente (POUTIGNAT; FERNART STREIFFF, 1998). Barth enfocou a impossibilidade de encontrar um conjunto total de traços culturais e sociais nos grupos étnicos que possibilitariam a distinção de um grupo em detrimento de outro. A cultura, enquanto uma regra geral e fixa, não pode ser utilizada para separar e estabelecer os limites das fronteiras das identidades étnicas dos grupos (POUTIGNAT; FERNART STREIFFF, 1998, p. 112).

Apesar do constante e permanente hibridismo social, cultural, simbólico e econômico entre os sujeitos, existiu uma persistência desses mesmos sujeitos em construir suas fronteiras para se definirem. Por isso, a questão que deve ser debatida, não seria como as características culturais ou os traços fenotípicos formaram os grupos étnicos, mas sim, como as diferentes identidades étnicas se articularam e se mobilizaram socialmente e historicamente para estabelecer suas fronteiras de distinção e pertencimento. A cultura dentro dos limites étnicos corresponde, nesta conjuntura interpretativa, com a definição de Robert Young (2005, p. 36): é um processo dialético em que o outro inscreve e exclui suas alteridades, “participando e sendo sempre parte de

uma parcela de uma economia complexa e híbrida, que nunca está a vontade consigo própria” A cultura não existe como uma totalidade circunscrita em fronteiras étnicas ou nacionais. Logo, cultura se torna apenas um dos elementos que transcendem as fronteiras da etnicidade, sendo o movimento que os grupos estabeleceram entre si para manter suas alteridades (YOUNG, 2005, p. 36).

Este trabalho pretende fazer parte de um conjunto de análises que defende o continente africano como múltiplo, diversificado, pois a cor dos sujeitos africanos e seus compartilhamentos de culturas não seriam um fator que unificaria ou estabeleceria algum tipo de aliança ou solidariedade entre as sociedades africanas. Esta perspectiva é importante para compreender o processo da escravidão em África e sua intensificação com a abertura do comércio transatlântico. O ser “negro” foi forjado por longos séculos durante a modernidade, tendo como um dos discursos construtores as narrativas de missionários baseadas no cristianismo e dos viajantes comerciantes que em seus relatos realizaram um processo “de relação entre o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral” (FANON, 2008, p.160).

A partir das cartas escritas pelos missionários no século XVII, neste trabalho, analisam-se as dinâmicas do comércio transatlântico assim como as estruturas da escravidão em África para, em seguida, apresentar-se um conjunto de estratégias metodológicas que direcionam e orientam as discussões deste tema pelo professor em sala de aula. Apesar das fontes utilizadas como ferramenta serem de cunho eurocêntrico, pois partem da visão dos religiosos jesuítas e capuchinhos no século XVII, podemos afirmar que por meio de uma análise a contrapelo esse material é importante para entender parte da história que envolve os povos africanos nesse período.

As fontes históricas que correspondem a um conjunto de escritos e relatos dos europeus sobre a África bem como os relatos produzidos pelos próprios africanos no período da modernidade compõem um rico conjunto de informações para se compreender a história das sociedades africanas, ambas se completam, pois possuem a possibilidade de contar partes importantes da história do continente africano. Como afirma Hrbek (2010, p. 121), “o período do comércio de escravizados não era, em geral, favorável a narrativas objetivas sobre os africanos, mas as necessidades práticas do comércio exigiam um estudo das atividades econômicas e sistemas de governo na África, de modo que temos, já nessa época, uma série de fontes muito valiosas” (HRBEK, 2010, p. 121).



No que tange ao uso de fontes sobre a história da África no ensino básico, defende-se que esse conjunto de documentos históricos escritos pelos europeus e pelos africanos sobre a África pode se tornar uma importante ferramenta que auxilia e amplia as interpretações e análises e as possibilidades de diálogo em sala de aula entre professores e discentes. A utilização de fontes históricas sobre o continente africano pelo professor pode se tornar um meio de enriquecer o leque de perspectivas e eixos discursivos sobre a escravidão em África e sobre o comércio transatlântico nas aulas de História.

### **3.2 Sequência Didática**

A sequência didática consiste em uma elaboração sistematizada sobre um conteúdo que pode ser abordado em sala de aula pelo docente. São sequenciadas de acordo com os objetivos que o professor deseja alcançar na aprendizagem. Podem envolver atividades de aprendizagem e avaliação, abrangendo todos os níveis escolares. As sequências didáticas podem estar organizadas em torno de um determinado gênero textual, como demonstram Dolz, Noverraz e Sheneuwly (2004), que produziram um consistente modelo de sequência didática com base na discussão sobre os gêneros textuais. Para os autores citados, o esquema da sequência didática se organiza em apresentação da situação, em que o aluno deve estar ciente do trabalho que será realizado em sala de aula como também deve ter um conhecimento prévio do assunto, resultado de uma explanação do conteúdo pelo professor. Em seguida, há três módulos que direcionam metodologicamente como o docente deve realizar a discussão de um gênero textual com seus alunos, para, enfim, haver uma produção escrita final pelos discentes, que consiste em um trabalho de avaliação sobre a aprendizagem efetivada com a discussão sobre o tema textual trabalhado.

Gonçalves (2012) desenvolveu um instrumento denominado Sequência Didática que está dividido em três etapas: Leitura do gênero textual, análise linguística sobre o conteúdo do gênero e produção. Esse modelo de sequência didática foi apropriado por Cordeiro (2000) para indicar o uso do gênero textual referente a relatos de viagens que podem ser apresentados como fontes históricas primárias na sala de aula do ensino fundamental. Assim, a autora defendeu que o procedimento de sequência didática deve ser realizado em um curto espaço de tempo, deve-se considerar o ritmo de aprendizagem da turma e as possibilidades de aprendizagem dos alunos, as atividades e

exercícios devem induzir os alunos a fazerem uma distinção do que sabem e do que adquiriram como conhecimento “novo” sobre o conteúdo em questão. Para o ensino do gênero textual “relatos de viagem”, a autora orientou uma produção diagnosticada em que os discentes identificariam o gênero textual estudado, localizariam informações gerais sobre o século de cada conteúdo apresentado nos relatos de viagens e, por fim, os discentes realizariam uma produção textual sobre o conteúdo.

A partir das considerações sobre como é possível realizar uma sequência didática com base no gênero textual, apropriou-se, neste trabalho, da fonte histórica como uma ferramenta para a promoção do debate em sala de aula e, portanto da ampliação dos conhecimentos sobre o eixo temático a escravidão e o comércio transatlântico de escravizados africanos.

Como forma de auxiliar o docente no ensino da história da escravidão e do tráfico transatlântico, organiza-se uma orientação de como se utilizar as fontes primárias do Monumenta Missionária Africana em sala de aula, dividindo-se tal direcionamento em três momentos. No primeiro, montou-se um pequeno plano que orienta como o professor pode organizar metodologicamente sua aula. No segundo momento, faz-se uma descrição da fonte histórica que será analisada pelo professor e pelos alunos para, por fim, apresentar ao professor como poderia realizar seu trabalho, em termos do conteúdo, com cinco variados subtemas referentes à escravidão e o comércio transatlântico no Ensino Básico de História. O objetivo central da sequência didática é valorizar a leitura da fonte histórica primária pelos discentes juntamente com o acompanhamento dos professores, em seguida a promoção do debate orientado pelo professor, para então realizar uma avaliação diagnóstica sobre a aprendizagem do aluno, que pode ser feita por meio da construção de um texto dissertativo com base em uma pergunta direcionada ou com base na participação dos discentes no debate direcionado.

### 3.3.1 Meios de Escravização

Tema	Meios de escravização na Senegâmbia na segunda metade do século XVII
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar os meios de escravização na África Ocidental</li> <li>- Perceber como os meios de escravização implicaram na formação das sociedades africanas</li> </ul>

Tempo estimado	45 minutos
Disciplina envolvida	História
Materiais necessários	Cópias impressas da fonte documental Projetor Multimídia (Data Show) Notebook
Procedimentos metodológicos	<p>- O debate será guiado pela apresentação de slides com fala inicial docente sobre cada apontamento presente na fonte e em seguida ouvirá as perguntas e opiniões dos alunos.</p> <p>- É importante que os discentes possuam uma cópia do fragmento documental da carta que será analisada sob orientação do professor durante a aula.</p> <p>- A partir da leitura prévia da fonte primária feita pelo professor, ocorrerá um debate em sala de aula, mediado pela intervenção do docente, no qual os alunos serão incitados a expor suas impressões e questionamentos sobre a fonte.</p> <p><u>Roteiro da discussão:</u></p> <p>- Identifique como o sujeito africano poderia se tornar escravo na sociedade em que pertencia?</p> <p>- Qual a importância dos meios de escravização para a manutenção do sistema social de linhagem/doméstico?</p> <p>- “A escravidão seria um subproduto da guerra e não a sua causa” (LOVEJOY, 2002, p. 32). O que podemos entender com esta afirmação?</p> <p>- Como ocorria o banditismo entre os povos africanos na África Ocidental?</p> <p>- Em que medida o rito estava presente nos processos de escravizar?</p> <p>- Dê sua opinião sobre os meios que justificaram a escravidão na África ocidental?</p>
Avaliação	<p>- A participação dos discentes no debate em sala de aula.</p> <p>- Redação de 15 linhas para produzir em casa sobre quais eram os meios de escravização na Senegâmbia e como estavam organizados?</p>

Sugestão de Leitura	<p>LOVEJOY, Paul. A África e a escravidão. In: <i>A escravidão na África- uma história de suas transformações</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>THORNTON, John. A escravidão e a estrutura social na África. In: <i>A África e os africanos na formação do mundo atlântico-1400-1800</i>. Rio de Janeiro: Elisever, 2004.</p>

### Apresentação do Conteúdo

Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686

La primera es. Y la que tiene mas aparencia de justiça. Quando os cativos por alguno delito que ellos llaman *cháí*. Y esa palabra criolla y comun em toda costa, y a mi parecer segun deriuacan que veo haçer a los crillos. Para su lengua, de la portuguesa, dicha palavra se deriu a achaque<sup>20</sup>.

El modo de averiguar los cháís, quando son de tomo. es juntarse ta gente. en corro o rueda. traen una gallina. cortando la cabeça. ella va dando buitas, y aquel junto de quien viene a parar es el delinquente. Y aquel junto de quien viene a parar es el delinquente. Y esse modo usan tambien en esta isla de visão. Sin otros modos comunmentes supertiçiosos. Que fuera largo de referir. Y por el cháí de uno cautian todo su linaje<sup>21</sup>.

El segundo es que, especialmente en los Vijogoes, quando hega el mercador al puerto para agasajarlos, matan gallinas e las sacrifican al blanco. Como si fuese Dios. roçindole los pies com sangre. pegando com ella las plumas. Y assi los enpluman. Y lo mismo haçen al mastil del nauio (que diçen es Dios del blanco)<sup>22</sup>.

El terceiro modo es que ay una casta de gente la tierra adentro de estos rios, que corre la costa toda de Guinea la terra adentro. Llamados Fullos. Cuio ofiçio y exerciçio es de salteadores. Y no ay oro dinero que rrobar em dichos rios sino negros. Liegan a tiempos a las tierras mas çercanas a la costa del mar, haçen sus embuscadas y salen a caminho a los pasajeros y entrar em las aldeas. Y quando mas descuidados estan, amarran quatos pueden auer, robandoles la libertad. Y destos es gran numero el que se vende em dicho rio e ta mayor parte. Asy en los dichos. Como en los demas de Guinea. Donde

<sup>20</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>21</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>22</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

ay muchas nações que tienen el exerciço de los Fulo, como se Mera em adelante<sup>23</sup>.

(...) Querer tirar de Guiné riquezas por Conquista não sey se custará mays caro a V.Mag. de o q. me parece Senhor q. por hora tem V. Mag. de dado remedio pera se poder argumentar o comercio de Cacheu com a nova companhia que se formou; o que importa agora hé que a dita Companhia meta bem cabedais em Cacheu e os homens de Cacheu falem verdade a V. Mag.de e aos entereçados na companhia e que venhão castilhanos de registo a esta ilha; e se estas couzas faltarem podeçe ser que não bastem grandes remedios pera se conseruar esta conquista, quando desta noua Companhia senão tire o fruto q. se espera, sempre fica tempo pera V. Mag. de fazer o q. for mais conuiniente ao seu seruiço<sup>24</sup>.

#### Carta de Diogo Ramires Esquivel sobre o estado de Guiné, 28.06.1690

Os catholicos q. lá vivem tem o nome de christam, as vidas sam de gentios, dezemganasse V. Mag. de q. tudo quando lhe aconselhão p<sup>a</sup>. conservação daquele estado, he conuiniença própria q. sem comquista se não tira o Comercio e riqueza de Guiné e estão os Francezes yá tam senhores q. morrendo lhe agora m.tos com a doença da terra, nem por isso falta quantidade de nauios seus por aquelles portos, e a alfandega de Cacheo não tem couza alguma<sup>25</sup>.

#### Carta do Governador D. Antonio Salgado A S. Magestade El-Rei, 20. 02. 1699

Vindo a esta ilha hu pataxó da 3<sup>a</sup>, de que há Mestre Manoel Sampayo de Mendoça, naõ querendo o Bispo que embarquem nelle escravos por bautizar para Pernambuco (...) e vindo mais um nauio daquele Mestre Joaõ Franco da mesma ilha 3<sup>a</sup>, que passou para a Bahia buscar escravos e trazia capelam que fossem no dito nauio, o naõ quis consentir: e com esta enuio a certidão de como foy intimar a carta de V. Magestade sobre esta matéria ao Bispo e da reposta que deu e a certidão da importância dos direitos que a Fazenda Real perdeu, por onde se uerá o que se poderá perder nesta alfandega todosos anos. V. Magestade mandará o que for seruido. Guarde Deus a Real Pessoa de V. Magestade para amparo de seus vassalos.<sup>26</sup>

Apoiando-se nos estudos de João José Reis (1987) e Alberto da Costa e Silva (2002) observa-se que a África Ocidental abarcou uma multiplicidade de

<sup>23</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Magestade El Rei, 14.04.1686.*

<sup>24</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Magestade El Rei, 14.04.1686.*

<sup>25</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Carta de Diogo Ramires Esquivel sobre o estado de Guiné, 28.06.1690.*

<sup>26</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Carta do Governador D. António Salgado A S. Magestade El-Rei, 20.02.1699.*

dimensões escravistas que estavam conectadas entre si e que formavam um macro sistema fundamental para a manutenção da estrutura mercantil em expansão por todo continente e que alcançou as rotas do Atlântico. A escravidão chamada de doméstica, de parentesco ou de linhagem, que mantinha o sistema mercantil interno e externo, foi abordada por Paul Lovejoy (2002) e John Thornton (2004) como um sistema que organizou as sociedades das civilizações africanas. Esse modo de escravidão esteve na base de composição organizativa dos grupos étnicos e dos estados africanos.

Os laços de parentesco e as relações domésticas no interior do grupo étnico formavam o eixo das interações entre os indivíduos, assim, quem possuísse escravo nesta organização social garantia também poder político e econômico (MEILLASSOUX, 1995). Na África Ocidental, o escravizado dentro do sistema doméstico/linhagem esteve incluso em várias instâncias da sociedade, ocupando cargos políticos, militares, na produção de lavouras, criação de gado, sendo artesãos. No caso das mulheres, além de poderem agregar estas funções podiam se tornar esposas e concubinas sem deixar de serem escravas. Os meios de obtenção do escravizado conformaram as relações sociais que foram estabelecidas no interior do sistema de linhagem e doméstico.

Sobre os meios pelos quais escravidão estava disposta e articulada durante o século XVII na Senegâmbia, temos na fonte intitulada *Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei* um abrangente e detalhado relato no documento escrito pelo padre frei Francisco de la Mota em que narrou para o rei de Portugal sobre os meios de escravização na costa da Guiné na região da África Ocidental em 1686. A narrativa do padre Francisco de La Mota abrange os povos que viveram nos rios de Gâmbia em Serra Leoa e Magrabomba, estendendo-se para os portos de Bissau e Cacheo que estavam articulados com o comércio de escravizados em direção ao Atlântico. Nesta região, viveram também os povos Zapes, Bagas, Bolumes, Logos, Sosos, além de outras nações que comercializavam marfim e escravizados com os portugueses, ingleses, franceses, holandeses e outras nações.

Um dos meios de escravização na África Ocidental foi apresentado por Meillassoux (1995) como a prática de escravizar a si próprio ou alguém que estaria próximo a sua rede familiar por meio do trabalho e da execução de diversas funções sociais, sendo uma ação, que em certa medida, também mantinha o escravagismo interno na região sudanesa. A prática foi conceituada como banditismo, como uma ação

em que, por meio do rapto e do aprisionamento, pessoas tornavam cativos membros familiares e vizinhos.

Esse banditismo interno parece ter-se exercido entre as populações aldeãs, que sem estarem necessariamente na órbita militar dos estados predadores ou dos praticantes estrangeiros de razias, situavam-se nas áreas de prospecção dos mercadores escravistas ou eram vítimas da atração dos mercados de escravos acessíveis (MEILLASSOUX, 1995, p.113).

No banditismo, sujeitos escravizavam seus parentes por meio do anonimato, ninguém estava a salvo neste sistema. Grupos de jovens guerreiros se destacavam nesta forma de escravagismo, escravizando e vendendo seus familiares e vizinhos em troca de cavalos e armas que eram usados para intensificar o ataque e captura de pessoas em outras aldeias. Com a demanda do comércio transatlântico de escravizados no século XVII, as relações baseadas no banditismo se expandiram para a bacia do Níger, assim, esta região foi ocupada por vários grupos dispersos que se dedicavam à escravização de outros grupos sociais. “O bando era efetivamente um modo de organização sociopolítica específico, que, quando se consolidava ameaçava a sociedade doméstica e gentílica, não só pelas depredações que cometia, mas também em razão da incompatibilidade de suas estruturas respectivas” (MEILLASSOUX, 1995, p. 116).

Outro meio de obtenção de escravizados pelos povos africanos na África Ocidental foi a realizada por meio do delito. Nas seguintes descrições de Francisco de La Mota, o delito apareceu como uma ação desempenhada por um indivíduo que infringiria as normas e regras sociais que foram estabelecidas pelo/pela estado/linhagem, assim o sujeito poderia se tornar escravo dentro do sistema social em que pertencia se cometesse delitos que eram chamados de *cháí*, ou seja, se infringisse o código de conduta estabelecido pela nação em que fazia parte. Com isso, estava sujeito a julgamento, podendo ser vendido tanto no mercado interno que interligava as nações na Senegâmbia como para as diversas nações europeias e para o Brasil no mercado transatlântico.

Pois, os sujeitos eram escravizados por causa de algum delito que cometeram como, por exemplo, furto ou mesmo através da dívida. Na África Ocidental as pessoas poderiam se tornar escravos, propriedade de alguém ou do estado caso cometessem crimes ou fossem de desconformidade com a regra social de sua linhagem/parentesco pertencente, podendo ser escravizadas por atitudes consideradas

criminosas ou como pagamento de débito. As pessoas escravizadas nessas circunstâncias poderiam se casar e tinham acesso aos meios de produção do grupo pertencente (REIS, 1987).

O padre Francisco de La Mota descreveu um rito realizado pelos bijagós característico do *Chái* em que o indivíduo é submetido a um julgamento, no qual seria confirmado se e era culpado ou inocente do delito pelo qual tinha sido acusado. No *chái*, uma dos meios de escravização que foi exercido pelos povos Bijagós, percebe-se a existência de um conjunto de ações que estavam engendradas e justificadas pelo rito para tornar ou não o sujeito um legítimo escravo dentro das sociedades africanas. Diante desse dado, é importante afirmar que a escravidão, para os povos africanos, que abasteceu o comércio estabelecido com os estrangeiros europeus na modernidade tinha um caráter para além do mercantil, pois carregava um universo de múltiplos simbolismos que eram impressos pelas nações africanas em formas de mitos fundamentados em ritos. Segundo Lovejoy (2002, p. 32), “procedimentos judiciais e religiosos eram responsáveis por alguns episódios de escravização. A escravidão era uma forma de punição judicial, principalmente para crimes como assassinato, roubo, adultério e bruxaria”.

Portanto, os diferentes meios de obter e justificar a escravidão desenvolvida tanto pelos africanos como pelos europeus eram múltiplos e diferentes. Dessa forma, a explicação sobre o sistema comercial de tráfico de escravizados africanos para o Atlântico não pode se restringir a relações puramente comerciais entre africanos, europeus e traficantes brasileiros. Por isso, as justificativas que tendem a tornar a África subalternizada pela escravidão, por supostamente ter estabelecido no Atlântico um papel apenas como fornecedora de mercadoria, correspondeu mais a uma interpretação oriunda do filtro cultural dos europeus sobre o papel e posicionamento da África e se tornou menos uma análise que se debruçou sobre os interesses e práticas dos africanos que moveram e articularam a expansão da escravidão para o Atlântico, autores como: Rodney (1972), Alencastro (2001); Costa e Silva (2002); Chambouleyron (2006); Pereira (2013) e Ribeiro (2016) de alguma maneira defendem esta perspectiva.

Na carta Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, o frei Francisco la Mota, ao relatar sobre os povos que viviam no arquipélago de Bijagós, percebe-se que os povos africanos ao negociarem escravizados com os estrangeiros tinham um conjunto de práticas ritualísticas precedente, que eram mobilizadas para procederem as relações escravistas com as nações europeias. Para tornar-se um membro



dos povos Bijagós escravizado é necessário que ele tenha cometido um cháí (delito), para confirmar se o sujeito é ou não culpado, tem-se um rito em que numa roda de pessoas cortam-se a cabeça de uma galinha e a soltam enquanto esta sai correndo dentro do círculo, quando a galinha parar morta, a pessoa no círculo em que o animal está mais próximo é o verdadeiro culpado e merece ser punido com a escravidão. Porém o rito simbólico presente no ato da escravização, para além da interpretação e leitura que o padre realizou na carta, partiu de um simbolismo e universo singular, não podendo ser explicado unicamente pelos negócios e interesses comerciais europeus.

Mary Louise Pratt (1999) em sua obra *Os olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação* definiu e ampliou o conceito de transculturação, entendendo-o como um processo de releitura, reinterpretação e ressignificação da prática cultural e social que um povo ou grupo realiza a partir das interações que estabelece com outros povos. Dessa forma, um signo ou prática só pode ser entendido no universo dos sujeitos e grupo que os empregam. Assim, as práticas culturais e sociais são resultado de uma apropriação e ressignificação que os sujeitos realizam no universo simbólico que os organizam.

A escravidão foi o signo e a prática que conectou os dois lados do Atlântico. Existiu como uma dimensão que interligou os povos no interior da África Ocidental e conectou-a com um sistema internacional no Atlântico. Portanto, múltiplos povos, culturas, estruturas sociais, políticas e econômicas estavam ligadas pelo eixo da escravidão, a qual só pode ser entendida como um sistema representacional múltiplo e diversificado, cujas dimensões estão atreladas aos níveis simbólicos e suas práticas no interior das estruturas que as utilizavam. A escravidão só pode ser analisada dentro de uma zona de contato, na qual os povos se interligavam por essa prática simbólica, no entanto, seus conceitos e sentidos variaram na medida em que os povos se apropriaram e ressignificaram essa prática no interior de suas estruturas organizacionais. De fato, o sistema escravista organizado no interior da África Ocidental e que posteriormente foi conectado em direção ao Atlântico não pode ter uma análise restrita ou estar sujeito apenas a uma explicação econômica. A escravidão e o escravo só podem ser compreendidos como uma dimensão que ganhou determinados sentidos e práticas no interior do grupo étnico, da nação e do estado a que pertenceu.

Nesse sentido, outro meio de escravização das sociedades de linhagem/doméstica em África foi através da guerra. Assim, longe da falsa ideia de harmonia, as relações desses povos e de vários outros que viviam no território africano

também eram acompanhadas por conflitos e tensões, tendo em vista que, os povos buscavam impor-se uns aos outros. Em muitos casos os grupos no processo de imposição se aglutinavam, e dessa maneira, fortaleciam suas estruturas políticas e econômicas.

A fim de explorar sobre o meio de obtenção de escravos que foi estabelecido na região da Guiné e organizado por meio da captura e guerra sistematizada, há várias evidências do relato do padre frei Francisco de la Mota. O padre frei Francisco de la Mota apresenta que mais ao norte da Guiné, no rio Nuno, Fulos e Bagas comercializaram com nações estrangeiras marfim, tinta e escravizados que foram subjugados pelo sistema de *Chái* e pela guerra. O grupo étnico Fulo, bem como, um considerável número de outros povos africanos se especializou em invadir aldeias, através, da força e guerra sistemática capturavam pessoas e as transformavam em escravizado. Este sistema de obtenção de escravos abasteceu tanto o comércio interno quanto externo e ocorreu por toda costa da Guiné (RIBEIRO, 2016, p.36).

A escravidão em grande escala quase sempre foi resultado de uma violência sistematizada. O tipo mais comum de violência foi a guerra, no qual, os prisioneiros tornavam se escravos. Houve variações na organização da violência, como banditismo e sequestro, em que fazia parte de uma ação política cuja única finalidade era a obtenção de escravos. Desta forma, a escravidão seria um subproduto da guerra e não a sua causa, ou poderia ser praticada como uma atividade criminal em pequena proporção em que escravizar era a único objetivo da ação (LOVEJOY, 2002, p. 32).

Para Meillassoux (1995) a guerra entre os estados e civilizações foi o principal meio que mantinha e abastecia os mercados e a formação dos grupos sociais. “Se as guerras provedoras de escravos se desenrolavam com tal impetuosidade, ao passo que o escoamento do tráfico atlântico estava fechado, certamente foi porque o desenvolvimento econômico da Zona Sudanesa já podia oferecer um mercado para tão abundante mercadoria” (MEILLASSOUX, 1995, p.43). As guerras antes do comércio transatlântico já formava um sistema de manutenção das redes mercantis de comércio no interior do continente africano, assim, esta estrutura organizada pela guerra sistemática foi responsável por viabilizar o escoamento de escravizados em direção ao Atlântico. “A organização social refletia a organização militar. Aldeias se povoaram com a chegada de prisioneiros que juntos, reconstituíam pseudoclãs. Os laços de parentesco sofreram a concorrência dos laços de companheirismo guerreiro” (MEILLASSOUX, 1995, p.46).

Outro meio de escravidão na África setecentista esteve relacionado com a voluntária, em que o sujeito comercializaria a si próprio ou poderia vender quem estivesse em seu poder familiar (LOVEJOY, 2002). No caso relatado pelo frei de La Mota na fonte mais acima, as mães se ofereceram como sujeitos a serem comercializados entregando também seus filhos que estavam sob seu poder. Este meio de escravização passava a ser desenvolvido pelo interesse particular de um sujeito que ao se vender para um senhor e estabelecer com ele uma relação senhor/ escravo, estava agindo de acordo com suas intenções. Assim, a mãe poderia vender a si mesma e seu filho, para fins pessoais e específicos, visando ser aderida, em longo prazo, a outra linhagem e sociedade. Existiu uma variada gama de possibilidades que poderiam fazer com que o sujeito sentisse a necessidade de se oferecer a um senhor como escravo, um dos casos mais extremos poderia ser resultado da fome. No entanto, segundo Lovejoy (2002) a escravidão voluntária foi um sistema pouco apresentado na África. “A possibilidade de escravização voluntária dependia da existência de uma instituição escravista na qual a violência era fundamental” (LOVEJOY, 2002, p.33).

Nos casos especificados pelo padre Francisco de La Mota sobre os meios de escravização há referência a laços de parentesco. Nos contextos descritos por Francisco de La Mota, observa-se que a irmã da mulher recém-casada estava sob o poder ou pertencimento do novo parente, noivo de sua irmã, assim, este poderia vendê-la para ressarcir o investimento que o sujeito noivo tinha tido para realizar o convite da cerimônia de casamento. O poder sobre a vida e o destino de outro indivíduo estava autorizado por meio do laço de parentesco nas sociedades domésticas/de linhagem e esse tipo de relação esteve no cerne das interações e composições sociais dos grupos africanos que formaram os estados e nações. Portanto, a escravidão era organizada por linhagem patrilinear de caráter doméstico, um tipo de aparelhamento que viabilizou que a escravidão pelo viés do comércio interno na região que compreende a Guiné conectasse e se expandisse para o Atlântico, ocorrendo a venda dos parentes pelos povos africanos e a compra destes pelos traficantes europeus (LOVEJOY, 2002, p. 44):

Aquelas sociedades baseadas no parentesco tem sido diversamente descritas como caracterizadas como um modo de produção “de linhagem” ou “doméstico”. Esse modo de produção tinha as seguintes características: as distinções etárias e sexuais eram divisões fundamentais na sociedade, não existindo antagonismos de classe. Os mais velhos controlavam os meios de produção e o acesso as mulheres, e dessa forma o poder político era baseado na gerontocracia.

Como as mulheres eram muitas vezes as principais tabalhadoras agrícolas a formação social e a reprodução estavam intimamente associadas. A manutenção da sociedade dependia da fertilidade das mulheres e do produto do seu trabalho (LOVEJOY, 2002, p. 44).

O sistema da escravidão doméstica ou linhageira era gerido também por relações de trabalho, uma forma por meio da qual o sistema escravista se tornou uma instituição social que organizava o interior dos grupos étnicos africanos. Nesse sentido, como na região da África Ocidental a maior parte dos povos africanos eram patrilineares, os homens mais velhos detinham o controle sobre o acesso às mulheres e ao sexo feminino cabia a manutenção da linhagem através do trabalho agrícola e da reprodução (LOVEJOY, 2002).

A escravização por meio do delito, da guerra e por ações voluntárias parecem ser os meios que traçaram as relações que permearam e montaram o sistema patrilinear, doméstico/linhageiro no interior das sociedades africanas. Esse sistema, aliado aos meios pelos quais baseavam suas relações foram essenciais para a expansão do tráfico transatlântico de africanos em direção às Américas. “A existência de escravos em sociedades que enfatizaram o parentesco e a dependência pessoal permitia a sua integração numa vasta rede de escravidão internacional” (LOVEJOY, 2002, p. 47).

Dentro das dimensões simbólicas que organizaram a expansão transatlântica de escravizados para as Américas, pode-se enfatizar também o caso da escravidão por meio da diferença religiosa. Durante setecentos anos antes de 1450 os estados mulçumanos conheceram a escravização por meio do islamismo. Os povos islâmicos tornavam escravos pessoas que tinham uma religião diferente da sua e seus escravizados eram utilizados como militares, em atividades administrativas e domésticas. Através, da guerra santa o islamismo se expandiu pela Arábia, norte da África e Golfo Pérsico e, neste sistema, os escravizados não eram subjugados pelo critério da cor, mas por meio da diferença religiosa. Os escravizados vinham da Europa Ocidental e dos estepes da Rússia, eram em grande parte prisioneiros de guerra, não mulçumanos que tinham resistido a aderir ao islamismo. Porém, a exigência de que os escravos fossem pagãos e a necessidade gradativa do mundo mulçumano de importar escravizados fez com que o norte da África despontasse no abastecimento deste mercado (LOVEJOY, 2002, p. 47-48).

Assim muito antes do século XV havia uma escravização por meio da distinção religiosa, e esse meio de escravizar acabou interligando o norte da África com

a região ocidental e foi responsável em grande parte por organizar a expansão da escravidão atlântica no período moderno. Assim Portugal utilizou o discurso de diferença religiosa como justificativa para expandir e adentrar na relação escravista com os povos africanos. Os interesses comerciais dos portugueses estavam em torno de estabelecer um comércio monopolista de escravos nos principais portos da África Ocidental. Nas cartas analisadas nesta dissertação, os discursos de cunho religioso dos padres católicos estavam impregnados de todo um conjunto de sentidos e valores que legitimaram a necessidade do domínio comercial português nessas regiões. As narrativas dos padres aparecem defendendo o que seria a existência de um comércio “santificado” entre povos africanos e portugueses, em que a escravidão mortificava os pecados dos africanos pagãos por meio da tortura da carne no novo mundo, pois, teriam suas vidas gentias purificadas (KOK, 2001).

Serra Leoa era uma terra rica em mercadorias desejáveis, de fácil acesso e que expandiria os domínios portugueses, contendo em contrapartida a expansão do comércio francês e inglês na costa ocidental africana. Por fim, a receptividade para a conversão era um forte argumento para a entrada dos jesuítas na região o que interessava tanto os caboverdianos quanto a companhia de Jesus que nisso se empenhou (RIBEIRO, 2016, p. 176).

Dessa maneira a escravidão por meio da salvação das almas gentias se tornou o principal símbolo que justificava o poder de Portugal sobre as mercadorias e sobre os escravizados que circulavam da África para o Brasil. Esse processo era marcado pela oficialização do cristianismo e batismos dos reis que governavam as nações africanas. Porém, ao redimensionar a perspectiva para o modo como os povos africanos se posicionavam e se relacionavam com a estrutura transatlântica, e se analisarmos as relações partindo inicialmente da África orientadas para o Brasil veremos que esta percorreu, em parte, os interesses geopolíticos dos africanos.

Nos códigos interpretativos dos povos europeus, a religião cristã serviu para justificar o processo de escravização mercantil para o Atlântico sul. Catequizar, batizar e purgar os pecados por meio da mortificação do corpo, através do trabalho, seria o objetivo central da escravização. Os discursos sobre o paganismo e a cor negra fundamentados nos mitos bíblicos foram os critérios que mostraram a necessidade de escravizar para civilizar (KOK, 2001). Enquanto isso, para os africanos, o cristianismo, no processo de difusão de suas práticas ritualísticas na África ocidental, foi

reinterpretado de acordo com os valores religiosos africanos fazendo com que o controle da prática ritualística cristã para os africanos conferissem poder social e político no interior de suas organizações, o que influenciou na possibilidade de aumentar o número de escravizados e estender suas relações com outros povos (PEREIRA, 2013).

O projeto dos portugueses de estabelecer o cristianismo na Guiné para, assim, monopolizar as relações comerciais com os povos que viviam nesse território foi um projeto que não teve êxito, pois o cristianismo enquanto prática religiosa foi interpretado e utilizado pelos povos africanos como estratégia geopolítica acionada de acordo com seus próprios interesses e menos de acordo com os objetivos imperialistas e monopolistas de Portugal.

Em discurso da carta escrita para a coroa portuguesa pelo governador Diogo Ramires Esquivel, morador da ilha de São Thiago da Ribeira Grande, tem-se uma narrativa em que se pode discutir sobre a difusão do cristianismo em Guiné como matéria central para a relevância comercial entre os portugueses e povos africanos, ao mesmo tempo em que se pode explanar sobre a forma como os povos africanos incorporavam e articulavam as práticas do cristianismo e as utilizavam de acordo com seus próprios interesses.

Na fonte primária intitulada *Carta de Diogo Ramires Esquivel sobre o estado de Guiné* é possível analisar os interesses comerciais escravocratas dos portugueses ao proporem o investimento do Conselho Ultramarino para a divulgação do cristianismo para os povos africanos. Assim, o principal objetivo era tornar os povos africanos fieis e parte do império ultramarino português por meio da cristianização, todavia, por esta ação não ter sido concretizada de forma beneficiável para os portugueses, entende-se que, em certa medida, durante o século XVII não temos a ocorrência de um comércio escravocrata de caráter triangular nos sentido de que Portugal controlava e mediava totalmente as relações que foram estabelecidas entre Brasil e África. Assim devemos enfatizar nas possibilidades de relações comerciais autônomas que foram estabelecidas entre brasileiros e povos africanos. Para Alencastro (2001) o Brasil estabeleceu com a África, por intermédio da escravidão, uma economia Atlântica interligada de tal forma, que comporia um único sistema de exploração colonial bilateral. Desta forma, os brasileiros ofereciam cachaça, jeribita, zimbo ou jimbo e mandioca, em contrapartida, os africanos tinham os escravizados, formando uma intensa relação entre Rio de Janeiro e Angola, especificamente. Lisboa, neste sentido, aparece como uma capital que se mantém e enriquecem com o tráfico negreiro.

Neste sentido, os portugueses estavam imersos nesta teia (Brasil-Atlântico-África) explorando e comercializando com os povos do continente africano, e não sendo os controladores deste sistema.

### 3.3.2 Estrutura social da escravidão

Tema	Escravidão na base organizativa dos povos africanos da África Ocidental entre 1685 e 1699
Objetivos	<p>Compreender como estava disposto o sistema social de linhagem doméstico na África ocidental.</p> <p>Perceber a importância da escravidão para organizar e formar as sociedades africanas.</p>
Tempo estimado	45 minutos
Disciplina envolvida	História
Procedimento metodológico	<p>O debate será guiado pela apresentação de slide em que o docente promoverá uma fala inicial sobre cada questão e em seguida ouvirá as perguntas e opiniões dos alunos.</p> <p>É importante que os discentes possuam uma cópia do fragmento documental da carta que será analisada sob orientação do professor durante a aula.</p> <p>A partir da leitura prévia sobre a fonte primária feita pelo professor, ocorrerá um debate em sala de aula, mediados pela intervenção do docente, em que os alunos serão incitados a expor suas impressões e questionamentos sobre a fonte.</p> <p>Roteiro da discussão:</p> <p>Qual o sistema social no qual a escravidão africana estava organizada?</p> <p>Como a escravidão formou o sistema de linhagem/doméstico na África ocidental?</p> <p>Por que na descrição do padre Frei Francisco de la Mota os africanos</p>

	<p>escravizavam e vendiam seus parentes? Como esta questão apareceu nos estudos e pesquisas de História sobre o tema?</p> <p>Como o escravo era interpretado e entendido nas sociedades africanas?</p> <p>Como a escravidão africana se diferenciou da que foi estabelecida no Brasil?</p>
Avaliação	Será avaliada a participação dos discentes em sala de aula. Assim, como seu empenho em organizar uma resposta escrita sobre a seguinte questão: Como a escravidão organizou o sistema social dos povos africanos?
Materiais Necessários	Xerox da carta, resumo do conteúdo impresso, folha sem pauta, pincel quadro acrílico, Projetor Multimídia (Data Show).
Sugestão de Leitura	<p>MEILLASSOUX, Claude. <i>Antropologia da Escravidão- O ventre de Ferro e o Dinheiro</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.</p> <p>REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. In: <i>Estudos Afro-Asiáticos</i>, n. 14, set. de 1987, p. 5-21. Rio de Janeiro: Elisever, 2004.</p>

### Apresentação do Conteúdo

A haçer negoçio, tienen este estilo, segun estoy informado: si alguna mujer quiere vender alguns su hijo. Hega a su veçina y diçela que vaya a venderle su hijo por contas o abolorios, que si ella tiene algun que vender, ella se le venderá reciprocamente. Y de este modo se venden em dichos rios muchos ninos salidos assi de dichos Limbas. Y no es creible que los vendan las tales madres com suficiente necessidade, porque de ordinário as cosas que reçiben de los blancos ostentaçion em ta muerte. que la haçen de que se conozea que tenia cosas de blanco. Y lo sacan todo a plaça el dia del enterramiento como por experieçia vemosen esta isla de Visao: ni ellos haçen dichos ventas por título de necessidade. Sino por costumbre<sup>27</sup>.

El segundo modo es que quando alguno muere entre ellos. Uno pariente suyo hereda toda su família, mugeres, hijos e esclavos. Com derecho. Bien tuerto, para vender a todos por esclavos. Y lo haçen assi

<sup>27</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.



muy de ordinário por qualquer enojo que den al tio, o por no gostar de ellos, o por ofrecersele ocasion de mercador que los compre<sup>28</sup>.

Referionos una esclava su cautiuerio. E fue assi: Casose una hermana suia. Y el marido gastó una baca en el conbite de la boda. A hermana com dos hios que tenia y los vendió por resarçir el gasto de la baca<sup>29</sup>.

Nas sociedades baseadas pelas relações de parentesco/linhagem a escravidão dos sujeitos poderia ocorrer por meio da diferenciação social entre os indivíduos que faziam parte e compunham os laços de parentesco em detrimento das pessoas que foram tidas como estrangeiras e que eram aglutinadas na sociedade por meio da captura e da guerra. Geralmente os estrangeiros eram vistos como sujeitos diferentes, portanto, a ausência do laço de parentesco era uma forma comum de diferenciação particular (LOVEJOY, 2002, p. 31). Na escravidão de parentesco/doméstica um grupo de pessoas oriundas de uma ancestral comum poderia formar grande unidade familiar, que seriam ampliados na medida em que sua linhagem obtivesse e agregasse mais escravizados (THORNTON, 2004, p.130):

A escravidão foi tão importante na África e a levou a exercer um papel tão significativo no continente. Se os africanos não eram proprietários de um fator de produção (terra), eles poderiam possuir outro, o trabalho (o terceiro fator, o capital, era relativamente insignificante antes da revolução industrial). O capital era relativamente privado do trabalho facultou ao empreiteiro africano uma geração de riqueza estável. A propriedade ou o controle do trabalho poderia ser desenvolvido por meio da linhagem, em que os membros mais jovens subordinavam-se aos mais velhos (...) (THORNTON, 2004, p.138).

Segundo Thornton (2004) a escravidão na África estava na base do sistema social de parentesco/linhagem ou doméstico que organizou e formou os grupos sociais. O escravo foi entendido como propriedade que poderia ser vendido ou trocado para ser utilizado em diferentes posições e profissões como força de trabalho. O casamento era uma das formas de se estabelecer este vínculo de dependência, pois, os homens teriam a seus serviços a força de trabalho de suas esposas, por isso, quem possuísse extensos

---

<sup>28</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.*

<sup>29</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.*

haréns de esposas tinha grande quantidade de mão de obra disponível. Assim, era visto como rico e poderoso, possuindo status político e econômico (THORTON, 2004, p.139). “(...) as sociedades possuíam essa instituição, e tendiam a definir os escravos do mesmo modo como membros subordinados da família” (THORTON, 2004, p.139).

Para Lovejoy (2002) a escravidão na África foi conceituada e definida como uma forma de exploração da força de trabalho de um indivíduo ou mais. O escravo era uma propriedade, alienada por sua origem por derivações judiciais ou outras. Assim, nesta relação entre senhor/escravo o primeiro teria como direito o completo uso e controle sobre a vida, sobre sua sexualidade e das forças reprodutivas de seu escravizado (LOVEJOY, 2002, p.29). Enquanto, propriedade o escravo era um bem móvel, ou seja, poderia ser vendido ou comprado. “Por ser bens móveis poderiam ser vistos como mercadoria. Instituições religiosas, unidade de parentesco e outros grupos na mesma sociedade não protegiam os escravos como pessoas perante a lei, ainda que o fato de os escravos serem também seres humanos fosse algumas vezes reconhecido” (LOVEJOY, 2002, p. 30).

Além da escravidão nas sociedades de linhagem/doméstica apresentadas acima, Meillassoux (1995) identificou a escravidão teria se configurado em outras organizações sociais na África Ocidental. Assim, houve a escravidão particular e estatal que era comum nos impérios e reinos. As pessoas que se tornavam escravos devido a serem prisioneiros de guerra do estado e que não pertenciam à religião islâmica foram destinadas ao trabalho nas lavouras públicas e a eles seria designada uma educação religiosa. O trabalho e a instrução religiosa levariam ao indivíduo escravizado, em longo prazo, a integrar no grupo, no qual, foi inicialmente escravizado. Sobre os escravizados particulares, seus senhores os destinavam para lutar em guerras e para outros diversos trabalhos, como o artesanal.

Sobre a importância da dimensão da escravidão para a formação dos estados africanos na África Ocidental, podemos entender que a escravidão teve a finalidade de promover o fortalecimento político e militar de suas fronteiras organizacionais, assim como compor demograficamente a população que formaria a civilização. Assim, “Por mais poderosos que fossem esses escravos armados, como todo escravo eles tinham regras estritas de convivência com os livres. Podiam influir nas decisões políticas, mas não podiam ser chefes políticos. Não podiam casar” (REIS, 1987, p. 13).

A prática da escravidão como uma necessidade de fortalecimento das estruturas sociais, políticas, econômicas e militares fizeram com que a principal forma

de organização étnica fosse a estabelecida por meio do sistema doméstico/linhagem em que havia o pertencimento de um indivíduo sobre o outro. Desta maneira, pessoas estavam sob o poder de outras de tal modo que aos senhores cabiam o destino e posição social que o escravizado iria ocupar e exercer. Assim, foi comum a disposição (venda/troca) de pessoas por outras em vistas dos mais diversos interesses (MEILLASSOUX, 1995, p. 35-49).

A escravidão como uma estrutura social que formou as relações domésticas e de linhagem de caráter patrilinear possibilitaram a manutenção do sistema mercantil transatlântico de africanos entre África e Brasil. A escravidão como signo e eixo que interligou povos, culturas, organizações sociais, políticas e econômicas dentro da África e fora dela fizeram com que suas dimensões só pudessem ser entendidas a partir do conceito de zona de contato, estabelecido por Mary Louise Pratt (1999), como o encontro dos signos e simbolismos que conectam e interligam os povos nas suas relações sociais. Desta maneira, a escravidão só pode ser entendida de maneira ampla se a considerarmos como um mosaico em que diferentes partes de sentido compõem uma macroestrutura. Assim, não existe um sentido e interpretação que consiga abarcar de forma totalizante o fenômeno da escravidão na África e sua diáspora para o Brasil. Mas temos sempre que considerar dentro de uma zona de contato como a escravidão foi incorporada e praticada pelos grupos e povos envolvidos neste sistema.

Se nos debruçarmos sobre os signos e simbolismo da escravidão que interligaram África com o Brasil nas relações e conexões transatlânticas. Veremos que para as nações europeias e traficantes brasileiros o tráfico de escravizados foi impulsionado e legitimado pelos interesses comerciais, ou seja, o escravo funcionava como uma força de produção que poderia ser comprado e engendrado no trabalho compulsório. Esta relação de caráter comercial que o tráfico de escravizados ganhou para o Atlântico foi justificada pelo discurso civilizatório dos padres em que o cristianismo levaria a salvação das almas africanas que seriam purgadas pelo seu paganismo no novo mundo.

Em contraponto, o escravo dentro das sociedades africanas não representava a força de produção, mas o próprio modo de produção, propriedade que construíram as nações, bem como definiram suas relações sociais. A venda e a compra de escravizados para as nações africanas representava em determinada dimensão a expansão de suas estruturas organizativas sociais e políticas. Ou seja, uma nação ao agregar escravizados em sua linhagem estava expandindo e fortalecendo seu estado. Nas nações africanas o

escravizado bem como os meios que justificavam o sistema de obtenção de escravos ganhou uma ampla, diversificada e diferente sentido se comprarmos com o universo das nações europeias e dos traficantes brasileiros que comporão o sistema de tráfico de escravizados africanos no Atlântico.

Segundo Thornton (2004) o continente africano abarcou um desenvolvido e complexo sistema comercial mercantil intra-africano que se expandia através de múltiplas rotas para o além-mar. Desta maneira, este pesquisador afirmou que muitos dos produtos que os europeus ofereceram nos mercados de África já eram conhecidos e comercializados pelos povos africanos. Assim, os produtos que os europeus vendiam em África, os africanos já possuíam em melhor estado de qualidade. Assim Thornton (2004) refutou a tese de Rodney (1972) que tinha afirmado que a Europa teria contribuído para o subdesenvolvimento dos povos africanos, pelo fato de ter estabelecido um comércio desigual com a África, tendo em vista que, a Europa comercializava produtos manufaturados e industrializados enquanto que os povos africanos só podiam ofertar mão-de-obra escrava e produtos naturais. Não se quer neste trabalho tomar uma posição sobre os efeitos da escravidão em longo prazo para as estruturas sociais na África, mas se quer ressaltar que na perspectiva dos africanos a escravidão ganhou múltiplos sentidos que estiveram para além dos interesses comerciais interpretados pelos primeiros estudos historiográficos sobre o tema e que ainda se reverbera nos manuais didáticos de ensino de História básica. Desta forma, este conceito deve ser recolocado pelo docente na sala de aula.

Porém, no nível analógico de comércio esta relação transatlântica mediada pela escravidão como eixo norteador tinha uma conotação muito mais ampla e diversificada para os africanos. Os estados estavam oferecendo, bem mais, do que mão-de-obra e força de trabalhado, pois, estavam participando de conexões que envolviam a própria constituição de suas organizações sociais. Neste sentido, os povos africanos estavam expandindo sua propriedade, portanto, ampliando seus horizontes políticos e econômicos. Desta forma, podemos dizer que nas fronteiras de zona de contato onde podemos entender como os sentidos se conectam e são apropriados e resinificados, que a escravidão em determinada dimensão teve o interesse comum de enriquecimento e ampliação de poder entre os povos envolvidos.

Os sentidos e as práticas da escravidão para os povos envolvidos foram mais abrangentes do que meramente transações de venda e compra de mão-de-obra. Nos setecentos estava-se montando o que seria mais tarde um consolidado comércio

Atlântico sul que não poderia ser pensado necessariamente pelas estruturas que explicaram a História da organização econômica da Europa, pelas categorias marxistas como propriedade (terra), meios de produção (força de trabalho) e modos de produção (indústrias e manufaturas).

### 3.3.3 Questionando o comércio triangular

Tema	África, Brasil e Portugal entre relações comerciais possíveis em setecentos
Objetivos	<p>Perceber que o conceito de comércio triangular não abarcou por completo as relações que ocorreram entre África e Brasil.</p> <p>Entender que a África e o Brasil possuíam relações comerciais autônomas e específicas.</p>
Tempo estimado	45 minutos
Disciplina envolvida	História
Procedimentos metodológicos	<p>Por meio de slide professor irá realizar uma aula expositiva dialogada em que poderá trabalhar o tema em questão.</p> <p>Roteiro da aula expositiva dialogada:</p> <p>De acordo com os primeiros estudos sobre as relações entre África, Brasil e Europa como estava organizado o comércio triangular?</p> <p>Por que o conceito de comércio triangular não é suficiente para entendermos as relações que foram estabelecidas entre Brasil/África / Europa?</p> <p>Identifique os portos e eixos comerciais que interligava o comércio entre África e Brasil?</p> <p>Como a empresa comercial escravocrata africana se articulou com o comércio agroexportador no Brasil?</p>
Avaliação	Será avaliada a participação do discente, bem como seu engajamento durante a aula

	expositiva.
Materiais Necessários	Notebook Projektor Multimídia (Data Show)
Sugestão de Leitura	RIBEIRO, Alexandre Vieira. O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830, 2005, 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. RIBEIRO. Francisco Aimara Carvalho. No Rastro do Viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no tratado Breve, de André Alvares de Almada (1550-1625). 2016. 300 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói.

### Apresentação do Conteúdo

esta praça de Cacheo a tenho fortificado e o gentio circunuezinho muito humilde e quieto e os moradores hures das arruinado com os Françaes, e Inglezes, como largamente tenho manifestado a V. Magestade nos avizos que tenho feito, sendo os Françaeses que mais danno nos fazem hoje, pelos muitos nauios que tem metido nestes portos fazendose Senhores de toda esta Costa athé Cabo de Boa Esperança, como se verá pella ordem que tem de seu<sup>30</sup>.

Eu ElRei. Faço saber a vós José Pinheiro, que por ser conveniente a meu serviço que com efeito se faça a Fortaleza, a que já em outro tempo se mandou dar princípio na ilha de Bissau, aproveitando-me agora daquela boa vontade com que El Rei de Bizáo se oferece, e me pede que mande fazer esta Fortaleza, para com ella evitar o comercio com os estrangeiros, que frequentam muito aquellas ilhas, e se entender que a dita Fortaleza, não só temporalmente será de aumento ao comercio, e de segurança ao das Ilhas de Cabo Verde e Cacheu, mas que tão bem espiritualmente resultará a disposição para se converterem a nossa Santa Fé os gentios habitadores daquelas Ilhas:<sup>31</sup>//

Eu El Rey. Faço saber aos que este meu alvará em forma de ley virem. Que tendo consideração a proceder um dos principais danos eles os meos vassalos na Costa de Cacheo do que tem com vender a estrangeiro os panos e ropas que se fazem nas ilhas de Cabo Verde, e que todos os panos e ropas que se fazem nas ilhas de Cabo Verde. E que todos aquellos os meos vassalos que nas mesmas ilhas e nas Costas de Guiné tiverem este comercio ou qualquer outro com

<sup>30</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004*: Carta de António de Barros Bezerra a sua Magestade El-Rei , 24.06.1686.

<sup>31</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004*:Regimento capitão-Mor da ilha de Bissau, 24.10.1698.

estrangeiros, por sy ou por interpostas pessoas. emcoorerão em pena de morte. E que esta se execute seido achados no dito comercio.<sup>32</sup>

Objetivando a monopolização comercial nos portos da África Ocidental os portugueses construíram um forte na Praça de Cacheo e Bissau, visando dificultar o acesso dos franceses, ingleses e espanhóis no território e assim assegurar um comércio monopolizado com os africanos (RIBEIRO, 2016, p. 156). Na carta do padre Antonio de Barros Bezerra destinada ao rei de Portugal escrita em 1686 e também na carta de regimento destinado ao capitão-mor José Pinheiro pelo rei de Portugal D. Pedro II em 24 de Outubro de 1698 podemos analisar a tentativa de Portugal em controlar e monopolizar o comércio com as nações africanas. O rei de Portugal ordenou a partir das ordens e permissão do rei de Bissau que o porto de Cacheo fosse fortificado com a construção de uma fortaleza. Mesmo com a fortificação da praça de Cacheo o comércio dos povos africanos com os franceses e ingleses era algo que não conseguia ser controlado pelas nações portuguesas.

Pois, foram as nações africanas que regulamentaram e regeram as relações comerciais no interior da Senegâmbia, igualmente controlaram as dinâmicas que estavam voltadas em direção ao Atlântico conectando o Brasil (RIBEIRO, 2016). No século XVII os povos da África possuíam um articulado sistema escravagista de caráter comercial que interligava Serra Leoa, Cabo Verde, Ilhas de Santiago, Ribeira Grande, Soledade, Ilha da Madeira e Costa da Guiné em um comércio tanto bilateral com o Brasil, como também multidirecional (RIBEIRO, 2016).

O comércio de escravizados, marfim e cera estava organizado nas ilhas de Serra Leoa, Cacheo, Bissau, Bijagoz e nos rios Grande, Geba e Nuno. Em vista do comércio na África Ocidental ser regido pelas forças africanas, Portugal em 23 de Janeiro de 1687 divulgou um Alvará em forma de lei que restringia e punia o comércio em Guiné dos povos africanos com os espanhóis, ingleses e franceses. O rei de Portugal ao decretar este alvará exigiu que os povos africanos que comercializassem com os portugueses não tivessem o direito de estabelecer relações com outras nações europeias, estando sujeito a pena de morte caso tal povo infringisse esta lei e vendessem escravizados, marfim, tecidos, panos para os ingleses, franceses, espanhóis e holandeses. Este Alvará promulgado no final do século XVII evidenciou que mesmo

---

<sup>32</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Alvará sobre os panos que se faziam nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné, 23.01.1687.

neste período Portugal estava distante de estabelecer uma companhia monopolista nos entrepostos da África Ocidental.

O padre Antonio de Barros Bezerra escreveu em 1686 para o rei de Portugal relatando sobre o comércio entre as nações europeias e os povos africanos na Guiné. Fazendo uma breve análise do conteúdo da carta identificamos que o objetivo da carta foi de apresentar que os portugueses não conseguiram exercer controle e monopólio comercial com os povos africanos. Desta forma, Franceses, Ingleses, Holandeses, espanhóis e traficantes brasileiros comercializavam livremente com os povos africanos nos portos de Cacheo e Bissau montando um comércio transatlântico multidirecional e estabelecendo conexões bilaterais próprias e autônomas em relação a Portugal.

Mesmo com a construção de um forte em Bissau e da promulgação de alvarás em forma de leis vemos o quanto foi inviável para os portugueses controlar o comércio com os povos africanos em direção ao Brasil. Neste sentido, os portugueses estavam longe de exercer imposição na relação comercial com as nações africanas, estes últimos eram vistos como parceiros comerciais, assim a nação portuguesa deveria se ajustar e se articular de acordo com as demandas e ações africanas do que realizar uma imposição política e econômica no território (RIBEIRO, 2016, p.45)

Como Portugal não conseguia estabelecer um comércio monopolista, mas sim ser apenas mais uma das nações que interagiam com os povos africanos, os portugueses exigiram que as conexões econômicas entre Brasil e África fossem fiscalizadas pelo coroa que deveria ganhar na taxa que cobrava dos navios que embarcavam dos portos da Guiné e atravessavam o Atlântico e desembarcavam no Brasil. No entanto, esta cobrança de taxa sobre a circulação dos navios não retirava a autonomia comercial entre Brasil e África que embasou as relações entre os dois lados do Atlântico. Tendo em vista que, o tema do comércio de escravizados africanos ganhou uma dimensão interpretativa mais ampla e profunda nos últimos decênios pela historiografia (RIBEIRO, 2016, p.61).

Durante todo o período que correspondeu à modernidade o principal produto de exportação do Brasil foi o açúcar. Os principais eixos comerciais eram a capitania de Pernambuco e a Bahia. A elite colonial formada pelo comércio do açúcar no Brasil não realizou um financiamento massivo sobre o tráfico de escravizados. Mesmo no século XVII quando o preço do açúcar no Brasil estava relativamente alto o suficiente para que os senhores de engenho conseguissem custear a compra de escravizados no mesmo momento em que obtinham algum lucro com a exportação do



açúcar, isso não ocorreu. A tarefa de custear o tráfico e a compra de escravizados africanos não era realizada pelos senhores do açúcar e muito menos Portugal financiou ou manteve o comércio transatlântico de escravizados africanos. A função do império português foi de obter taxas alfandegárias sob as mercadorias que saíam dos portos africanos em direção ao Atlântico sul e desembarcavam no Brasil, desta maneira, desde seu início o centro comercial baiano possuiu dificuldades com a política de fiscalização dos portugueses (RIBEIRO, 2005, p. 19).

Assim a principal empresa comercial que conectou o dos lados do Atlântico durante toda a modernidade foi a escravidão. Apesar do comércio transatlântico de africanos ter se articulado de acordo com as necessidades das empresas comerciais do Brasil, o negócio do açúcar, por exemplo, não influenciou de forma decrescente no fluxo de escravizados para o Brasil:

O movimento de escravos africanos no porto de Salvador reflete a queda das partidas de negreiros a partir do final da segunda década do século XVIII enquanto que no Rio de Janeiro notamos uma oscilação contrária com tendência de alta que perdurou até os últimos dias da legalidade do tráfico. Rio e Salvador disputavam o mesmo mercado consumidor de mão-de-obra na primeira metade do século XVIII, representado majoritariamente pela região das Gerais. Entre os períodos de 1718 a 1748 as quedas no tráfico carioca representavam contrariamente um aumento do tráfico baiano, e vice-versa, tal qual um espelho invertido. A partir da metade do século XVIII, os movimentos de entradas nos dois portos seguiram tendências parecidas, apenas o porto carioca apresentando um volume maior (RIBEIRO, 2005, p. 26).

Portanto, a empresa transatlântica de escravizados africanos para o Brasil foi se readaptando de acordo com os sistemas econômicos que iam se reconfigurando no decorrer dos séculos no Brasil. Pois, o comércio transatlântico de africanos se intensificou mesmo com o fim próximo da legalidade do tráfico no final do século XVIII. Com a alta do preço dos escravizados devido a demanda por mão-de-obra nas minas, muitos brasileiros se aventuraram na prática de traficantes, com isso, houve o aumento do número de navios concorrentes nos portos africanos o que causou a valorização e, portanto elevação do preço do escravizado pelos comerciantes africanos:

Se nas três primeiras décadas do século o comércio com a zona ocidental da África representou cerca de 60% de todos os escravos exportados para o Brasil, no decorrer do século esse percentual vai ser reduzido continuamente chegando na década de 80 à marca de apenas

14%! É significativo notar que é justamente nos últimos anos desta década que se iniciou a recuperação do tráfico entre o porto de Salvador e a Costa da Mina. Os números referentes ao último decênio do Setecentos (24%) e ao primeiro do Oitocentos (27%) nos mostram a recuperação da importação de escravos da África Ocidental para a América portuguesa (RIBEIRO, 2005, p. 28).

“Em 1600, a região fora responsável pela venda de aproximadamente 5.000 cativos. No findar do século XVIII, este número chegou a cerca de 25.000 escravos, o que representava mais da metade do total de exportação africana no período (RIBEIROS, 2005, 48)”. Em meados do século XVII podemos houve de forma gradativa um crescente aumento do volume de escravos exportados da África Ocidental, posteriormente, em 1650 a demanda por mão-de-obra africana nas áreas agrícolas no Caribe juntamente para América Portuguesa. Nas estimativas de africanos exportados, em 1600 o fluxo foi de 9.500, atingindo 13.800 em 1650, avançando para 36.100 em 1700. O intenso e gradativo aumento do comércio significou uma mudança quantitativa e não qualitativa das relações comerciais entre traficantes brasileiros e portugueses com os comerciantes africanos (RIBEIRO, 2005, 48).

Desta forma, no final do século XVII, ocorreu uma baixa do preço do açúcar brasileiro devido à concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas pelos franceses, ingleses e holandeses. Destes locais na década de 1680 os europeus suprimiram seus mercados internos, reduzindo sua participação nos portos do Brasil (RIBEIRO, 2005, p. 19):

Se na década de 1630, cerca de 80% do açúcar comercializado em Londres era de origem brasileira, por volta de 1670, essa participação caiu para 40%, chegando no ano de 1690 a apenas 10%. Com o fomento da fabricação açucareira em escala mundial, os produtores brasileiros foram perdendo a sua capacidade de lidar com a queda do preço deste produto no mercado internacional (RIBEIRO, 2005, p. 19).

A concorrência do açúcar das índias ocidentais impactou seriamente no desenvolvimento da economia colonial do nordeste da América portuguesa, partes dos mercados que dependiam deste sistema de exportação foram se extinguindo. Com o decréscimo da economia do açúcar e o aumento do preço do escravizado, os senhores de engenho com pouco ou quase nenhum recurso para a manutenção do sistema de plantation, fizeram com que o tráfico de escravizados africanos já no século XVII se

relocasse para a região centro sul do Brasil, onde se precisava de trabalhadores para realizar o processo de extração de ouro (RIBEIRO, 2005, p. 20).

Assim, a queda da produção do açúcar no século XVIII não implicou em um decréscimo da empresa comercial escravocrata transatlântica entre Brasil e África. A partir do século XVII até meados do século XIX o fluxo de escravizados africanos apenas aumentou no continente africano para o Brasil, dando evidência para um intenso comércio bilateral organizado pela escravidão entre os dois lados do Atlântico. Ou seja, devido o próprio caráter da produtividade do Brasil ser realizada e estruturada pelo comércio exportador, podemos entender que quem mais se beneficiou e enriqueceu nesta estrutura econômica eram os traficantes de escravizados (RIBEIRO, 2005). Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo setor agroexportador açucareiro, o comércio transatlântico de escravizados africanos para o Brasil foi uma empresa comercial estável que ganhou maiores proporções no final do século XVII, conseguindo obter efetivos lucros e se auto gerenciar e financiar durante toda a modernidade.

No que tange as transações comerciais entre África e Brasil a nação brasileira em troca de escravizados ofereceu uma série de produtos agrícolas que eram produzidos em menor escala se comparado com as economias agroexportadoras que já conhecemos, sendo estas, o açúcar, ouro e café. No início do século XVII o Rio de Janeiro começou a aumentar seus índices demográficos, e já possuía a existência de um notável comércio de farinha de mandioca entre o Rio de Janeiro e Angola. “As naus que navegavam do reino para Angola, (que no Rio) carregam de farinha da terra, de que abunda toda esta capitania em grande quantidade, e dali a levam para Angola, onde se vendeu por subido preço (Ambrósio Brandão Fernandes, 1960, p. 36 apud Maurício de Almeida Abreu, 2011, p. 30)”.

A importância da farinha de mandioca para a articulação de um comércio entre Brasil e África também foi trabalhada por Luís Felipe de Alencastro, onde este pesquisador destacou a relação comercial deste produto do Rio de Janeiro com a Angola:

Navios de Lisboa embarcam mandioca no Brasil, em geral no Rio de Janeiro, antes de rumar para os portos africanos. Exportando a produção fluminense e vicentina, a baía de Guanabara enviava cerca de 680 toneladas anuais de mandioca para Angola na primeira década do século XVII. Entregue do outro lado do mar – numa conjuntura em que os assentistas deportavam um número crescentes de escravos e aumentavam o consumo de gênero alimentícios em Luanda –, a farinha de mandioca brasileira valia quatro vezes mais (ALENCASTRO, 2001, p. 251).

As exportações de mandioca impulsionaram decisivamente para a expansão da economia do Rio de Janeiro em direção ao Atlântico. Pois, a farinha de mandioca possuía baixo custo de produção além de acumular capital para a compra de escravizados africanos. A mandioca era uma importante forma de alimento para os navegantes e para os escravizados, o que tornou mais acessível o preço do deslocamento entre Brasil com os portos da África (ALENCASTRO, 2001, p. 251).

Portanto, a atual historiografia setecentista tem apontado que o Brasil em diferentes níveis de autonomia em relação à metrópole comercializou variados produtos nos portos de Bissau e Cacheo que eram valorizados pelos africanos, e foram trocados por escravizados. Desta maneira, o comércio transatlântico de escravizados entre Brasil e África possuiu dimensões bipolarizadas e menos relações e organizações triangulares. No século XIX a farinha de mandioca já era bem consumida pelos mercados africanos. Segundo Luís Felipe de Alencastro o recôncavo da Guanabara abasteceu em torno de 680 toneladas anuais de farinha de mandioca para Angola.

Na medida em que se aumentou o fluxo de escravizados que desembarcavam dos portos de Luanda e Benguela na região centro-ocidental, aumentou o consumo e a comercialização de farinha de mandioca nos portos africanos (ALENCASTRO, 2001, p. 251-256). “Assim como os mercados africanos abasteciam as Américas com mão de obra escravizada, esses mercados também recebiam diferentes mercadorias das colônias americanas, suscitando uma dinâmica complexa que envolvia diferentes interesses” (BEZERRA, 2010, 51).

### 3.3.4 Autonomia africana

Tema	Senhores da África: comércio de escravos na Senegâmbia no século XVII
Objetivos	Identificar a distribuição dos povos africanos no território que correspondeu a Senegâmbia  Perceber a escravidão como um fator comum que interligava os povos no território da Senegâmbia
Tempo estimado	45 minutos
Disciplina envolvida	História

<p>Procedimentos metodológicos</p>	<p>O professor pedirá para a turma se dividir em cinco grupos em cada grupo será entregue uma xerox com a descrição da carta. O professor pedirá para os alunos identificarem elementos da carta que poderá ser anatando no quadro acrílico e ser explorado pelo professor incitando os discentes ao debate sobre as questões apresentadas</p> <p>Roteiro do debate:</p> <p>Identifique o território geográfico que foi explorado pelo padre na carta?</p> <p>Como estava articulado o comércio transatlântico de africanos na África na modernidade?</p> <p>Ao realizarmos uma redefinição do conceito de comércio triangular, como podemos perceber a influência de Portugal nos dois lado do Atlântico?</p> <p>Explane as dimensões comerciais entre Brasil e África?</p> <p>Defina o que podemos entender por comércio multidirecional e como ele se configurou na África ocidental na modernidade?</p>
<p>Avaliação</p>	<p>Será avaliado a participação e engajamento dos alunos durante o debate.</p>
<p>Materiais Necessários</p>	<p>Xerox, pincel e quadro acrílico.</p>
<p>Sugestão de Leitura</p>	<p>CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. <i>Revista Brasileira de História</i>, São Paulo, vol. 26, nº 52, 79-114 (2006).</p> <p>FAGE. J.D. <i>História da África</i>. Lisboa: Edições 70, 2014.</p>

### Apresentação do Conteúdo

Começando por el cabo de Sierra Leona, donde primero aportamos, em cuia comarca estan a la parte del sur de dicho cabo el rio de Magrobonba, habitado de Zapes Manes. Em el mesmo cabo el rio de su nombre, llamado por dicho cabo de Sierra Leona, habitado de zapes Bagas, Bolumos y Logos. Mas arriba costa al norte está el rio Caçeres, habitado tambien de Bagas y Volumes (1), donde van los nauios de Cacheo al trato de la cola. Mas al norte, el rio Samos, el de Tafalis y ponga, todos habitados por Bagas, Sosos e otras naçiones. Em todos estos rios asistieron religiosos de nuestra mission. Y em ellos se compran muchos negros y marfil, y todo va a sion. Y em ellos se

compran muchos negros y marfil, y todo va a parar a los Ingleses, que estan en el se Sierra Leona<sup>33</sup>.

Mas al norte, corriendo la costa, está el rio Nuno, donde no estado religioso, com el qual confinan la tierra adentro los Fulos arriba referidos, los Bagas y otras naçiones. El trato priçipal de este rio es de tintas y marfil: de uno y outro ay gran cantidad. Compranse Tambien algunos negors, que sin duda, o seran de los que hurtan los Fulos o de los que Vagas cautiuan por los chais que arriba tengo referido, pues son de la mesma naçion que los chais que arriba tengo referido, pues son de la mesma naçion que los de Sierra Leona<sup>34</sup>.

A pocas léguas, costa al norte, estan las islas llamadas de los Visogoes (6). Veçinos a esta de Visao. Em que al pressente habitamos. De las quales. Por el continuo comerçio que ay en ellas. Farin y Yebas. Y desta poblacion van allá, tenemos muy expresas y averiguads notiçias. Em dichas islãs es el pondus del contrato de los esclavos, donde nem non ay outro y de donde sal ela mayor parte de esclavos que van a cabo Verde y se compran en estos contornos. Y adonde van todos los anos las mas de las embarcaçiones de estas partes a solo comprar escrauos<sup>35</sup>.

Mas el rio arriba destas islãs estan los Biafares, em tierra firme (rio Grande). Son muchos, no tan ladrones como los antecedentes. Compranse entre ellos no muchos negros, porque no hurtan tantos. Ellos siembran poco, porque su comum exercicio es ocuparse en juïçios, tratando de averiguar cháis y modos y traças de cautiuar y vender.<sup>36</sup>

Despues va corriendo esta costa haçia el norte, hasta el rio de Cacheu, por espacio de 14 o 15 leguas. La qual se diuide de esta isla de Visao con un pequeno braço de agua salada, por donde pasan comunmente las embarcaçiones de estas costas. Está habitado dicha tierra firme de Balantas y Falupos, los quales acostumbran embestir a las embarcaçiones que pasan; y porque comunmente van com armas. Solo haçen su echo quando las van encalladas (que es muy de ordinario, por los muchos vajos) (...) comunmente cautiuan a los pretos (...).<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>34</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>35</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>36</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

<sup>37</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004: Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

Na historiografia clássica sobre o tema a coroa Portuguesa foi apresentada como um império ultramarino que exerceu controle e poder sobre as rotas marítimas que conectavam o norte da África, o oceano Índico, Atlântico, sendo o articulador e controlador dessas relações comerciais, assim foi algo consensual pelas ciências humanas do século XIX que a região do Sudão Ocidental e a costa oriental eram desconectadas do comércio intercontinental. Fage (2014), por exemplo, ao tratar sobre o tema afirmou que o comércio transatlântico de escravizados entre África e Brasil foi controlado por Portugal. Desta maneira, devemos questionar em sala de aula a partir da fonte documental como os portugueses que não conseguiam exercer controle sobre o comércio das demais nações europeias na África estabeleceram total monopólio nos portos de Bissau e Cacheo de maneira a exercer controle sobre as relações comerciais entre Brasil e África?

Referente a esta questão devemos lembrar que desde a segunda metade do século XV, os portugueses tinham conseguido estabelecer fortalezas na costa da Guiné, esta nação objetivou monopolizar o comércio de escravizados com as nações africanas e afastar os competidores franceses e ingleses. No entanto, muito tempo depois, mesmo no século XVII ainda se fizeram fortificações nos portos de embarque de Cacheo e Bissau, pois, o comércio com as nações africanas não tinham sido de fato monopolizados pelos portugueses. Porém, a obra de Fage (2014) apresentou inúmeras passagens que mostraram os portugueses como tendo estabelecido um poderoso império que possuía posse comercial e política na costa Ocidental, região oriental e no norte do continente africano:

O comércio asiático que durante séculos exportava mercadorias, em especial as especiarias com elevada procura na Europa, era de longe muito mais valioso do que o comércio com a África. Era também mais fácil e mais económico para os Portugueses tirar proveito desse comércio, apoderando-se dos pontos estratégicos que dominavam o sistema de navegação estabelecido no oceano Índico, do que empregando os seus recursos limitados para estimular no oceano indico, do que empregando os seus recursos limitados para estimular as sociedades africanas a desenvolver a exportação de produtos ricos para a Europa, sociedades africanas a desenvolver a exportação de produtos ricos para a Europa, sociedades essas que, a parte do Sudão ocidental e a costa oriental, tinham tido poucos ou nenhum contatos com o comércio intercontinental (FAGE, 2014, 239).

O princípio da política portuguesa em África consistia, portanto, em reduzir ao mínimo necessário as responsabilidades territoriais e administrativas á existentes e que pudessem beneficiar o comércio português na Europa ou em qualquer ponto do seu império (FAGE, 2014, 239).

Assim, o comércio transatlântico de escravizados africanos representou, na perspectiva de Fage (2014), uma estrutura organizada de forma triangular, pois, Portugal exercia controle comercial nos portos de Bissau e Cacheo onde desembarcou os navios com escravizados em direção ao Brasil. Fage (2014) defendeu de maneira unilateral e parcial que a África não tinha interesse em construir uma economia de mercado externo voltado para abastecer a Europa com ricos produtos, mas os povos do continente africano estavam apenas interessados em querer somente exportar para as Américas os povos africanos escravizados.

Nesta interpretação generalizada sobre o tema, as nações africanas são apresentadas como sociedades que se anularam desenvolver uma economia promissora exportando ricos produtos para a Europa e se reduziram apenas a exportar escravo para o Atlântico em direção ao Brasil. Esta vertente interpretativa parece reforçar de forma generalizada que a única função da África foi fornecer mão de obra negra africana para os portugueses, resultado em seu subdesenvolvimento na contemporaneidade, pois se eximiu de realizar um comércio mais “digno” com a Europa. Assim os valores morais da contemporaneidade foram utilizados para lê as relações que se deram entre os portugueses e as nações africanas. Além de restringir a análise das conexões transatlânticas escravistas apenas a uma interpretação econômica da Europa sobre a África e menos de como o continente africano interagiu e como percebia o comércio com as nações européias.

Chambouleyron (2006) defendeu a existência de um crescente tráfico negreiro no final do século XVII e início do XVIII entre os portos de Bissau, Cacheo e as ilhas de Cabo Verde com a região do Grão-Pará. Neste momento, a região Amazônica em particular, passava por uma epidemia de varíola que afetava os trabalhadores indígenas, sendo mais intensa a demanda por mão-de-obra africana, a coroa Portuguesa via no tráfico negreiro uma forma de obter lucros na região como também de ampliar seu poder militar, além da construção de uma companhia de comércio do Maranhão instituída em face da lei de 1680 que proibia na região a escravização de indígenas. Todos esses acontecimentos convergiam para que no século XVII ocorresse a demanda por escravizados africanos e fosse estabelecido um comércio transatlântico entre os dois lados do Atlântico, porém, em vés do atlântico sul, a rota que ligava o Estado do Maranhão com a Guiné e Mina foi à rota do Atlântico equatorial (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 82).



Do Brasil, a Companhia de comércio do Maranhão controlava o fluxo de escravizados que viam da companhia de Comércio de Cabo Verde, ambas as companhias eram patrocinadas pelo conselho ultramarino que teria participado com o capital inicial para a intensa relação entre os lados do Atlântico. Segundo Chambouleyron (2006) a coroa portuguesa não só financiava como organizava as relações comerciais entre o Brasil e a África Ocidental, porém, nesta mesma retórica vemos que este autor mostrou que o fluxo de escravizados, bem como, a necessidade da demanda de africanos para o Grão-Pará partiu dos interesses brasileiros para com a África, desta maneira, o controle comercial efetivo do conselho ultramarino sobre os dois lados do Atlântico, pode ser relativizado e colocado em questão (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 82):

De acordo com António Carreira, com o fim do contrato da Companhia de Cacheu, em 1682, “os sócios desta empresa conseguiram transferir os seus direitos” para a Companhia do Maranhão. O contrato de Cacheu, o segundo estabelecido pela Coroa para a região, fora celebrado com o objetivo de reedificar, fortificar e armar a praça de Cacheu, além de estimular o escoamento de seus gêneros e escravos (incluindo-se aí os moradores). Para tanto, o contrato estipulava uma série de vantagens fiscais, além de declarar a liberdade do comércio para os moradores de Cacheu e do arquipélago de Cabo Verde. Como já foi dito, a duração inicial do contrato era de seis anos, o que coincide com a própria criação da Companhia de Comércio do Maranhão, da qual, aliás, também participava Manuel Preto Valdez (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 52).

O principal objetivo deste contrato entre companhias comerciais esteve na necessidade de abastecer o estado do Maranhão com escravizados africanos e de fortalecer a presença portuguesa na Guiné. O final do século XVII foi acompanhado por consolidadas relações comerciais entre Holandeses, Franceses e Ingleses nos portos de Bissau, Cacheo e ilhas de Cabo Verde. Desta forma, a conexão entre a companhia do Maranhão com essas regiões da África Ocidental não eram monopolizadas pelos portugueses, mas a coroa de Portugal, em determinada medida conseguia interceder um comércio entre as duas margens do Atlântico, porém, acompanhado por certas nuances de autonomia entre Brasil e África (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 101).

O recorte territorial analisado nas cartas que devem ser enfatizadas em sala de aula correspondeu a Grande Senegâmbia ou como também chamado Guiné do Cabo verde. Este espaço geopolítico foi definido e conceituado na tese de Francisco Aimara

Carvalho Ribeiro (2016) como uma região que abrangeu as bacias do rio Senegal e Gâmbia, incluindo o Futa Jalom e todo o território da costa atlântica percorrendo o rio Konlonté, em direção as ilhas de Cabo Verde até os limites de Serra Leoa e da ilha de Santiago. O Futa Jalom é o nascedouro da maioria dos afluentes que banharam a região. Deste local surgiram os rios Níger, Senegal, Gâmbia, Casamance, Geba, Corubal, Nunez e Sacrcies onde aconteceu grande parte da comercialização de escravizados e circulação de mercadorias que conectavam as relações entre os povos africanos muito antes do tráfico transatlântico para as Américas (RIBEIRO, 2016, p. 17).

Sobre a organização das sociedades africanas, os povos da África Ocidental construíram estados e confederações por toda parte do Senegal e da Gâmbia. O trabalho de Ribeiro (2016) denominou o termo confederação para caracterizar a disposição desses povos na região da Senegâmbia, na ausência de terminologias mais apropriadas para o contexto e organização dessas estruturas. Pois, segundo Ribeiro (2016) a historiografia sobre o tema utilizou até então os termos: estado, confederação, império e reinos para definir e entender as disposições dos povos do continente africano, e estes conceitos pertenceram como uma terminologia geopolítica utilizada para e pelo ocidente europeu. É importante deixar evidente que estas categorias conceituais não conseguiram, por si só, apresentar e abarcar de forma precisa a composição, no qual, os povos da África ocidental estavam estabelecidos.

O termo confederação foi por Ribeiro (2016), entendido como uma definição que se aproximou da organização política que dava unidade as estruturas sociais africanas, já que o poder estava distribuído em determinadas mãos e não estava segmentado no interior de uma hierarquia, tendo em vista que, cada líder político dentro da confederação ocupava posições diferentes não estando necessariamente em posições superiores ou de subalternidade (RIBEIRO, 2016, p. 31). Os povos Jalofos, por exemplo, se localizaram nas fronteiras do norte com o rio Senegal, ao sul com o rio Gâmbia e ao leste com o Futa Toro senegalês, terra onde se localizava o povo Fula. Os Jalofos eram matrilineares e exímios guerreiros, enquanto que os Fula era de linhagem patrilinear, porém foram mulçumanos assim como os mandingas e Barbacins (RIBEIRO, 2016, p. 47).

Os povos Mandingas, Banhuns e Brafadas da Senegâmbia estavam conectados por redes de mercado que interligavam a região da Guiné-Bissau, por toda a Gâmbia, até o Futa Jalom, percorrendo o arquipélago dos Bijagós, na zona alagada da linha rios indo de encontro com os mercadores produtores de cola em Serra Leoa. A

rede costeira e ribeirinha Beafada-Sape estava articulado com o sistema mercantil da África Ocidental. As rotas comerciais costeiras, fluviais e caravaneiros já eram consolidados e estabelecidas há séculos antes do comércio de escravizados nesta região serem direcionados para o Atlântico (RIBEIRO, 2016, p.42).

Marinheiros Beafadas comercializavam nos rios: Grande, Geba e Corubal, comprando noz de cola, pimenta e outras mercadorias primárias dos mercados Bagas, Temnes e Bolões. O comércio dos rios Cacheu, Casamance, Gâmbia até o Petite e Cabo Verde eram controlados pelos Papeis, Bahuns e Niominkas, em que trocavam sal, grãos, peixe seco e outros gêneros alimentícios. Os Bahuns enriqueceram trocando manufaturas de ferro, têxteis e várias outras mercadorias com as redes mercantis dos Mande e Beafada-Sape por cola e pimenta malagueta (RIBEIRO, 2016, p.43). As feiras ocorriam nas aldeias próximas dos rios Casamance e Cacheu, onde se reuniram milhares de sujeitos e produtos dos arredores e de locais distantes, onde comercializavam mantimentos e escravizados (RIBEIRO, 2016, p. 44). “Os relatos de Almada e Donelha apontam que os potentados locais determinavam o funcionamento do tráfico de escravos, fiscalizavam e cobravam seus direitos. A soberania dos territórios permaneceu, até finais do século XIX, nas mãos dos poderes africanos (RIBEIRO, 2016, p. 44)“.

Portanto, na região que correspondeu a Senegâmbia ou Guiné de Cabo Verde houve um consolidado comércio de escravizados anterior a intensificação do tráfico transatlântico de africanos, sendo organizado por uma multiplicidade de povos denominados como Biagós, Bahuns, Beafadas e Mandinga. Posteriormente, estes povos articularam um comércio transatlântico de escravizados que se conectaram com as dinâmicas comerciais das nações europeias e dos traficantes brasileiros. No caso do Brasil e da rota do atlântico sul, os povos africanos deste território comercializaram com os traficantes cariocas, baianos, pernambucanos, maranhenses e portugueses (RIBEIRO, 2016).

Desde o século XV o arquipélago de Cabo Verde, por não ter sido um território que ficou ocupado de forma fixa pelos africanos, tinha se tornado para os portugueses uma região central para comercializar escravizados com os mandingas, Fulas, Jalofos, Biagós, Biafadas entre outros. Os portugueses desenvolveram ali uma classe mercantil que estava sobre o abrigo dos reinos que viviam na costa da Guiné. Na segunda metade do século XV foram emitidos tratados e leis oriundas de Portugal para exercer influência nesta região (RIBEIRO, 2016, p.50). Mesmo no século XV, havia

uma classe mercantil em Ribeira Grande e Santiago que estava articulando um comércio plurilateral:

Esse direito concedido aos moradores de Santiago concorreu para que se estabelecesse na ilha uma classe mercantil de intermediários entre mercados da Guiné, os contratadores da Península Ibérica (principalmente Lisboa e Sevilha), as demais ilhas do Atlântico (Canários e Madeira, sobretudo) e, posteriormente, as praças americanas (Caribe, México, Nova Granada e Brasil) (RIBEIRO, 2016, p.51).

Estabeleceram um comércio de escravizados já no século XV, entre os povos Falupes, Buramos, Beafares e Sapes com os portugueses, ingleses e franceses que chegaram nesta região e (RIBEIRO, 2016, p.42):

Rotas comerciais, fluviais e caravaneiros já existiam há séculos antes da chegada dos europeus. Os povos da Grande Senegâmbia estavam conectados por redes mercantis entre Banhuns, beafadas e mandinga, da região da atual Guiné-Bissau, por toda a Gâmbia, até o Futa Jalom, o estuário do Rio Salum, passando pelo arquipélago de Biagós e por toda a zona agada da linha rias até os mercados produtores de cola na Serra Leoa. Bem antes da chegada dos portugueses no século XV, pirogas ou almadias e outras embarcações de pequeno e médio porte faziam a comunicação das zonas costeiras e do interior (RIBEIRO, 2016, p.57).

Este intenso comércio se expandiu no decorrer dos séculos, e em 1686 podemos analisar nos relatos do frei Francisco de la Mota em ocorreu um articulado comércio interno organizado pelas nações africanas de Guiné-Bissau e Senegâmbia. Desta forma, houve um contínuo e efervescente comércio que articulou as regiões de Cacheo, Farin, Geba e Cabo Verde em que viviam os povos Bijagós, Visogenes onde organizaram um comércio de escravizados que circularam, através das embarcações por toda a Senegâmbia. Na África Ocidental, durante o século XVII, o território chamado pelo nome de Guiné que correspondeu aos espaços entre Senegal e a Serra Leo possuíram uma unidade política e econômica, pois, desde a carta régia de privilégios emitida por Portugal em 1466, fora admitida aos moradores e comerciantes desta região os direitos e controle sobre as atividades mercantis, esta circunstância foi um fator político e econômico que ofereceu uma unidade que interligou as relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos povos e dos diferentes grupos sociais que se estabeleceram e movimentavam por este território no período referendado (RIBEIRO, 2016, p.21).

O intenso comércio que envolvia Lisboa, Servilha, povos do Cabo Verde e as das ilhas Atlânticas como Canárias, Madeira e as praças americanas como Caribe, México e Brasil influenciaram na formação de portos onde se instalaram comerciantes, estrangeiros e reinos. O Arquipélago de Cabo Verde tinha se expandido e conectava a costa, o interior da África Ocidental com a Europa e com o mundo Atlântico (RIBEIRO, 2016, p.51):

O surgimento de uma economia escravista voltada para a produção de gêneros para o tráfico e compra e venda de cativos na ilha de Santiago levou ainda a formação de uma sociedade híbrida, capaz de dialogar com os mundos europeus e africanos e ter participação ativa na construção do chamado mundo atlântico (RIBEIRO, 2016, p.51).

Ribeiro (2016) defendeu que o comércio no século XVII entre os portugueses e africanos que ocorreram na foz dos rios, foi resultado do avanço dos europeus no interior do continente africano. Para os europeus, os africanos eram mais parceiros comerciais do que objetos de uma ação civilizatória. A catequização e cristianização ocorreram em grande parte com os africanos que eram escravizados e estavam seguindo em direção ao tráfico transatlântico. A ação de evangelização ocorria basicamente fora do continente africano. As atividades e trabalhos dos padres eram irrisórios na região da Senegâmbia. Apesar dos europeus não conseguirem adentrar no território africano de maneira sistemática e organizada, um determinado grupo identificado como comunidades euro-africanas, estavam disseminados por toda a costa da África Ocidental, esse grupo era responsável por interligar a escravidão interna em África com o processo de escoamento dos escravizados em direção ao Atlântico, passando a dominar o comércio local e a exercer poderosa influência na articulação do comércio transatlântico de escravizados africanos (RIBEIRO, 2016, p.46).

### 3.3.5 Comércio bipolar

Tema	Repensando as conexões entre África-Brasil no Atlântico Sul na modernidade
Objetivos	Entender que a África e Brasil estabelecem certos níveis de autonomia comercial na modernidade  Identificar as conexões comerciais estabelecidas entre Brasil e África

Tempo estimado	45 minutos
Disciplina envolvida	História
Procedimentos Metodológicos	<p>O docente irá lê em sala de aula a fonte documental, e em seguida fomentara um debate envolvendo a participação dos discentes sobre as seguintes questões:</p> <p>Identifique os principais centros comerciais brasileiros que estavam conectados com a África ocidental no século XVII?</p> <p>Como ocorreram as conexões bilaterais entre Brasil e África na modernidade?</p> <p>Qual o papel da empresa escravocrata transatlântica para a manutenção das relações entre Brasil e África na modernidade?</p> <p>Como a mandioca estava articulou comércio transatlântico de escravizados entre Brasil e África?</p> <p>Na fonte documental apresentada como esta se relaciona com a História do comércio entre Brasil e África?</p>
Avaliação	Pincel, quadro acrílico, xerox
Materiais Necessários	A participação dos discentes sobre as interrogações apresentadas pelo professor durante a aula.
Referências	<p>ABREU, Maurício de Almeida. <i>Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)</i>.</p> <p>DEMÉTRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.</p> <p>FLORENTINO, Manolo. <i>Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>RIBEIRO, Alexandre Vieira. O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830, 2005, 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro,</p>

	<p>Rio de Janeiro.</p> <p>SOARES, Mariza de Carvalho. “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII.” In Fernando de Sousa (Coord.) <i>A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia. Lisboa, CEPESE/Afrontamento, 2008. pp. 215-232. Volume 2. Rio de Janeiro: Andreia Jakobson Estúdio, 2011.</i></p>
--	---

### Apresentação do Conteúdo

ElRey me inuiou o seu general e seu filho e alguns fidalgos e lhe fis aquelle agasalho que entendi era necerrario para os contentar, e agora os remeto, que entendi ra necessário para os contentar, e agora os remeto, que assim mo pede o Rey, como também as pessoas que uaõ das principio áquella obra, e duas pessas de artilharia, e seis soldados, emquanto não uaõ outras, que são as que bastaõ para tomar posse do lugar determinado para tal fortificação, para quel nomeamos Manoel telles de Auelar, home honrado, e pessoa de satisfação, que em o estado do Brasil e Reyno de Angola, tem seruido a V. Magestade; espero em deos faça ele por merecer a V. Magestade neste seu sereuiço muyto.<sup>38</sup>

os navios que hiao para o Brazil fazião escala nas Ilhas de Cabo Verde, huns por emcommendas, que daly leuauaõ para o Brazil, e outros só por tomar refresco, e se regularmente não oportuauao os mais era por evitarem huã dilação desnecessaria, e como para o Brazil hiaõ muitas vezes os navios descarregados, ou quasi de pouca despesa seria esta graça: e quando se houesse deviase passar ordem para que o provedor da Fazenda Real do porto onde houesse de hir de carregar descarregar o navio em que forem estes materiaes, apresentando o mestre conhecimento, desta carregaçaõ, com recibo do Procurador do Suplicante lhe mande pagar o frete declarado, porque nem em Cabo Verde haueria diheyro para esta despreza, nem ao mestre conuinha o dilatarse ali o tempo necessario para esta cobrança, o que tudo cessaua no Brazil, onde fosse sua direyta descarga.<sup>39</sup>

Na carta de consulta do concelho ultramarino, sobre a construção de igrejas nas ilhas de Cabo Verde e ilhas de Santiago temos uma narrativa que evidenciou a intensa relação comercial entre o território da Senegâmbia com o Brasil em 1689. Neste documento podemos perceber que o Império ultramarino Português não exercia total controle sobre os navios do Brasil que trafegavam na África ocidental, demonstrando

<sup>38</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004*: Carta do Governador de Cabo Verde e do Capitão-Mor da Guiné a El-Rei, 02.04.1687.

<sup>39</sup> BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004*: Consulta do Conselho Ultramarino sobre a Construção da Sé, 08.01.1689.

que os movimentos comerciais de interesse entre portugueses e brasileiros se dissociavam e obedeciam a demandas e fatores próprios.

O Brasil realizou uma intensa relação comercial com as ilhas de Guiné, desta maneira, os traficantes brasileiros deveriam pagar para a alfândega de Portugal nos entrepostos de Bissau, Cacheo, nas ilhas de Cabo Verde e dos Bijagos as taxas necessárias para o comércio transatlântico com os povos africanos. As taxas cobradas pela alfândega eram justificadas nos documentos oficiais pela prática imperialista de Portugal que defendiam ter poder sobre o território africano e, portanto de ganhar em torno dos produtos comercializados entre as nações africanas com os navios brasileiros. Denúncias são relatadas que os navios do Brasil estavam negligenciando o pagamento das taxas em cima das mercadorias para o governo de Portugal.

O comércio transatlântico de africanos entre Brasil e África Ocidental no século XVII tinha caráter multidirecional, assim sendo, as rotas comerciais brasileiras que conectaram a região do ocidente africano não estiveram restrita a um único porto. Mesmo com as variáveis de fluxo de escravizados africanos nos portos de Rio de Janeiro e Salvador, os portos brasileiros possuíram uma intensa relação comercial com os entrepostos de Bissau e Cacheo nas últimas décadas do século XVII (RIBEIRO, 2005).

Alexandre Vieira Ribeiro (2005) ao se debruçar sobre o tráfico de africanos para a praça mercantil de Salvador entre 1680 a 1830, não somente evidenciou as relações comerciais que existiram entre Salvador e portos de Cacheo e Bissau durante todo este período, como também, mostrou a existência de um comércio bilateral entre o porto da Bahia com os portos comerciais africanos. Neste sentido, o fumo de terceira qualidade era enviado para a costa da mina para ser comercializado com os povos africanos por escravizados:

Um decreto real de 12 de novembro de 1644 autorizava os navegadores, carregados de tabaco de terceira categoria, a partirem da Bahia em direção à Costa da Mina com a finalidade de resgatar escravos, uma vez que Angola ainda estava sob domínio holandês.<sup>109</sup> Desta forma desenvolveu-se um comércio peculiar entre a Bahia e a África Ocidental, diferente do modelo clássico do sistema de viagens triangulares (Europa-África- América-Europa), sob a forma de troca bilateral (RIBEIRO, 2005, p. 50).

Os africanos tinham os escravos e os baianos o fumo. Mas não era um fumo qualquer. Embora de terceira qualidade, o tabaco baiano era melhor açucarado, preparado com melão puro. Esta forma de



confeccionar o fumo dava um aroma especial e o tornava muito apreciado na Costa da Mina, tornando-se indispensável para o comércio de escravos nesta área. Estima-se que a Bahia, no início do século XVIII, tenha exportado para a Costa da Mina cerca de 13 mil arrobas de tabaco por ano (RIBEIRO, 2005, p. 50).

Os africanos possuíam os escravizados e os baianos tinham o fumo de terceira qualidade, porém, este fumo embora de terceira categoria, era mais bem açucarado, preparado com melão puro, esta maneira de prepara-lo o tornava especial e bastante apreciado na costa da Mina, onde este produto se tornou indispensável pelos traficantes baianos para comercializar por escravizados com os povos africanos. Calcula-se que a Bahia no início do século XVIII já tinha exportado para a costa da Mina em torno de 13 mil arrobas de tabaco por ano.

Os baianos ainda conseguiam comercializar ouro contrabandeado oriundo das regiões auríferas do Brasil e água ardente em troca de escravizados na costa da Mina. Os portos centrais onde traficantes baianos e africanos negociavam eram o Grande Popó, Ajudá e Jaquim e Epe. “Essa relação entre Bahia e Costa da Mina vai se estreitar ainda mais a partir da expedição do Alvará de 1687. Tal documento indicava aos capitães que fossem buscar escravos na África, a se dirigirem à região da Costa da Mina, pois o Reino de Angola (já retomado pelos portugueses) passava por um surto de bexiga (RIBEIRO, 2005, p. 51)”.

A África Ocidental mesmo no início do século XVIII manteve consistentes relações comerciais transatlânticas de escravizados africanos com a Bahia, sendo possível mensurar a participação das principais regiões africanas da costa ocidental com os traficantes baianos. Neste sentido, as ilhas Atlânticas que corresponderam ao território de São Tomé e Príncipe organizavam um subsistema de circuito, onde era possível abastecer os navios negreiros com escravizados que viam de diferentes regiões da África Ocidental e central (RIBEIRO, 2005, p.53).

Em Salvador, por exemplo, desde meados do setecentos, os navios negreiros depois de terem pago as taxas de importação da Alfândega, obrigavam os escravizados a se fixarem em depósitos que muitas vezes ocupavam quarteirões inteiros, em que recebiam algum alimento e passaram por um processo de “maquiagem” assim muitas vezes tinham suas doenças e feridas camufladas para então poderem ser comprados pelos senhores de engenho. Na segunda metade do século XVII os escravizados africanos chegavam aos portos brasileiros (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro,

Maranhão) vindos da África Ocidental, após, longa travessia nos navios, em que enfrentavam a fome, as torturas físicas e as doenças (RIBEIRO, 2005, p.95).

Ao desembarcarem os escravizados nas terras brasileiras passavam a ser tratados como um produto resultado de um investimento que era direcionado em massa para os trabalhos nas lavouras. Grande parte desses escravizados era destinada ao interior e cidades litorâneas, para regiões próximas das zonas de desembarque. Eram regiões onde se cultivavam a cana-de-açúcar. As vendas dos escravizados eram feitas ou por leilão, ou de uma relação comercial de vendedor e um possível comprador em particular. O século XVII acompanhou o crescimento do comércio transatlântico de escravizados e o desenvolvimento e estabelecimento dos circuitos transatlânticos que seria nos séculos precedentes articulados (RIBEIRO, 2005, p.95).

Através das últimas pesquisas as conexões entre Brasil e África estão sendo em nossa contemporaneidade redefinidos pelos historiadores, revelando que as rotas atlânticas não tinham um funcionamento simplista. Era comum encontrar um grande número de escravos procedentes da África Ocidental vivendo e trabalhando nas ruas do Rio de Janeiro. Da mesma forma, pesquisas recentes têm demonstrado que os escravos de Angola, embora não fosse maioria, poderiam ser encontrados em lugares como Maranhão, Bahia e Pernambuco, lugares que tradicionalmente ficaram conhecidos por suas conexões com o mundo nagô (BEZERRA, 2010, p.5).

Mesmo no século XVII, o comércio entre Brasil e os povos do continente africano eram multidirecional, ou seja, não estavam organizados por uma única rota comercial ou porto e entreposto. Mas, povos da região ocidental da África se relacionavam com os mais diversos portos brasileiros. Os africanos trocavam seus escravizados pelo fumo, mandioca, tecidos e os mais diversos produtos e especiarias brasileiros (BEZERRA, 2010). Bezerra (2010) afirmou que a Farinha de mandioca, tinha um lugar central na organização e manutenção do comércio escravista estabelecido entre o nordeste brasileiro com a África no século XVII, pelas rotas do Atlântico Sul. Esta dinâmica comercial tinha em parte caráter autônomo em relação à metrópole portuguesa (BEZERRA, 2010, p. 7).

Denise Demétrio (2008) analisou o comércio transatlântico da farinha de mandioca no final do século XVII e início do XVIII entre Brasil e os portos da África ocidental, ao realizar seu trabalho de pesquisa conseguiu perceber que os engenhos de mandioca no recôncavo baiano da Guanabara entre 1686 e 1722 tinham ganhado mais destaque e relevância econômica do que os engenhos de açúcar, pois, esta atividade

comercial representava custos menores, o que estava de acordo com a necessidade e possibilidade de investimento dos senhores que estavam instalados nesta região. Desta maneira, a autora defendeu a existência de uma relação estreita entre o comércio da farinha e o tráfico de escravizados, devido estas atividades possuírem flutuações que confluíam, nos dados que foram levantados e interpretados.

Assim, as relações estabelecidas no Atlântico Sul foram muito mais complexas do que se pode ainda abarcar. Essas interações que ocorriam entre os povos agiam e transformavam suas sociedades. As pesquisas recentes têm defendido que as relações entre os dois lados do Atlântico Sul foram multidimensional não só apenas nas variadas rotas comerciais que foram estabelecidas entre Brasil e África, mas também, nos diversos universos simbólicos que interligaram e montaram o comércio transatlântico (DEMÉTRIO, 2008).

O século XVII acompanhou a ampliação do comércio de escravizados no Atlântico entre Brasil e África. Essas conexões eram construídas por uma diversidade de relações, no que tange a farinha de mandioca. É importante destacar que a produção da farinha de mandioca não substituiu a produção do açúcar, mas essas duas atividades econômicas funcionavam paralelamente. Cada qual ocupando importantes funções para o funcionamento da economia na cidade do Rio de Janeiro com o seu recôncavo (ABREU, 2011, p.31).

Mariza de Carvalho Soares (2008) argumentou que a farinha de mandioca foi deixada de lado tanto pelas pesquisas historiográficas como pelos proprietários de terras do Brasil no período da modernidade. Ao estudar sobre os engenhos de farinha de Frans Prost durante o século XVII, a pesquisadora estabeleceu uma análise comparativa utilizando a icnografia e percebeu a diferença entre os engenhos de açúcar e os de farinha, este último estava relegado a um segundo plano. Assim, os produtores de farinha de mandioca, dentro do nível da hierarquia social e das relações estabelecidas entre os grupos, estiveram em um patamar de inferioridade em comparação aos senhores produtores de açúcar. Porém, mesmo estando em um nível inferior na hierarquia social, os senhores da farinha desempenhavam uma função estrutural e de notável importância no conjunto das atividades econômicas do até então nordeste brasileiro açucareiro (SOARES, 2008, p.14).

Em outro momento, Soares (2008) afirmou que a farinha de mandioca apareceu como mantimento ou alimento nas viagens ultramarinas e sua relevância se estendeu e acompanhou a expansão marítima do Atlântico Sul e no Oriente. A farinha

de mandioca interligava os mercados africanos e os brasileiros, neste sentido, os traficantes do Brasil possuíam certa autonomia nesta dinâmica comercial, não sendo, possível, descartar totalmente, a influência do império português nesta relação. No período em que Portugal possuiu açúcar, tabaco e sal para comercializar, os mercados brasileiros ofereciam além da farinha, outros produtos como o vinho, panos baratos e cachaça, ocupando uma posição importante nas relações comerciais com a África Ocidental e Central (SOARES, 2008, p.215).

O fator propulsor do comércio transatlântico de africanos que conectou o continente africano e o Brasil no século XVII em diante foi até então para a historiografia consolidada sobre o assunto, resultado da necessidade de mão-de-obra escrava que era destinada aos sistemas econômicos exógenos do Brasil, para garantir a força de trabalho nas lavouras e assim, construir e manter uma economia de exportação com destino a Portugal. Porém, nos últimos decênios do século XX e posteriores, temos pesquisas que mostram um comércio bipolarizado entre Brasil e o continente africano já no século XVII. Desta maneira, a tese que defendia os sistemas de monocultura brasileira como um fator que mantinha o comércio transatlântico de africanos foi refutado por um conjunto de pesquisadores dos últimos anos, assim, a ideia de que:

(...) a lógica mercantil tinha um caráter metropolitano, sendo o comércio negreiro um negócio estruturado e direcionado para os objetivos do capital comercial europeu. Nesta perspectiva, a própria reprodução do sistema econômico colonial seria exógena, uma vez que não só a mão-de-obra como também os recursos necessários para a montagem e funcionamento do empreendimento seriam exteriores à Colônia. O setor mercantil colonial se apresentaria totalmente atrofiado, com os plantadores no topo da hierarquia social (RIBEIRO, 2005, p. 12).

Os pesquisadores ao mostrarem que seria insustentável a estruturação e manutenção de um sistema comercial transatlântico entre Brasil e África voltado apenas para os interesses exclusivos de enriquecimento de Portugal abriram margem para outros argumentos e teses que explicaram os mecanismos de manutenção do sistema comercial transatlântico de africanos. Desta maneira, os trabalhos contemporâneos têm confluído ao ponto de que o comércio de escravizados africanos era uma empresa comercial que mantinha e impulsionava o sistema de plantations no Brasil, mas esta economia de monocultura não foi à causa que gerou e determinou a manutenção do comércio transatlântico de africanos. Ou seja, o sistema escravista estabelecido entre Brasil e África possui suas próprias redes de manutenção e era uma empresa mercantil

que por si só gerava lucros para quem financiasse e estivesse envolvido no tráfico transatlântico de africanos (RIBEIRO, 2005).

Florentino (1997) diferentemente dos estudos clássicos sobre o tema do comércio transatlântico de africanos defendeu em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro entre 1790-1830 que os comerciantes de escravizados estavam no topo da hierarquia da sociedade brasileira, formando a elite que controlava os portos em direção à África. Desta forma, a burguesia metropolitana estava incapacitada de realizar investimentos e organizar o trabalho escravocrata para sua reprodução parasitária. Os senhores que estavam envolvidos com a monocultura, gerenciavam a mão de obra africana, resultado final do controle exercido pelos traficantes. Para a manutenção do sistema transatlântico de africanos foi necessário uma poderosa elite metropolitana no Brasil, esta foi formada pelos comerciantes transatlânticos de escravos, que desde o século XVII financiava e controlava o sistema escravocrata ultramar.

Florentino (1997) aprofundou nesta questão e nos mostrou que o comércio transatlântico de africanos foi formado por um negócio afro-americano, que só poderia ser entendido se considerar a existência das múltiplas estruturas escravistas em África com os processos de articulação destas estruturas com o sistema escravista estabelecido no Atlântico em direção ao interior dos mercados brasileiro para a sua potencial venda. Desta forma, o comércio transatlântico de africanos organizava a composição do Brasil como um sistema agroexportador, que em dimensões, macro estrutural dividia a população em escravizados versus senhor, já no contexto africano, o comércio de escravizados fortalecia o poder político e econômico dos senhores nativo consolidando a diferenciação social entre indivíduos do mesmo estado ou do grupo étnico pertencente.

Neste sentido, o comércio de escravizados tornou-se a principal atividade mercantil, representando por si próprio o fator essencial do fluxo de escravizados, tornando-se o centro da estrutura produtiva do sistema econômico brasileiro, e menos um apêndice das economias agroexportadoras. O comércio transatlântico de africanos seria uma empresa autônoma que tinham lucros próprios e se organizavam de acordo com as dinâmicas que estavam associadas a cálculos pré-industriais. Assim, os comerciantes de pessoas compuseram a elite do Brasil, pois, acumulavam e detinham os maiores e reais lucros do sistema econômico (RIBEIRO, 2005, p. 15).

Do mesmo modo que o tráfico atlântico era influenciado pela demanda americana, a esfera da oferta, a partir de uma dinâmica interna ao continente africano, atuava nas taxas de flutuações desse comércio. A inserção de agentes externos à África pouco mudou o panorama da África pré-colonial. A escravidão estava enraizada em estruturas legais e institucionais das sociedades africanas, tal como o próprio comércio de cativos. A propriedade corporativa de terras na África levou a escravidão a ser uma instituição tão arraigada no continente africano, quanto a propriedade de terra o era na Europa. O escravo era a única forma de propriedade privada produtora de rendimentos reconhecida pelas leis africanas, única forma de se enriquecer, logo, a maneira pela qual se processava a diferenciação social no continente. Este sistema foi capaz de produzir diferenças não só entre os indivíduos como também entre nações e Estados africanos (RIBEIRO, 2005, p. 16).

Desta maneira, o comércio transatlântico de africanos era influenciado pela demanda das economias agroexportadoras do Brasil e não resultado desta. Na esfera do controle da oferta, as taxas dos preços dos escravizados variavam de acordo com a disponibilidade dos portos africanos, com isso, a disposição de escravizados para os traficantes brasileiros, durante o período do comércio, não teria alterado a dinâmica e estrutura social e econômica de África, tendo em vista que, a terra para os europeus estava no mesmo nível de importância que o escravo estava para os estados e nações africanas. Portanto, em determinado momento histórico, as relações comerciais entre africano e brasileiro foram dispostas em um plano de horizontalidade, pois, Brasil e África interagiram e respondiam ao comércio transatlântico de africanos de acordo com seus próprios interesses (RIBEIRO, 2005, p.16).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que durante o século XX foi reproduzido em todo o mundo um conhecimento eurocêntrico sobre a história da escravidão e do comércio de africanos escravizados, ainda no século XXI configura-se um saber disforme sobre o tema no âmbito do ensino básico. Curtin (2010) enfatizou que o fato da história dos povos do continente africano ter sido negligenciada nos últimos 50 anos pelo sistema educacional brasileiro é apenas uma ação sintomática de um processo mais amplo que negligenciou a África nos estudos históricos.

Ainda é necessário construir em sala de aula um conhecimento sobre o tema escravidão e comércio transatlântico de africanos que não tenha como critério a supervalorização de um grupo ou nação em detrimento de outro (CURTIN, 2010), pois as histórias sobre a África foram provavelmente as que mais sofreram com os estereótipos inferiorizantes e narrativas racialistas produzidas pelo Ocidente:

(...) a cura dos preconceitos é demorada, pois o racismo se espalhou de forma difusa e imanente nos manuais escolares, nos filmes e programas de rádio e televisão facciosos, e na presença de “dados” psíquicos mais ou menos conscientes trazidos às vezes pela educação religiosa e com mais frequência ainda pela ignorância e pelo obscurantismo (CURTIN, 2010, p.40).

O ensino de História escolar racializou a experiência da escravidão e do comércio transatlântico de africanos ao insistir que o continente africano era contrário a qualquer representação que remetesse a uma noção de civilização. Os povos africanos foram apresentados como povos a-históricos, bárbaros, primitivos e irracionais, mais especificamente, como não humanos. As diferenças físicas foram um dos fatores utilizados como instrumento por esse mesmo ocidente dito “superior” para distinguir e enquadrar os diversos povos (SANTOS, 2002).

Assim, ao se analisar o comércio transatlântico no ensino básico de História, observa-se que os europeus foram apresentados como os controladores e únicos beneficiados com o comércio transatlântico. Os povos africanos eram pensados como meras peças, mercadorias que são compradas e vendidas pelas nações da Europa para trabalharem nas Américas. A partir disso, um conjunto de representações que inferiorizaram e objetificaram os africanos e se atrelaram à cor negra foram construídas e consolidadas.

Desta forma, o conteúdo do ensino tem sofrido constantes formas de racialização dos povos africanos e dos afrodescendentes. Kwame Antony Appiah (1997) tem apresentado esta questão como um racismo extrínseco, pois, tem-se fundamentado as experiências da escravidão no Atlântico e no continente africano como as características objetáveis do self contemporâneo africano. Estas características têm conferido uma unicidade e homogeneização da experiência da escravidão e do comércio no continente africano. Este engessamento das experiências africanas foi combatido por Appiah (1997), Mbembe (2001) e Valentim Mudimbe (2015). Este último montou uma genealogia ou gnose do conhecimento histórico, mostrando que os estudos da história dos povos africanos, até então, foram formados e universalizados pelo filtro cultural do que chamaremos de eurocentrismo.

Dentre as representações sobre a escravidão e o comércio que ao longo da história objetificaram os povos africanos e os afrodescendentes em todo mundo, é preciso ressaltar a experiência escolar de racialização dos africanos, por meio do ensino estereotipado da escravidão e do comércio. Esta foi escrita por uma perspectiva da Europa ocidental e pelo viés economicista, o que acabou por aprisionar o self africano/afrodescendentes em uma única identidade prenhe de subalternidade, desrazão e humilhação (MBEMBE, 2001). “Nas coleções que estudamos, as imagens e os textos sobre afro-brasileiros continuam sendo em sua maior parte sobre a escravidão” (BOULOS JÚNIOR, 2008, p.146) e mesmo esse tema tem sido um desafio para os pesquisadores e para os professores de História.

Ainda é um desafio, mesmo para os historiadores especializados, acompanhar as transformações que o campo das produções historiográficas sobre as populações do continente africano alcançaram. Porém, em nossa contemporaneidade no que se refere às produções historiográficas e acadêmicas sobre a temática, o discurso eurocêntrico foi em grande parte superado. No entanto, este movimento de renovação e reconstrução da História do continente africano ainda caminha em processos lentos e gradativos quando nos referimos à prática do ensino deste tema pelos docentes nas aulas de História:

Comparados às últimas pesquisas, os manuais estão de dez a vinte anos atrasados, enquanto as obras de história geral conservam frequentemente os preconceitos antiquados de um saber em desuso. Nenhuma interpretação nova, nenhum elemento novo adquire sem luta direito à cidadania (CURTIN, 2010, p.38).



A prática docente direcionada nos conteúdos dos manuais didáticos abordam o tema do comércio transatlântico e a escravidão em África por uma visão primordialista, essencialista e tradicional das ideias de etnia, cultura e sociedade. Portanto, este trabalho entendeu que é necessário refletir sobre os conteúdos e discussões trazidas sobre o tema, para que, os racismos extrínsecos que homogeneízam as experiências dos sujeitos africanos, oriundos da forma como a escravidão africana e do comércio transatlântico foram narrados no ensino de História, possam ser desconstruídos.

Desta forma, o ensino da História da África no Brasil deve ser estudado levando em consideração seus códigos simbólicos e menos analisada por uma perspectiva comparativa com a Europa, pois, o que se tem visto ainda são conhecimentos sobre o continente africano relacionado às logicas simbólicas e organizativas da Europa Ocidental, uma história do continente africano que tem sido mais ou menos um espelho disforme sobre como a Europa construiu suas próprias bases interpretativas e epistêmicas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Volume 2. Rio de Janeiro: Andreia Jakobson Estúdio, 2011.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira entre os anos 1970 e 1980. 2014.145 f. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo, 2014.

AGOAS, Frederico; NEVES, Jose. (orgs.). Portugal: Antígona, 2008, p.148.

ALBERTO, Luiz Schneider. O Brasil e o Atlântico Sul na historiografia de Charles Boxer. In: **Ler História**, p. 181-203, 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O tratado dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis: Vozes, 1988.

APPIAH, Kwame Antony. **Na casa de meu pai- a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Célia Marinha de. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Muryatan S. Eurocentrismo, História e História da África. In: **Sankofa: revista, de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, p. 46-62, 2008.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do Atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)**. 2009. 111f. Dissertação (mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Bahia.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão, Farinha e tráfico Atlântico: Um novo olhar sobre as relações entre Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)**. Fundação Biblioteca Nacional: Ministério da Cultura, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **Imagens da África, dos Africanos e seus descendentes em coleções de didáticos aprovados no PNLD de 2004**. PUC, São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado).

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais: história**, Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SER, 1998.

BRIKALSKI, Tatiane de Andrade Machado; TEIXEIRA, Janaína de Souza. A diversidade das pesquisas históricas e sua contribuição para renovação da prática pedagógica. **Revista Latino-Americana de História**, v.2, n. 6, p.393-402, Agost.2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6238690.pdf>> Acesso em: 22 Nov. 2018.

CARDOSO, C. F. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARDOSO, C. F. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, T. A. (Org.). **América colonial: ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARDOSO, Fernando H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. Gorender põe etiqueta nos historiadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1990.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, nº 52, 79-114 (2006).

CORDEIRO, G. S. Escrevendo Narrativas de aventuras de viagens na 3ª série do ensino fundamental. In: Anais da III Conferência de Pesquisa sócio-cultural. 2000. 1 – 18p.

COSTA E SILVA, Alberto. **A Manilha e o Libambo- a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto. **Mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

COSTA, da Warley. Currículo e produção da diferença: negro e não negro na sala de aula de História. RFRJ, Rio de Janeiro, 2012. (Tese de Doutorado).

COSTA, da Warley. Olhares sobre as imagens da escravidão africana: Dos Pintores Viajantes aos livros didáticos de História do ensino fundamental. In: Acervo, 147-160, 2005.

COSTA, Warley. A escrita da escravidão nos livros didáticos de ensino fundamental nos anos 1980/90. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/Resumo/res\\_warley%20da%20costa.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/Resumo/res_warley%20da%20costa.pdf)> Acesso em 22. Nov. 2018.

COUTINHO, Antônio Rodrigues. **A estrutura agrária brasileira nos censos de 1950 e 1960.**

CURTIN, Philip. *Cross-Cultural Trade in World History.* **Studies in Comparative World History.** New York: Cambridge University Press. 1984.

COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA; Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.). **O Historiador e seu tempo: encontros com a história.** São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

DIAGNE. P. As estruturas políticas, econômicas e sociais durante o período considerado. África. In.: OGOT ALLAN. Bethewell. **História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII.** Brasília: UNESCO, 2010.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 81-108.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo.** São Paulo: UNESP. 2011.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade.** New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307 p.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade.** New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307 p.

FAGE. J.D. **História da África.** Lisboa: Edições 70, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveir, Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, P. F. de Moraes. Silent Trade: Myth and Historical Evidence. **History in Africa**, v.1, p. 9-24, 1974. Disponível em: < <http://links.jstor.org/sici?sici=0361-5413%281974%291%3C9%3ASTMAHE%3E2.0.CO%3B2-2>> Acesso em: 22 Nov. 2018.

FEIERMAN, Steven. African History and the dissolution of the World History. In.: BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O'BARR, Jean. **Africa and the Disciplines.** The contribution of research in Africa to the social sciences and humanities, Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo. Tráfico Atlântico, mercado Colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c.1830. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009.

FONSECA, S. Ensino de História: diversificação de abordagens. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 9, n. 19, p. 197-208, set.1989/fev.1990.

FONSECA, S.G. A incorporação de diferentes linguagens no ensino de história. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Didática e Prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas: Papyrus, 2003.

FRAGOSO, J; FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média nascimento do Ocidente**. SP: Brasiliense, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. SP: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FURTADO, Celso. **Dialética do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1998.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos, **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) UNICAMP, Campinas, 1992.

GONÇALVES, L.G. L. Análise linguística: influência no ensino de escrita de alunos do ensino fundamental II. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em Letras, UFCG, 2012.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. Como era bom ser escravo no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 1990.

- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.
- HAMA, Boubou; KI-ZERBO, J. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Ver. E amp. Brasília: UNESCO, 2010.
- HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **A África na sala de aula: visita á história Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HRBEK, I. As fontes escritas a partir do século XV. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Ver. E amp. Brasília: UNESCO, 2010.
- HOBBSAWN. Eric J. De la História Social a la história de la sociedade. In: Hobsbawn, Eric, J. **Marxismo e História social**. México: Instituto de ciências de la Universidad Autónoma de Puebla, 1983, p.21-44.
- HOUTONDJI, Paulin. Conhecimentos de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos, In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. (Org). Almedina, CES, Rio de Janeiro, 2009.
- HUTCHINSON, Sharon. **The Nuer in Crisis: Coping with Money, War, and the State**. Ph.D. 1988. Dissertation. Anthropology Department, University of Chicago.
- IANNI, Octávio. **As Metamorfoses do escravo**, São Paulo: DIFEL, 1962.
- IANNI, Octávio. Escravidão e história, **Debate e crítica**, São Paulo, n. 6, jul. 1975.
- INIKORI, J. E. A África na História do Mundo: O tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In.: OGOT ALLAN. **Betheivell. História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **RELAÇÕES DE INTIMIDADE: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Maranhão, Maranhão.
- J, D. Fage. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. Ed. Ver. E amp. Brasília: UNESCO, 2010.
- KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **R. História**, São Paulo, jan/jul. 1989. Disponível em

<<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18589/20652/>> Acesso em: 22 nov. 2018.

KOPYTOFF, I. e MIERS, S. Introduction: African ‘Slavery’ as an institution of marginality. In: S. MIERS & I. KOPYTOFF (eds), *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1977.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 89-123.

KOK, Maria da Glória. **Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo**, SP: Campinas: Unicampi: 2001.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de**

LARANJEIRA, Lia Dias. **Representações sobre o culto da serpente no Reino de Uidá: um estudo da literatura de viagem europeia**. Dissertação para conclusão de mestrado em História: UFBA, 2010.

LIMA, Cláudia Silva. De uma África sem História e Razão à Filosofia Africana. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UFMA, 2015.

LOPES, Gustavo Acioli. Combates na história Atlântica: A historiografia de Joseph E. Inikori. **Hist. Historiografia**, Ouro preto, v.1, n. 12, p.176-196, 2013.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: Uma História de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M’BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA/São Paulo: Casa das Áfricas, 2008.

MANNING, P. *Slavery and African Life*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta; GURAN, Milton. Por uma história pública dos escravizados no Brasil. In.: **Hist**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, julho-dezembro de 2014, p. 255-273.

MBEMBE, Achile. As Formas Africanas de Auto-Incrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, 2001, p. 171-209.

MBEMBE, Achile. **Crítica a Razão Negra**. Portugal: Antígonas editoras, 2014.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. Ensino de História: Fontes e Linguagens para uma prática renovada. VIDYA, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez, 2005.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão- O ventre de Ferro e o Dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MEIRELES, Marinelma Costa. Tráfico Transatlântico e Procedências Africanas no Maranhão setecentista. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de Brasília, Brasília.

MILLER, Joseph C. Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830. Madison. The University of Wisconsin Press. 1988.

MOLOWIST. M. a LUTA PELO Comércio Internacional e suas implicações para a África. In.: OGOT ALLAN. Betheivell. **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MUDIMBE, Valentin Y. **A Invenção da África: Gnosis, Filosofia e a ordem do conhecimento**. Edições Pedagogo LDA, 2013. Disponível em: <https://teorigrafia.files.wordpress.com/2015/06/mudimbe-v-y-a-nvenc3a7c3a3o-de-c3alfrica-2-pp-01-41.pdf>...Acesso em: 03 des. 2015.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: **A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**, São Paulo: CEBRAP, 1973.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 25, n. 3, 2003. p. 421-461.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-asiáticos**, v. 25, n. 3, 2003. p. 421-461.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre África: Diálogos entre as representações dos africanos no Imaginário Ocidental e o ensino da História no mundo Atlântico (1990-2005). Brasília, 2007. (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História UNIB).

PANTOJA, Selma. Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

PÉCORA, Alcir. Epistolografia Jesuítica no Brasil, Grão-Pará e Maranhão. In: **Revista Estudos Amazônicos**- Vol. III, nº 1, 2008, p. 39-46.



PEREIRA, Josenildo de Jesus. Africanidades nos subterrâneos da formação do Novo Mundo. In: **Entre Dois Mundos: a Escravidão e a Diáspora africana**. Maranhão: EDFMA, 2013.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. As representações da escravatura na imprensa Jornalística no Maranhão na década de 1880. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, tupi e tapuias no Brasil Colônia**. Bauru: SP, Edusc, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 24.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRATT, Mary-Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Capítulo II. Colonialidade do poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. (Org). Almedina, CES, Rio de Janeiro, 2009.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. In: SANTIAGO, F. (Org.) **Textos básicos**. Belo Horizonte: Depto. De Ciências Econ. Da Fac. Filosofia da Univ. de Minas Gerais, 1961.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito. A resistência negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1963.

REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 14, set. de 1987, p. 5-21.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830, 2005, 149f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. No Rastro do Viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no tratado Breve, de André Alvares de Almada (1550-1625). 2016. 300 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Londres: s/ed., 1972.

RÜSEN, Jörn. **Didática da história**: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 1, p.273-278, 2002.

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII**. São Paulo, 2008. (Teses apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da FFLCH\_USP).

SILVA, Alberto da Costa. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. Estudos Avançados. São Paulo, v.8, n. 21, Mai/Agos. 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200003>> Acesso em 28 Nov. 2018.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes Silva. A ciência da história e o ensino de história: aproximações e distanciamentos. **OPIS**, Catalão, GO, v.11, n.1, p.287-304 – jan-jun. 2011.

SILVA JUNIOR. Carlos. Mapeando o Tráfico Transatlântico de Escravos. **Afro-Ásia**, p.179-184, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História Hoje**: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai-João, o escravo que negocia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa. **Acervo. Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 1, p. 61-70, 1988.

SILVA, Thomaz Tadeu da. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes médicas, 1991.

SILVEIRA. Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso. “Indigno de procedimento”: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Maranhão, Maranhão.

SOARES, Mariza de Carvalho. “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII.” In Fernando de Sousa (Coord.) **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia**. Lisboa, CEPESE/Afrontamento, 2008. pp. 215-232.

SODRÉ, José Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Editora vozes 2012. p. 225 – 303.

THOMPSON, E. P. **Caçadores e Coletores: A origem da lei Negra**. IN: BOTTMANN, Denise (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.432.

THOMPSON, E. P. **Folclore, antropologia e história social**. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.230.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos Ingleses**; IN: SILVA, Sergio; NEGRO, Antonio Luigi. (orgs.). São Paulo: Unicamp, 2012, p.288.

THOMPSON, E.P. **Economia Moral da Multidão na Inglaterra do século XVIII**. IN:

THOMPSON, E.P. **O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial**. In:

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. Das letras, 1998.

THORNTON, John. A Escravidão e a estrutura social na África. In: **A África e os africanos na formação do mundo atlântico-1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VANSINA. J. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In.: OGOT ALLAN. Beteivell. **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

WOLF, Eric. **Europe and the People Without History**. Berkeley: University of California Press, 1982.

YOUNG, Robert J.C. **Desejo Colonial. Hibridismo em Teoria, cultura e raça**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique**. 2.ed. Salvador: EDUFBA:CEAO, 2012. 341 p.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol. 5, nº2, jun.2007.

### ***Livros didáticos***

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF. **História nos dias de Hoje, 6º ano**. São Paulo: Leya, 2015.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF. *História nos dias de Hoje*, 7º ano. São Paulo: Leya, 2015.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF. *História nos dias de Hoje*, 8º ano. São Paulo: Leya, 2015.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF. *História nos dias de Hoje*, 9º ano. São Paulo: Leya, 2015.

### *Sites*

[S/A]. **Tipos de Escravidão na África.** [S/L], [S/A] Disponível em <<https://www.blackpagesbrazil.com.br/?p=8873>> Acesso: 16/04. 2018.

FERNANDES, Cláudio. **Escravidão na África,** [S/L], [S/D] UOL. Disponível em <<https://escolakids.uol.com.br/escravida-na-africa.htm>> Acesso: 16/04. 2018.

ANDRÉ, Luiz Melo. **O Processo da Escravidão na África,** [S/L], [S/D]. Disponível em < <https://www.estudokids.com.br/o-processo-da-escravida-na-africa/>> Acesso: 16/04. 2018.

TURCI, Érica, **História da escravidão: Exploração do trabalho escravo na África.** [S/L], 1 Nov. 2010. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/historia-da-escravidao-exploracao-do-trabalho-escravo-na-africa.htm>> Acesso:16/04. 2018.

TALES, Pinto. **Escravidão na África, antes e depois das rotas Atlânticas.** [S/L], [S/D]. UOL. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/escravidao-na-africa-antes-e-depois-das-rotas-atlanticas.htm>>. Acesso: 16/04. 2018.

PROFESSORANDOHIST. **Escravidão na África e no Brasil – Histórias que se completam.** [S/L],1 Mar. 2017. Disponível em <<https://professorandohist.wordpress.com/2017/03/01/escravidao-na-africa-e-no-brasil-historias-que-se-completam/>> Acesso: 16/04. 2018.

SANTANA, Miriam Ilza. **Tráfico Negroiro.** [S.L], [S.A]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/historia/trafico-negroiro/>> Acesso: 17/04. 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **O Comércio Triangular.** [S.L], [S.A]. Disponível em < [mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/o-comercio-triangular.htm](http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historia-america/o-comercio-triangular.htm)> Acesso: 17 /04. 2018.

[S/A]. **O Comércio de escravos e a escravidão na África.** [S/L]. 16 Jun. 2010. Disponível em <<https://cpantiguidade.wordpress.com/2010/06/16/2056/>>. Acesso: 17/04. 2018.

TURCI, Érica. **Tráfico de escravos: Mercadoria humana atravessa o Atlântico.** [S/L]. 28 Out. 2010. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trafico-de-escravos-mercadoria-humana-atravesa-o-atlantico.htm>> Acesso: 16/04. 2018.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago. **Comércio Triangular**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/brasil-colonia/comercio-triangular/>> Acesso: 17/04. 2018.

SORIANO, Tiago. **Comércio Triangular**. [S/L], 28 Mar. 2010. Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/comercio-triangular/>> Acesso:17/04. 2018.

CARVALHO, Leandro. **"Tráfico negreiro"**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>>. Acesso: 15/04. 2018.

FERNANDES, Cláudio. **Tráfico negreiro transatlântico**. [S/L], [S/A]. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/trafico-negreiro-transatlantico.htm>> Acesso: 17/04. 2018.

### *Fontes Primárias*

**BRASIO, Antonio. Monumenta Missionaria Africana. Lisboa, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa CEA/FLUL, 2004:**

Relação de Frei Francisco de La Mota A sua Majestade El Rei, 14.04.1686.

Carta de Diogo Ramires Esquivel sobre o estado de Guiné, 28.06.1690.

Carta do Governador D. António Salgado A S. Magestade El-Rei, 20.02.1699.

Carta de António de Barros Bezerra a sua Majestade El-Rei , 24.06.1686.

Regimento capitão-Mor da ilha de Bissau, 24.10.1698.

Alvará sobre os panos que se faziam nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné, 23.01.1687.

Carta do Governador de Cabo Verde e do Capitão-Mor da Guiné a El-Rei, 02.04.1687.